

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS  
Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL)

FLÁVIA MOREIRA MOTA E MOTA

**ANÁLISE CÍVICA DO JORNALISMO: UMA PROPOSTA DE CATEGORIAS PARA  
AVALIAÇÃO DE PRODUTOS JORNALÍSTICOS**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA  
2014

FLÁVIA MOREIRA MOTA E MOTA

**ANÁLISE CÍVICA DO JORNALISMO: UMA PROPOSTA DE CATEGORIAS PARA  
AVALIAÇÃO DE PRODUTOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima  
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Otávio de Magalhães

M871a Mota, Flávia Moreira Mota e.  
Análise cívica do joralismo: uma proposta de categorias para  
avaliação de produtos jornalísticos / Flávia Moreira Mota e Mota,  
2014.  
124.: il.; algumas color.  
Orientador (a): Marcus Antônio Assis Lima.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras:  
Cultura, educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2014.  
Referências: f. 107-111.  
1. Jornalismo cívico - Filosofia. 2. Análise cívica do jornalismo.  
I. Lima, Marcus Antônio Assis. II. Universidade Estadual do  
Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras:  
Cultura, educação e Linguagens. III. T.  
CDD: 070.48

FLÁVIA MOREIRA MOTA E MOTA

**ANÁLISE CÍVICA DO JORNALISMO: UMA PROPOSTA DE CATEGORIAS PARA  
AVALIAÇÃO DE PRODUTOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Marcus Antônio Assis Lima – Orientador (UESB)

---

Professora Dra. Ester Maria de Figueiredo Souza (UESB)

---

Professora Dra. Karina Janz Woitovicz (UEPG)

Àqueles que acreditam em um jornalismo mais humano e comprometido com os anseios dos cidadãos.

## AGRADECIMENTOS

“Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e tudo o que há em mim bendiga o seu santo nome. Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios”. (Salmos 103:1-2). A Jesus Cristo, a razão da minha existência, seja toda a gratidão do meu coração, por ter me inspirado e me dado condições de concluir mais uma importante etapa nessa jornada.

Ao professor doutor Marcus Lima, meu orientador, por compartilhar comigo seu tempo e sua sabedoria; por acreditar que eu sempre podia ir além e me instigar a fazê-lo e por ter me desafiado a criar a “Análise Cívica do Jornalismo”.

Ao professor doutor Luiz Otávio de Magalhães, por tão prontamente aceitar o desafio de me coorientar; por tudo que me ensinou (nas aulas e na orientação), pelas palavras de conforto quando as coisas pareciam (mas só pareciam!) não ir tão bem. Obrigada pelas preciosas correções e sugestões!

À professora doutora Ester Maria de Figueiredo Souza, por todas as portas abertas, artigos compartilhados, pelos prazerosos diálogos e por sempre ver algo de bom em mim. Seu incentivo foi fundamental. Obrigada por cada consideração (na banca e fora dela), que vai contribuir muito não apenas para minha profissão, mas para toda a vida.

À professora doutora Karina Janz Woitowicz, pela sua disponibilidade, pelo tempo dispensado, pelas valiosas contribuições à pesquisa e pela recepção calorosa na cidade de Ponta Grossa. Meu desejo é que nossos “caminhos acadêmicos” se cruzem outras vezes!

À jornalista Mirna Ledo, por ter dado a primeira ideia que ajudou na reconstrução do projeto e por ser a ponte fundamental entre mim e a Produção do telejornal Repórter Brasil, sem a qual essa dissertação não seria a mesma. À Débora Brito, produtora da TV Brasil, por ter sido tão solícita e fornecido as informações sobre a série de reportagens.

A Iulo Almeida, por mais uma vez dividir essa trajetória comigo. Ter você por perto outra vez fez toda a diferença. Estar com você é ter certeza que tudo vai ter mais graça! A Fábio Agra, por dividir comigo as preocupações, os trabalhos acadêmicos e o desejo de ir à Irlanda. Quem sabe na próxima?!

À professora (e amiga) Gerenice Cortes, à Missionária Itamar Amorim e ao Pr. Georges Amorim pela torcida, palavras de incentivo e pelas orações.

Ao professor Dirceu Góes, pela troca de ideias e saberes e pelos exemplares bibliográficos cedidos.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), obrigada pela paciência!

Aos meus preciosos da Igreja Batista Memorial do Calvário, por sempre me proporcionarem momentos de muita alegria e por entenderem as minhas ausências.

À UESB, lugar pelo qual tenho muito carinho, pois foi onde construí toda a minha trajetória acadêmica e profissional.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que possibilitou a minha permanência no Mestrado e o desenvolvimento da pesquisa por meio do seu programa de bolsas.

*“O jornalismo é, antes de tudo e sobretudo, a prática diária da inteligência e o exercício cotidiano do caráter”.*

Cláudio Abramo



## RESUMO

O jornalismo praticado nos moldes do capitalismo, em sua busca pelo lucro, se afastou da sua função social de fortalecimento da democracia e da vida pública. Portanto, temos como objetivo nesta dissertação, apontar a filosofia do jornalismo cívico como uma alternativa para uma prática jornalística mais voltada aos anseios e necessidade dos cidadãos. Também foi nosso propósito criar categorias de análise para avaliação de produtos jornalísticos que se assumam ou se aproximem da prática do jornalismo cívico, denominadas Análise Cívica do Jornalismo. A delimitação das categorias está fundamentada na própria trajetória do jornalismo cívico, bem como na Teoria da Responsabilidade Social da Mídia e na cartilha publicada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) intitulada “Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para cobertura jornalística”. Para alcançar os objetivos acima descritos, utilizamos como estratégia metodológica a pesquisa aplicada e a abordagem qualitativa, especialmente no momento em que testamos as categorias propostas em um produto jornalístico, além das pesquisas bibliográfica e documental. Por fim, vamos aplicar as categorias apresentadas em um produto jornalístico, a saber, a série de reportagens sobre adolescentes em conflito com a lei, veiculada no período de 20 a 23 de agosto de 2012, pelo jornal Repórter Brasil, um programa jornalístico da TV Brasil. Consideramos que este estudo possui relevância social, tendo em vista que a discussão aqui empreendida possibilitará uma reflexão sobre a responsabilidade e os rumos da prática jornalística em nossos dias. Destacamos também a sua relevância científica, não apenas por reforçar a proposta de um novo fazer jornalístico, contribuindo com a formação dos futuros comunicadores sociais, mas também, por oferecer, por meio da **Análise Cívica do Jornalismo**, subsídios para que futuras pesquisas na área sejam empreendidas.

**Palavras-chave:** Análise cívica do jornalismo. Jornalismo cívico. TV Brasil.

## ABSTRACT

The capitalist way of Journalism practice has departed it from its social function of strengthening democracy and public life whilst questing for higher profits. Therefore, we aim, in this Master thesis, to point out the Philosophy of Civic Journalism as an alternative practice to mainstream Journalism, one more geared to the wishes and needs of citizens. It has been also our intention to create some categories of analysis, called Civic Journalism Review, for evaluating Journalistic products that assume the practice of Civic Journalism as a particular way to have a better Journalism. These categories are based on the very trajectory of Civic Journalism and the Theory of Media Social Responsibility and in one booklet published by the *Agência de Notícias dos Direitos da Infância* (ANDI) entitled "Adolescents in conflict with the law: news coverage reference guide". To achieve the objectives described above, we have used, in addition to bibliographic and documentary research, an applied and qualitative approach as a methodological research strategy. Finally, we had applied these categories on a Journalistic product, which were a series of reports on children in conflict with the law, broadcasted between the 20th and the 23rd August 2012, in *Repórter Brasil*, a news broadcasting by *TV Brasil*. We believe this study is socially relevant, given that our discussion will enable a reflection on the responsibility and direction of journalistic practice throughout the present days. We also highlight its scientific importance, not only to strengthen the proposal of a new journalistic making, contributing to the training of future social communicators, but also by offering, through Civic Journalism Analysis, subsidies for next researches in this area to be made.

Keywords: Civic Journalism Review. Civic Journalism. TV Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1. Considerações Iniciais</b>	12
<b>2. Jornalismo como prática social</b>	23
2.1. Períodos históricos do jornalismo	29
2.2. “Quem dá mais”? – A informação como mercadoria	34
2.3. Quando o cheio provoca o oco	39
2.4. Repensando as práticas jornalísticas	40
<b>3. Nem “cão de guarda”, nem “quarto poder”: história, filosofia e práticas do jornalismo cívico</b>	42
3.1. Primeiras iniciativas: o estabelecimento de uma padrão cívico para o jornalismo	49
3.2. Novas práticas para uma nova tendência	53
3.3. Jornalismo Cívico no Brasil	58
3.4. Seria esta, então, a solução de todos os males do jornalismo?	61
3.5. “Se Maomé não vai à montanha...”: formas alternativas de inserção do público na prática jornalística	63
<b>4. Análise cívica do jornalismo: bases teórico-metodológicas</b>	68
4.1. A Teoria da Responsabilidade Social	70
4.2. Cartilha da ANDI	72
4.3. Categorias da Análise Cívica do jornalismo	72
4.3.1. Relevância do tema abordado	73
4.3.2. Origem da pauta	74
4.3.3. Natureza das fontes	74
4.3.4. Termos escolhidos para se referir aos atores sociais	77
4.3.5. Propostas de soluções	78
4.3.6. Função educativa da informação jornalística	79
<b>5. Por uma análise cívica do jornalismo</b>	81
5.1. O campo público de radiodifusão no Brasil	82
5.2. A TV Brasil	85

5.2.1. Relevância do tema abordado	90
5.2.2. Origem da pauta	90
5.2.3. Natureza das fontes	93
5.2.4. Termos escolhidos para se referir aos atores sociais	95
5.2.5. Propostas de soluções	98
5.2.6. Função educativa da informação jornalística	99
<b>6. Considerações finais</b>	<b>103</b>
<b>Referências</b>	<b>107</b>
<b>Anexos</b>	

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Estar informado sobre os últimos acontecimentos que ocorrem num contexto local ou global é um hábito tão comum quanto qualquer outro que realizamos em nosso cotidiano. Procuramos informações úteis sobre o mercado financeiro, saúde, educação, bem-estar, as ações do governo e outras mais corriqueiras ligadas a entretenimento e comportamento.

Pena (2005b, p. 23), afirma que “a natureza do jornalismo está no medo”. É justamente o medo do desconhecido que guia o ser humano em sua busca por informações, por conhecer o que se passa até mesmo nos lugares mais distantes do universo. Para esse estudioso, isso faz parte da ilusão de ubiquidade que alimenta o imaginário humano e, na tentativa de suprir a incapacidade de onipresença das pessoas, busca-se, ao menos, saber o que acontece ao seu redor, seja qual for o perímetro.

Mas o que quer dizer informar? Para compreender esse ato e suas implicações, recorreremos aos escritos de Daniel Cornu (1994, p. 13), no momento em que o autor explica que “informar é dar forma a uma informação destinada à outra ou a várias pessoas. A informação é, pois uma noção que abrange simultaneamente um conteúdo e sua forma, bem como o ato de transmitir”.

Desse modo, a informação é parte essencial do processo de comunicação que empreendemos com nossos semelhantes. Estar informado é como fazer as refeições diárias, por exemplo. Buscamos a informação de modo tão natural quanto procuramos o alimento e muitas vezes até aliamos as duas ações.

Essa analogia nos faz pensar a comunicação e o processo de transmissão de informação como necessidade. Na medida em que grupos de pessoas começaram a se reunir em locais com delimitações geográficas específicas, formando os povoados e cidades, uma sistematização da vida comunitária foi imperativa. Com a expansão desses agrupamentos, tanto em número quanto em extensão, a circulação de informações tornou-se uma pré-condição para a orientação do povo. Os relatos bíblicos nos trazem os Livros da Lei, também conhecidos como Torá ou Pentateuco, uma coletânea de escritos que traz a história dos hebreus e das leis estabelecidas visando o bom funcionamento da vida em comum. As informações dispostas especialmente nos livros de Levítico, Números e Deuteronômio trazem instruções claras que versam desde temas organizacionais como economia, nomeação de líderes, controles e registros até os assuntos de caráter relacional, tais como o lidar com estrangeiros, escravos, credores, cônjuges, filhos, parentes próximos etc.

A circulação de informações era de suma importância para a tomada de decisões que afetariam o cotidiano das comunidades. O estabelecimento da democracia na antiguidade possibilitou a participação ativa dos cidadãos, homens acima de 18 anos, nos organismos que definiam os rumos da vida pública e, para tanto, eles precisavam ser informados. Nas antigas assembleias atenienses do século IV a.C. eles poderiam estar presentes na discussão e votação de temas muitas vezes vitais, como defesa nacional e suprimento de alimentos. Na realização das assembleias, uma espécie de agenda com os assuntos que seriam tratados era lida e cada ponto era aberto à fala e deliberação.

Como um ente criativo, o ser humano sempre encontrou formas diversificadas que suprissem essa necessidade de transmitir as informações. É possível afirmar que as primeiras formas de linguagens utilizadas pelas pessoas para se comunicar tenham sido não-verbais. O fogo, os gestos e as marcas deixadas no interior das cavernas são indícios de um modelo de comunicação dos homens denominados primitivos, os quais, mesmo sem o suporte da escrita, transmitiam aos seus semelhantes os fatos típicos do cotidiano, como o relato das batalhas e os resultados da caça e da pesca (KOSSAR FURTADO; GADINI, 2013).

Com a consolidação da escrita, materiais como ferro, madeira e bambu foram utilizados como suporte para registro e disseminação da informação. Aos poucos a informação deixa de ser apenas uma necessidade para um bom funcionamento da vida em comunidade para ser um direito, que séculos depois viria a ser garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, como podemos conferir em seu Artigo 19, que diz: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

O direito à informação, aliado à liberdade de expressão são também princípios básicos dos códigos de ética e de deontologia do jornalismo; o Código de Ética dos jornalistas brasileiros destaca em seu Artigo 2º que, uma vez reconhecido como direito fundamental, o jornalista, no exercício de sua profissão, não deve admitir que o acesso à informação seja impedido por qualquer tipo de interesse. Balle (apud CORNU, 1994, p. 202) explica que

o direito à informação reclama para todos os cidadãos uma igual possibilidade de acesso a todos os fatos de atualidade, quer esses últimos residam nos próprios acontecimentos ou na expressão de julgamentos ou opiniões, desde que esses fatos sejam apresentados de maneira inteligível por todos, sem o que a liberdade se transforma em privilégio de alguns.

Com o avançar das décadas e as transformações ocorridas na sociedade, as quais tornaram suas estruturas mais complexas, a produção e circulação de informações foram sendo aperfeiçoadas para atender às necessidades dos governantes de tornarem públicos seus decretos, documentos e informações pertinentes à manutenção da ordem local.

Esse fato comprova o que diz Pena (2005b, p. 33): “o desenvolvimento dos canais de informação está sempre atrelado a interesses econômicos ou políticos. Na maioria das vezes, os dois juntos. Como quase tudo na sociedade ocidental”. Não foi diferente com o jornalismo. Infelizmente.

Ao iniciar a pesquisa que ora apresentamos concretizada nessa dissertação havia a ideia de que a prática do jornalismo nasceu como um instrumento de fortalecimento da vida pública e um meio através do qual os cidadãos, bem informados sobre os fatos que eclodem no seio social, fossem impelidos a exercer essa cidadania. Outrossim, pensávamos que o sensacionalismo, a descontextualização das notícias e o apego exacerbado ao lucro fossem fenômenos da nossa atualidade, que macularam uma trajetória idônea de uma prática social do jornalismo. Mas, na verdade, a história é outra. Ainda de acordo com Pena, (idem, p. 33-34)

[...] sua origem [do jornalismo] como veículo periódico está no lucro. Em seu código genético não encontramos um serviço público, mas sim um comércio de notícias. Na árvore genealógica dos jornais estão as gazetas, que vêm do italiano *gazzette*, a moeda utilizada em Veneza no século XVI. [...] As notícias eram vinculadas ao interesse mercantil, com informes sobre colheitas, chegada de navios, cotações de produtos e relatos de guerra. [...] Claro que havia um público restrito com interesses específicos (políticos e econômicos, obviamente) e seu conteúdo era controlado. Mesmo assim, esse tipo de “jornalismo primitivo” já provocava reações exaltadas de nobres e religiosos que se sentiam prejudicados pela exposição pública.

Essa realidade nos faz pensar as informações sob dois aspectos que estão intimamente relacionados: como poder e como lucro. Pensar em informação como poder é admitir que uma sociedade bem informada tem a possibilidade de transformar a realidade em que vive. Por isso as instituições que representavam o poder na sociedade, como Estado e Igreja, tentaram por muito tempo controlar a produção de informações e conhecimentos. Quando da instauração dos governos ditatoriais em muitos países houve um grande esforço para conter a imprensa, jornalistas, estudantes universitários e demais pessoas que, munidas de conhecimento e informação, não aceitariam facilmente as imposições governamentais.

Pensar a informação como lucro é perceber que, como exposto acima, a sistematização da informação em veículos noticiosos foi feita com base na lógica mercadológica. E com o

desenvolvimento da prensa móvel, criada por Johannes Gutemberg em 1438, o número de pessoas interessadas em investir no comércio jornalístico foi ampliado consideravelmente.

No Brasil, por exemplo, a chegada da imprensa (no sentido da tecnologia de impressão e da prática jornalística) é concomitante à vinda da comitiva da família Real de Portugal, em 1808, que buscava na sua (então) colônia um refúgio contra as forças do exército de Napoleão Bonaparte. Isso implica dizer que no nosso país a imprensa nasce ligada aos interesses da elite dominante e para satisfazer as necessidades dos governantes. Contudo, antes desse período algumas iniciativas foram registradas em Pernambuco (1706), no Rio de Janeiro (1747) e mais tarde em Minas Gerais (1807), todas elas suprimidas pelo governo português sob a pretensão de manter a colônia em seu total domínio (SODRÉ, 1999).

A história da imprensa no Brasil é cercada por controvérsias e entre elas está o período do seu surgimento. Duas datas são apontadas como marco fundador da atividade no país: 1º de junho de 1808, que se refere ao lançamento do jornal *Correio Braziliense* em Londres (o qual, embora lançado fora do país, é considerado por alguns historiadores como o primeiro periódico brasileiro), e 10 de setembro desse mesmo ano, data de criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* (COSTELLA, 2001).

Em 13 de maio de 1808, D. João assinou o documento que criou a Imprensa Régia, cujos primeiros anos foram marcados por oficialismo, oposições e uma forte censura que tinha como intuito impedir a divulgação de qualquer informação contra a corte, os bons costumes e a família. Nos anos 1820 a censura à imprensa começa a perder força, dando lugar a uma imprensa combativa; no final de 1821 e início de 1822 a Campanha do Fico foi mobilizada por jornais como o *Revérbero Constitucional Fluminense* e *A Malagueta*.

Após a independência houve um intenso período de perseguições a jornalistas. A aristocracia rural tentava suprimir a oposição desencadeada pela imprensa agredindo os radicais liberais e fechando jornais. Nesse período surgem os pasquins, periódicos de vida curta, com características panfletárias e linguagem violenta, essencialmente polemistas; pró ou contra o governo, difamavam, atacavam e injuriavam com voracidade, afinal “não conheciam seus donos outra forma de fazer jornalismo, encarando a atividade como forma de dar vazão à sua opinião, não necessariamente atrelada à busca por credibilidade” (PERANTI; MARTINS, 2006, p. 7).

Na segunda metade do século XIX o desenvolvimento dos jornais se intensifica e a imprensa republicana é motivada principalmente pelos ideais abolicionistas. Entre os



principais jornais em circulação no período destaca-se o *Província de São Paulo*, que mais tarde passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*, e o *Jornal do Brasil*<sup>1</sup>.

Nos primeiros anos do século XX, ocorreu uma transição da pequena para a grande imprensa. Sodré (1999, p. 275) explica que

os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. [...] Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas; a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço.

Como destaca ainda esse autor, na passagem do século o jornal ganha contornos de empresa capitalista, seja ela de maior ou menor porte, não havendo mais lugar nas grandes cidades para empreendimentos individuais ou aventuras isoladas. Ainda na primeira metade do século XX vemos que a imprensa e a literatura começam a andar de mãos dadas; a imprensa proletária movimentada pela classe operária se torna um instrumento de luta e resistência dos trabalhadores; e a publicidade, articulada às novas demandas da vida urbana, transformou-se numa fonte essencial de recursos para as empresas jornalísticas.

Alguns fatos ocorridos nesse período foram decisivos para definir os rumos da imprensa moderna. Em 1923 houve a aprovação da Lei de Imprensa, discutida desde o ano anterior; em 1922 foi realizada a primeira transmissão de rádio no Brasil (contudo os primeiros decretos referentes ao meio de comunicação só foram outorgados em 1931 e 1932, no governo Vargas); em 1950 acontece a primeira transmissão televisiva no país e a sua regulamentação ocorreu em apenas em 1962, através do Código Brasileiro de Telecomunicações (PERANTI; MARTINS, 2006).

Não se pode traçar um percurso histórico do jornalismo no Brasil, mesmo que de forma breve, sem citar Assis Chateaubriand. Entre as décadas de 1930 e 1960, Chatô, como era conhecido, foi um dos homens públicos mais influentes do país. Sua fama se intensificou por meio dos Diários Associados, o maior conglomerado de mídia da América Latina, empresa que, no auge da sua existência, contou com mais de cem veículos de notícias, entre jornais, emissoras de rádio, redes de televisão, revistas e agências telegráficas. Chateaubriand foi conhecido, ainda, como responsável pela chegada da televisão ao Brasil, com a

---

<sup>1</sup> Disponível em <[http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa\\_Brasileira\\_dois\\_seculos\\_de\\_historia.pdf](http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf)>. Acesso em 30/11/2013.

inauguração em 1950 da TV Tupi, a primeira emissora de televisão do país. Foi uma personalidade polêmica, conhecido não só pelo seu poder no ramo da comunicação, mas também pelos meios adotados para alcançá-lo: chantagens e insultos públicos a desafetos eram práticas comuns, motivados, quase sempre, por interesses econômicos.

Na segunda metade do século XX a imprensa é marcada pela censura empreendida pelo governo nos longos anos de Ditadura Militar. Com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 o exercício do jornalismo fica ainda mais comprometido e a liberdade de expressão totalmente cerceada. O silenciamento dos jornais não foi causado apenas pelas perseguições, prisões e violência; de acordo com Peranti e Martins (2006, p. 11),

o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um dos braços fortes da ditadura, encarregou-se de distribuir as mais fartas verbas já vistas em jornais e rádios. Comportou-se o DIP, ainda, de forma pouco usual: interveio em jornais privados, colocando nos postos de chefia homens de sua confiança, como ocorreu em *O Estado de São Paulo*.

No governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), último presidente do período de regime militar, houve ainda uma censura aos meios eletrônicos, entretanto, o processo de redemocratização empreendido pelos movimentos populares que se consolidou em meados dos anos 1980 – especialmente o “Diretas Já” em 1984 – encerrou o ciclo dos governos militares.

A partir desse momento, houve uma significativa alteração tanto na relação entre mídia e política no país quanto na própria atuação do profissional de jornalismo. A imprensa teve uma atuação importante no processo acima citado, não apenas na cobertura e repercussão dos fatos, mas como um agente na luta pela democracia.

É também nesse período que se definem os aspectos legais da profissão, especialmente no que se refere à formação e à obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. O Decreto-Lei 972, de 17 de Outubro de 1969, aprimorado no Decreto 83.284, de 13 de Março de 1979, apresentou as atividades de jornalistas, além de definir os tipos de registro profissional: Jornalista Profissional Diplomado e Jornalista Profissional por Função Específica.

A profissionalização da atividade jornalística trouxe entre tantas vantagens a necessidade de se estabelecer e registrar padrões éticos e morais para a profissão. Contudo, a falta de um órgão que regule efetivamente o exercício do jornalismo e a não exigência do

diploma de nível superior<sup>2</sup>, para que o indivíduo atue como jornalista, acabam por não dar aos códigos a visibilidade e atenção que lhes são devidas.

Nossa intenção não é colocar o jornalismo como o vilão da história e renegar outras conquistas importantes que foram alcançadas tendo a imprensa como instrumento de luta e resistência. Quando a “ideologia das Luzes” passou a vigorar, por exemplo, o jornalismo foi um importante meio de esclarecimento político e ideológico. Mas, de fato, pensar que o jornalismo sempre foi baluarte da justiça, da verdade e da igualdade soa, agora, como uma visão um tanto romântica dessa atividade.

Mudar essa “visão romântica” não representou um aspecto negativo na realização da pesquisa, ao contrário, ampliou a nossa visão acerca da prática jornalística. Foi muito positivo também do ponto de vista científico, afinal, uma pesquisa é feita de uma série de construções e, mais ainda, de inúmeras desconstruções de ideias, pensamentos e (pre)conceitos.

Esse período de (des)construções permitiu resultados mais sólidos e consistentes para uma inquietação científica que nasceu ainda na graduação em Comunicação Social/Jornalismo, período em que realizamos um projeto de iniciação científica voluntária no Núcleo de Pesquisas em Jornalismo, com ênfase no jornalismo cívico, vinculado ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Uesb, sob orientação do professor doutor Marcus Antônio Assis Lima.

No desenvolvimento das pesquisas concernentes ao referido programa de iniciação científica, a bibliografia revista e os objetos analisados trouxeram a constatação de que o jornalismo tal como tem sido praticado, com a escolha de temas apelativos e sensacionalistas por grande parte dos veículos noticiosos em sua busca pelo lucro, foge em muitos aspectos daquilo que os códigos deontológicos e de ética determinam para um bom exercício da profissão, os quais, embora possuam diferentes formatos e organizações textuais, expõem, basicamente, como princípios o respeito à verdade e a defesa da liberdade de informação.

Nos primeiros passos deste estudo compartilhávamos do pensamento de Devis Merrit (1997) de que a vida pública, da forma como a nossa democracia é expressa e vivida não vai bem. Há um crescente descrédito nos políticos, no governo em geral, pela corrupção e falta de transparência em seus atos e na imprensa, de modo geral, por estar, mesmo que de maneira

---

<sup>2</sup> Até a presente data (fevereiro/2014) a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados (CCJ) havia aprovado a proposta de emenda à Constituição que estabelece a exigência do diploma de curso superior em jornalismo como requisito para o exercício da profissão. A PEC já foi aprovada pelo Senado e, a partir disso será analisada por uma comissão especial antes de ser encaminhada ao plenário da Câmara. Caso seja alterada, terá de retornar ao Senado. Pelo texto da emenda, fica determinado que a exigência do diploma pode ser dispensada para “colaboradores” de meios de comunicação (colunistas e profissionais que já atuam no setor).

velada, vinculada a algum ideal político-partidário e se afastar dos padrões éticos e morais que regem a profissão.

De fato, o jornalismo está fundamentado em algumas crenças que precisam ser reconsideradas (como a imparcialidade, o distanciamento e a objetividade) se quiser efetivamente ajudar as comunidades a buscar soluções para seus problemas. Cole C. Campbell (1999) defende a ideia do jornalismo como uma “arte democrática” e acredita que a razão do descrédito que essa atividade muitas vezes enfrenta perante o público é por não estar à altura das expectativas dos cidadãos. E mais,

muitas vezes nós jornalistas negamos qualquer responsabilidade por nossa cobertura. Fingimos que a notícia é uma coisa concreta, que simplesmente coletamos e apresentamos, ainda que com graça artística. Repudiamos qualquer ideia de que nós construímos a notícia, ao selecionarmos os fatos que merecem atenção e em qual contexto. E ainda nos absolvemos, ao dizermos que nosso maior objetivo é a busca da verdade. Estamos, em suma, buscando uma verdade que já existe, e não podemos ser responsabilizados por apenas farejá-la (CAMPBELL, 1999, p. xv)<sup>3</sup>.

Diante dessas considerações, o objetivo geral dessa dissertação é apontar a filosofia e a prática do jornalismo cívico como uma estratégia para uma revitalização do interesse e da participação dos cidadãos na democracia e na vida cívica, compreendendo que, mais do que informar, o jornalismo deve atuar no processo de formação do seu público.

Como objetivo específico, destacamos a elaboração de um modelo de análise, denominado **Análise Cívica do Jornalismo**, que permita avaliar produtos jornalísticos que se assumam ou se aproximem da filosofia do jornalismo cívico.

No que concerne à metodologia, adotamos como estratégia, do ponto de vista da natureza e a partir da delimitação do nosso objetivo acima exposto, a pesquisa aplicada, que, de acordo com Silva & Menezes (2005, p. 20) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos”. Uma vez que nos propomos também a aplicar as categorias desenvolvidas em um produto jornalístico, optamos pela abordagem qualitativa, tendo em vista que se trata de uma pesquisa que privilegia a interpretação dos dados em vez da sua mensuração (SANTAELLA, 2001).

---

<sup>3</sup> Tradução nossa. No original: “Too often, we journalists disavow any responsibility for our coverage. We pretend that news is a concrete thing that we merely collect and present, albeit with artful grace. We disavow any notion that we construct news by selecting which facts warrant attention and in what context. And we absolve ourselves further by saying our highest objective is the pursuit of truth. We are, in short, seekers of an already extant truth for which we cannot be held accountable for merely sniffing out”.

Como procedimento técnico, lançamos mão da pesquisa bibliográfica. Revisitar conceitos e apreender teorias foi uma importante etapa do processo de (des)construção das discussões que ora apresentamos materializadas nessa dissertação (Seções 2 e 3). A partir de então, encontramos o embasamento teórico necessário para fundamentar a criação das categorias de análise que compõem a Análise Cívica do Jornalismo (Seção 4).

A pesquisa documental, ou seja, recorrer a “materiais que não receberam tratamento analítico” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 21) também fez parte da nossa trajetória e se deu com a coleta e análise da série de reportagens “Crime, Castigo e Recuperação”, com vistas à aplicação das categorias da Análise Cívica do Jornalismo (Seção 5). Também fez parte da nossa estratégia metodológica estabelecer o contato com a produção do Jornal Repórter Brasil para que o procedimento de análise (especialmente a segunda categorial – “origem da pauta”) fosse possibilitado. No dia 13 de julho encaminhamos um email para a produtora Débora Brito, responsável pela série de reportagens, buscando conhecer como se deu o processo de produção e o nível de inserção do público nesse debate (anexo 1).

Sendo assim, havia a necessidade de compreendermos como o jornalismo tomou a forma que conhecemos hoje e como o capitalismo moderno influenciou a produção das notícias. Para essas questões reservamos a **Seção 2**, intitulada “Jornalismo como Prática Social”, espaço no qual discutimos a evolução dos métodos de transmissão de informações, da oralidade à escrita, e como eles foram ampliados a partir da invenção da tipografia. Abordamos também a organização do jornalismo nos períodos históricos descritos por Ciro Marcondes Filho na obra *Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos*, que compreende da “pré-história” até o “4º jornalismo”.

Ainda nesta seção mencionamos alguns aspectos que se revelam nocivos a uma prática do jornalismo que visa atender as reais demandas da sociedade, tais como a busca incessante pelo lucro, o sensacionalismo e o fenômeno da incomunicação. Para compreendermos as questões aqui dispostas, tomamos como base, além de Marcondes Filho, as contribuições de Luiz Beltrão e Felipe Pena.

O tema que norteia todo o nosso estudo se concentra na **Seção 3**. É aqui que vamos discutir os princípios, a história, a filosofia e os pressupostos do jornalismo cívico. O que é afinal o jornalismo cívico? O que pretende e quais são as mudanças que propõe para um jornalismo mais ético e que cumpra efetivamente sua função social?

O jornalismo cívico é um movimento que surgiu nos Estados Unidos no fim dos anos 1980, quando, nas eleições presidenciais de 1988, um grupo de jornalistas decidiu fazer uma

cobertura diferenciada da tradicional “corrida de cavalos” (saber quem está à frente nas intenções de voto), dando centralidade aos anseios e necessidades dos cidadãos.

O jornalismo cívico tem como metas combater essa falsa ideia de que o jornalismo é objetivo, distanciado e imparcial e promover um despertar do cidadão para a importância de que ele mesmo participe ativamente da tomada de decisões sobre temas que o afetem diretamente. Algumas das principais iniciativas e como o Brasil tem recebido o jornalismo cívico também são descritas nesta seção, que está amparada especialmente nos pressupostos de Nilson Lage, Nelson Traquina e Jay Rosen.

Na **Seção 4** apresentamos as categorias que compõem a **Análise Cívica do Jornalismo**, seus objetivos e os pressupostos teóricos que a fundamentam. Para delimitar as seis categorias de análise que apresentamos neste trabalho tomamos como base a própria história do jornalismo cívico e as indicações que os pais e advogados dessa teoria-prática apontam para um melhor exercício do jornalismo. Outra importante contribuição vem da “Teoria da Responsabilidade Social da Mídia”, desenvolvida pela Comissão Hutchins em 1947 com o objetivo formal de delimitar as funções da mídia na sociedade moderna. Essa teoria tem sido vista como uma possível base para estabelecimento de um jornalismo mais ético (PAULINO, 2008). Ainda no processo de delimitação das categorias, utilizamos a cartilha “Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para cobertura jornalística”, publicada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012. Embora a ação da ANDI seja voltada para o tema “infância e adolescência na mídia”, percebemos que as orientações dispostas na cartilha podem e devem ser aplicadas em outras instâncias de atuação do jornalismo.

Na **Seção 5** aplicamos as categorias da **Análise Cívica do Jornalismo** em um produto jornalístico televisivo. Nesse ponto tomamos como objeto de análise a série de reportagens sobre adolescentes em conflito com a lei intitulada “Crime, Castigo e Recuperação”, exibida entre os dias 20 e 23 de agosto de 2012, pelo Jornal Repórter Brasil, da TV Brasil, uma emissora mantida pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). A escolha do objeto se deu por se tratar de uma emissora pública, cuja configuração deve estar distanciado de interesses econômicos e também pela temática abordada na série. A coleta das reportagens foi feita através de *download* do material que foi disponibilizado no site Youtube.com, no perfil mantido pela TV Brasil<sup>4</sup>. Todas as reportagens foram coletadas no dia 24 de agosto de 2012,

---

<sup>4</sup> Links das reportagens disponibilizados no perfil da TV Brasil no site Youtube.com: Reportagem 01 <<http://www.youtube.com/watch?v=XaIZdKERRFg>>

um dia após a exibição da série. Esse passo foi preponderante para possibilitar o constante acesso ao conteúdo das matérias e posterior avaliação dos dados.

Para uma avaliação e uma aplicação mais precisa da Análise Cívica do Jornalismo, procedemos, ainda, a transcrição das reportagens. Vale ressaltar que nossa intenção não é analisar a “encenação” televisiva, portanto, não julgamos necessário fazer uma transcrição diferenciada, com marcações próprias para a entonação ou postura do jornalista apresentador e da repórter ou mesmo para alguma imagem específica. A transcrição integral disposta nos anexos segue o padrão do texto para VT disponibilizado via *email* pela produção do telejornal Repórter Brasil. Como se trata de um *corpus* reduzido, do ponto de vista da quantidade de reportagens a serem avaliadas, não consideramos necessário adotar nenhuma forma sistemática de organização.

Em suma, a abordagem deste tema possui uma relevância social, uma vez que a análise dessas práticas permitirá uma reflexão sobre a responsabilidade social do jornalismo e a linguagem adotada em sua jornada pela aproximação com o público. Este estudo apresenta uma relevância científica, por reforçar a proposta de um novo fazer jornalístico, desenvolvendo uma estrutura teórica que contribua com a formação dos futuros comunicadores sociais e também das mentes inquietas já inseridas no mercado, a partir da adoção de uma nova postura pautada nos ideais propostos pelos “fundadores” do jornalismo cívico.

---

Reportagem 02 < <<http://www.youtube.com/watch?v=WarZ3AgRvGY>>

Reportagem 03 < <http://www.youtube.com/watch?v=0REk1-LhTXk>>

Reportagem 04 < [http://www.youtube.com/watch?v=L9dP\\_tl5mEw](http://www.youtube.com/watch?v=L9dP_tl5mEw)>

## 2. JORNALISMO COMO PRÁTICA SOCIAL

*A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo.*

Bakhtin/Voloshnov

A regulamentação da profissão de jornalismo no Brasil e sua instituição como campo específico do saber, que se torna objeto de formação em curso de nível superior, são fenômenos relativamente recentes, do ponto de vista histórico. Enquanto a primeira escola de jornalismo do mundo, a *Washington College*, foi fundada em 1869 nos Estados Unidos, mais precisamente no estado da Virgínia, pelo general Robert E. Lee, em nosso país, tanto a fundação da primeira faculdade de jornalismo quanto a regulamentação da atividade foram mais tardias.

Em 1943 o jornalista paulistano Casper Líbero, dono do jornal *A Gazeta*, determinou em seu testamento a criação de uma escola de jornalismo e ensino de humanidades, a qual estaria agregada ao complexo jornalístico composto pelo jornal impresso, pela rádio *Gazeta* e pelo semanário *A Gazeta Esportiva*. Entretanto, devido aos entraves burocráticos, apenas em 1947 a Faculdade de Jornalismo Casper Líbero, inicialmente vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, abria as portas para a sua primeira turma.

No tocante à regulamentação da profissão no Brasil, ela ocorreu com o Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969, que foi posteriormente modificado pela Lei 6.612 de dezembro de 1978 e Decreto 83.284 de março de 1979 (GHEDINI, 2002), conforme mencionado anteriormente.

Independentemente de regulamentações ou decretos, as pessoas formas eficazes de transmitir publicamente as informações, prática que durante muito tempo foi sustentada pela oralidade, antes (e também depois) que um modelo de escrita fosse determinado e difundido. A vocação dos contadores de histórias, que cumpriam também a função de comunicação e, frequentemente, de informação, se alimentava da curiosidade e da necessidade do público.

A tendência de se dispor de mais informações e notícias é diretamente proporcional à prática da democracia na sociedade. Isso pode ser comprovado tomando-se como exemplo a democracia ateniense (PENA, 2005b), e seu importante mercado, onde tudo que era interessante ao público era exposto ao ar livre. Pery Cotta aponta Aristóteles como um “pai genético” do jornalismo, pela importância que este conferiu ao discurso em público. O autor faz uma relação entre as normas prescritas por Aristóteles e as recomendações feitas pelos



manuais de redação e estilo, como o exórdio de Aristóteles e o *lead*<sup>5</sup> jornalístico, ambos se referindo à abertura do texto. Para Cotta, portanto, o filósofo deixou um legado para a Comunicação Social, especialmente para o jornalismo:

Embora não houvesse um único jornal na distante Antiguidade, todos os meios de comunicação que vieram muito posteriormente trazem enraizadas a linguagem oral e as formas oratórias preconizadas pelo filósofo grego. Por isso o jornalismo impresso deve ser entendido [...] como fruto incontestável daquela antiga oralidade, dos ensinamentos gregos de como comunicar-se diretamente com o público (COTTA, 2005, p. 15).

Desse modo, os relatos orais e as histórias contadas e cantadas podem ser considerados como a primeira grande mídia da história da humanidade, ou, nas palavras de Albert e Terrou (1990), “os antepassados do jornal”. Segundo esses autores, grandes e pequenos impérios da Antiguidade ou da Idade Média criaram redes de coleta e difusão de informações, cujos mensageiros transmitiam oralmente – e mais tarde por meio da escrita – notícias que poderiam ser levadas ao conhecimento de um público determinado, mais ou menos amplo, pelas mais diferentes formas de divulgação.

Com a expansão e consolidação da cultura escrita nos séculos XII e XIII (BRIGGS; BURKE, 2006), que se deram de maneira distinta em cada sociedade, a potencialidade da linguagem se ampliou quase ilimitadamente (ZUMTHOR, 1993; ONG, 1998). Briggs e Burke nos contam que

Foi somente pouco a pouco, a partir do século XI que a escrita começou a ser empregada por papas e reis para uma variedade de propósitos práticos, enquanto a confiabilidade na escrita como registro [...] se desenvolveu ainda mais lentamente. [...] Manuscritos – inclusive iluminuras – foram produzidos em número cada vez mais elevado nos dois séculos anteriores à invenção da impressão gráfica, nova tecnologia introduzida para satisfazer uma demanda crescente por material de leitura (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 20).

O exercício da escrita e, conseqüentemente, o hábito da leitura, provocou o surgimento de novos costumes que transformaram o comportamento dos indivíduos, refletindo na relação consigo mesmo, com a adoção de uma postura mais solitária. A expansão da escrita também repercutiu nas formas de se relacionar com os outros, impondo um maior distanciamento, já que a prática da leitura é, muitas vezes, um ato individual. A

---

<sup>5</sup> O *lead* ou *lide* corresponde à abertura do texto, a qual contém as informações mais relevantes referentes ao tema tratado e é responsável por despertar a atenção do leitor para dar prosseguimento à leitura do texto. Apresenta perguntas clássicas: O que? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

própria estrutura física das residências também foi afetada, passando, então, a comportar um ambiente específico para tal atividade (ARIÈS, 1991).

O aperfeiçoamento dos recursos de comunicação trouxe uma valiosa contribuição para o ser humano, seja no âmbito material ou imaterial. A escrita mudou não somente nossas atividades habituais, como também influenciou na nossa maneira de pensar e na forma como transmitimos nossos pensamentos. As técnicas de transmissão de informações são um dos principais agentes de transformação das sociedades; com seus diversos usos, com as diferentes formas que assumem, elas alteram e condicionam nossas atividades cotidianas. Contudo, mudanças menos visíveis mas não menos significativas são geradas pelas técnicas. Elas podem alterar a forma como percebemos a realidade à nossa volta e as relações que estabelecemos com o outro e, conseqüentemente, a forma como nos expressamos através da linguagem. Na visão de Pierre Lèvy (1993, p. 89),

a escrita permite uma situação prática de comunicação radicalmente nova. Pela primeira vez os discursos podem ser separados das circunstâncias particulares em que foram produzidos. [...] A comunicação puramente escrita elimina a mediação humana no contexto que adaptava ou traduzia as mensagens vindas de um outro tempo ou lugar. [...] Quando mensagens fora do contexto e ambíguas começam a circular, a *atribuição do sentido* passa a ocupar um lugar central no processo de comunicação. (destaques do autor)

A palavra (em suas mais diversas formas de expressão), enquanto estruturadora da linguagem e instrumento de comunicação e ligação do sujeito com o seu meio, funcionou, como descreve Gomes, como um fio condutor que contribuiu para a afirmação da humanidade como grupo de seres que pensam, são sensíveis, trocam e modificam subjetividades e podem agir e reagir com o outro e com a natureza à sua volta, “formando uma teia de pensamentos e acontecimentos construída entre consensos e conflitos” (GOMES, 2007, p. 25). Neste sentido, é possível afirmar ainda que “a palavra é a expressão da comunicação social, da interação social de personalidades definidas, de produtores. E as condições materiais da socialização determinam a orientação temática e constitutiva da personalidade interior numa época e num meio determinados” (BAKHTIN, 1997, p. 188-189).

Placas de ferro, tabuletas de madeira e de marfim, cascas de figueira brava (utilizada pela civilização Asteca para grafar os símbolos e desenhos que compunham seu sistema de escrita), cerâmica e moldes de estuque (argamassa de secagem rápida, obtida como resultado da mistura de gesso, cal e água, onde os Maias registravam os elementos de sua escrita) e, mais tarde, o papiro e sua versão modernizada, o papel: essa constante busca pelo aperfeiçoamento das técnicas e dos materiais utilizados demonstra o grau de importância que

a comunicação sempre teve na vida das pessoas. Fazemos novamente menção aos escritos de Gomes (2007, p. 26), quando a autora explicita que

o reconhecimento da relevância dos modelos de comunicação e os diferentes tipos de interesses nos elementos que os compõem aconteceram na arrancada das sociedades feudais para as pré-capitalistas, alcançando sua consolidação ao nascer do projeto de modernidade que fundiu seus alicerces no desenvolvimento unívoco de um paradigma epistemológico, de transformação social, de poder e de política. Com o argumento da troca, do intercâmbio, da interação e compreensão entre as culturas, como de igual maneira, com o objetivo de dominação e expansão das fronteiras territoriais, comerciais e científicas, houve o investimento maciço na instrumentalização técnica que, por sua vez, impulsionou a alavanca da economia industrializada.

A cultura escrita foi se aperfeiçoando até chegar à grande revolução da disseminação da informação escrita, a imprensa, cujos créditos pela criação são destinados a Johannes Gutenberg (1368-1468).

Embora Gutenberg seja considerado o “pai da imprensa”, há a defesa de que a técnica da impressão foi, na verdade, criada pelos chineses no ano 105 da era cristã. Desse modo, Gutenberg não seria o inventor, mas o “reinventor” da imprensa ao aperfeiçoar a técnica da impressão com caracteres móveis no século XV. Briggs e Burke (2006, p. 24) explicam que na China e no Japão a impressão já era praticada desde o século VIII, ou mesmo antes desse período, mas o método era chamado “impressão em bloco”: “usava-se um bloco de madeira entalhada para imprimir uma única página de um texto específico. O procedimento era apropriado para culturas que empregavam milhares de ideogramas, e não um alfabeto de 20 ou 30 letras.” Segundo os autores, a invenção ocidental pode ter sido impulsionada pelas notícias dos acontecimentos no Oriente.

Mesmo com a “paternidade” questionada, interessa-nos ponderar que a popularização desse instrumento de impressão, aliada à crescente disseminação de conhecimentos e temas ligados à opinião pública, fizeram aumentar consideravelmente na Europa o número de *menanti, novellanti, repportisti e gazzettanti*, nomes dados a repórteres e redatores das folhas manuscritas, que unidos aos impressores, encontraram nessa atividade uma possibilidade de negócio lucrativo (BELTRÃO, 1992). Para Albert e Terrou (1990, p. 4-5):

Gutenberg permitiu a reprodução rápida de um mesmo texto e ofereceu à linguagem escrita as possibilidades de uma difusão que o manuscrito não tinha. No entanto, a imprensa periódica impressa só nasceu mais de um século e meio após a invenção da tipografia, tendo sido precedida por um verdadeiro florescimento de escritos de informação dos mais diversos tipos.

A tipografia foi responsável por impulsionar a indústria do livro e da imprensa periódica, embora a literatura e um “pré-jornalismo” já eram práticas comuns na sociedade. Nas palavras de Pena (2005, p. 28),

mesmo antes de Gutemberg as notícias já circulavam. De forma esporádica na Idade Média, mas consolidada nos séculos XIV e XV. Eram as informações manuscritas, que cresceram durante o desenvolvimento do comércio e da vida urbana. [...] Entretanto, apesar da razoável difusão quantitativa das notícias manuscritas, a impressão realmente é a verdadeira revolução da história do jornalismo.

Essa revolução apontada por Pena provocou mudanças estruturais na vida pública, uma vez que “o jornalismo tem por objetivo informar e orientar a opinião, censurar e sancionar as ações públicas dos habitantes de uma região e divulgar a cultura entre a população de um país” (BELTRÃO, 1992, p. 66); dito de outra maneira, é possível afirmar que os assuntos e os pontos de vista relatados pelo exercício cotidiano do jornalismo impulsionam a tomada de decisões e realizações da vida social.

O jornalismo toma para si a função de interpretar sucessivamente a realidade social para que o público possa compreendê-la, se adaptar a ela ou modificá-la. Ou seja, é de responsabilidade dessa atividade profissional tornar públicos os fatos que julga mais interessantes, significativos e incomuns. Ao identificar que determinado fato merece espaço nos impressos, *websites*, telejornais e programas radiofônicos, sua interpretação segue através de uma série de procedimentos que compõem a rotina produtiva dos jornalistas, a saber, a “recolha, seleção e apresentação das notícias” (WOLF, 1995). Podemos dizer que os acontecimentos emergem como matérias brutas no cotidiano das sociedades; são, então, identificados, colhidos, lapidados e interpretados pelas agências e veículos noticiosos e retornam a essas mesmas sociedades que se identificarão (ou não) com as informações ali transmitidas. A ação de interpretar fatos que eclodem no seio social coloca o jornalismo na posição de mediador entre o público e a realidade global.

Entretanto, mais do que interpretar, a mídia também constrói a realidade social que compartilhamos. Para Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 95),

Nas nossas sociedades, a mídia é, em grande parte, a que constrói a realidade social. Mas precisamos levar em conta que não estamos diante de um processo unilateral, mas que é gerado um reconhecimento dessa função por parte do receptor do discurso. As notícias ajudam a construir a sociedade

como se fosse um fenômeno social compartilhado, já que no processo de descrição de um fato relevante, a notícia o define como tal e lhe dá a forma necessária. Para que a mídia possa desenvolver essa função, é imprescindível que tenha, de fato, um elemento: a credibilidade.

Em outro momento, o autor reforça essa ideia (idem, p. 290):

Os meios de comunicação autodefinem-se como sendo simples transmissores da realidade social e, ao mesmo tempo, nos aparecem como ubíquos e oniscientes. Mas a sua ubiquidade e onisciência é, de *per se*, cumpridora, no sentido de que são os mesmos meios de comunicação os que constroem a realidade de tudo o que acontece. Eles conhecem tudo porque são eles mesmos que estabelecem “tudo” o que ocorre. Um apresentador de uma televisão espanhola terminava o programa todo dia com a mesma frase: “Assim aconteceram as coisas, e assim as contamos a vocês”. Precisamos ter muito claro que os meios de comunicação permitem a visibilidade de certas realidades, mas, ao mesmo tempo, não refletem outras tantas.

Aos poucos, a imprensa, que mais tarde seria agregada a um campo maior (a mídia, que também engloba a publicidade), vai tomando a forma que conhecemos hoje. Para Gomis (1997), o conjunto de meios de comunicação compõe um círculo de realidade envolvente, que se torna uma referência diária para a nossa vida, um pano de fundo para a vida em comunidade. O autor destaca ainda que o estabelecimento do jornalismo enquanto prática social foi responsável por institucionalizar alguns hábitos no nosso cotidiano:

Entre os ritos da vida cotidiana no mundo civilizado, está o de abrir o jornal pela manhã, ligar o rádio quando estamos no carro para saber a hora certa ou ligar a televisão quando todo mundo chega em casa para a refeição e vão assistir ao telejornal. Os horários não são os mesmos de um país a outro. Mas todos os que leem um jornal, escutam o noticiário através do rádio ou veem e ouvem as notícias na televisão estão entrando em contato com a realidade global que os envolve, se prendem a captar o presente social em que vivem. Esse é o sentido do rito<sup>6</sup> (GOMIS, 1997, p. 15).

O termo “prática social” é compreendido aqui segundo a visão apontada por Triviños (2006, p. 122) como uma atividade que se realiza através dos seres humanos, em coletividade, e que dá origem às coisas que existirão. De acordo com o autor, “é o mundo material social elaborado e organizado pelo ser humano no desenvolvimento de sua existência como ser

---

<sup>6</sup> Tradução nossa. No original: “Entre los ritos de la vida cotidiana en el mundo civilizado, está el de abrir el periódico por la mañana, conectar la radio cuando circulamos en coche y se acerca la hora en punto o poner la televisión cuando todo mundo ha llegado a casa para la comida y van a dar el telediario. Los horarios no serán los mismos de un país a otro. Pero todos los que leen un diario, escuchan el noticiario radiado o ven y oyen las noticias en la televisión están entrando en contacto con la realidad global que les envuelve, se detienen a captar el presente social en que viven. Ese es el sentido del rito”

racional”. Como ser social, o ser humano, realiza uma atividade prática, objetiva, que está fora de sua consciência, e que tende a transformação da natureza, da sociedade. Assim, entender o jornalismo como prática social significa, na perspectiva apontada por Nick Couldry, coisas que os seres humanos fazem regularmente, sem qualquer necessidade de codificação para elas. Para Couldry (2012, p. 34) “práticas não são porções de idiosincrasias individuais: são construções sociais que carregam consigo todo um mundo de capacidades, limitações e poder”<sup>7</sup>.

McIntyre (apud LAMBETH, 1998, p. 33) define prática social como uma atividade humana complexa e interativa, que busca determinados fins ou “bens”. Nesta perspectiva, para a Medicina, a cura é um fim ou “bem”; para a pesquisa, o conhecimento; para o ensino, a aprendizagem e, para o jornalismo, as notícias. Para que esses bens sejam alcançados, deve haver um esforço coletivo – aliado ao exercício de virtudes como coragem, honestidade e senso de justiça – para atender a determinados padrões e normas de excelência.

No caso do jornalismo, define Lambeth (idem, p. 32-33), o alcance de “bens internos” inclui “o exercício bem sucedido das complexas atividades desempenhadas pelos jornalistas para efetivamente descobrir e transmitir dados, narrativas e percepções, da forma que o público quer, e, especialmente, da forma que ele precisa”<sup>8</sup>. Em outras palavras, isso significa que o jornalismo deve não apenas transmitir informações do cotidiano e histórias de vida, mas deve, principalmente, veicular notícias que ajudem os cidadãos a fiscalizar e criticar as instituições de uma sociedade democrática.

O jornalismo, assim como outras formas de prática social como as que citamos anteriormente, pode facilmente se corromper quando as instituições que o representam perdem o equilíbrio e começam a se preocupar com a busca de bens externos, como lucro, prestígio ou poder e posição na sociedade. Lambeth (idem, p. 34) complementa ainda que a imprensa, para alcançar os “bens internos” e ser uma imprensa livre pode, ou deve, abraçar os alvos mais ambiciosos do jornalismo cívico.

## 2.1. Períodos históricos do jornalismo

Ao longo do tempo a imprensa foi se adaptando, adequando suas práticas, tanto pelo aperfeiçoar das técnicas como pelas transformações das mentes. A história do jornalismo e

---

<sup>7</sup> Tradução nossa. No original: “Practices are not bundles of a individual idiosyncrasies: they are social constructions that carry with them a whole world of capacities, constraints and power”.

<sup>8</sup> Tradução nossa. No original: “In journalism's case, these internal goods include successfull exercise of the complex abilities by which journalists discover and effectively convey the data, narratives, and insights that the public wants needs especially those it needs”.

dos veículos de comunicação não deve ser vista isoladamente, pois há sempre interesses políticos e econômicos atrelados ao desenvolvimento dos canais de informação (PENA, 2005b). Há que se considerar ainda que, como explica José Marques de Melo (2003), não é por acaso que o jornalismo tenha surgido historicamente concomitante aos acontecimentos que tornaram realidade a transformação das sociedades européias. Na palavras do autor (MELO, 2003, p. 19),

a própria imprensa, que viabilizou tecnologicamente o jornalismo, também surgiu como resultado de crescentes exigências sócio-culturais que se manifestaram na nascente engrenagem burocrática, nas operações mercantis e financeiras que movimentavam as cidades, na circulação mais rápida das ideias e dos inventos que tornaram a reprodução do conhecimento um fator político significativo.

Fernand Terrou (apud RODRIGO ALSINA, 2010), ao explicar a evolução dos meios de comunicação, isola três períodos: 1) os primórdios da imprensa: das suas origens até 1815; 2) impulso e apogeu da imprensa: de 1815 a 1914; 3) a informação moderna: de 1914 até a atualidade.

Para uma descrição mais detalhada dos períodos do jornalismo, tomamos como base a obra *Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos*, na qual o pesquisador Ciro Marcondes Filho apresenta uma divisão da atividade jornalística pautada na caracterização de diferentes momentos históricos. Segundo este autor, o jornalismo é “filho legítimo da Revolução Francesa” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10), conquanto um século e meio antes já houvesse periódicos em circulação, como o *Gazette* de Théophraste Renaudot, veiculado em 1631, que possuíam as características básicas de uma publicação jornalística.

Esse fato determina o que Marcondes Filho denomina “pré-história” do jornalismo (entre os anos de 1631 a 1789). Até então, as primeiras manifestações do jornalismo que circulavam de forma incipiente entre os séculos XIV e XVI atendiam a uma demanda social de informação dos governantes e dos habitantes das cidades. Ainda não havia tipografia, nem um mercado consumidor ou público leitor, muito menos condições para se estabelecer uma indústria da informação.

Referenciando os escritos de Madeleine Varin d’Ainville (1965), Marques de Melo (2003, p. 20) descreve a ambientação sócio-política que determina a gênese da imprensa, especialmente na França:

O cidadão participa da vida urbana: ele precisa conhecer o que concerne a seu grupo. O mercador fica aflito sem notícias: ele precisa, para a gestão de

seus negócios, de uma imensidão de informações sobre as regiões com as quais negocia, próximas ou longínquas, e os acontecimentos que podem afetar a vida comercial. Os súditos do rei, ansiosos por saberem a sorte dos seus, estão ávidos de notícias precisas sobre a campanha da Itália e os comunicados oficiais os asseguram contra os rumores. O rei, para defender suas atividades militares e seus empreendimentos diplomáticos, sente a necessidade de formar uma opinião para influenciar o equilíbrio dos partidos. Enfim, como propagar ideias novas quando a interdição pesa sobre eles senão recorrendo a estas folhas que deslizam tão facilmente de mão em mão sem que chegue a apreendê-las, pois são finas e rapidamente escondidas?

Em sua pré-história, o jornalismo vive um momento em que há uma “desconstrução” do poder instituído em torno da Universidade e da Igreja. Com o acesso à imprensa, que até então estava sob controle da Igreja, as publicações começaram a se multiplicar, bem como o acesso ao conhecimento e ao saber. A sociedade tinha necessidade de distribuição de informações sistematizadas e, nas palavras de Marshall (2003, p. 68), “o novo mundo e seu modelo baseado em um vigoroso crescimento econômico exigiam que se espalhassem estruturas para a disseminação dos acontecimentos. A informação era um combustível vital para a engrenagem dessa nova sociedade”.

As produções jornalísticas nessa fase são de caráter artesanal e adotam como valores dominantes a novidade e o espetáculo (mortes, desastres, reis, seres deformados etc.). Sobre os aspectos funcionais e tecnológicos, destaca-se a produção de um jornal que ainda é muito semelhante ao livro, com poucas páginas, confeccionado por empreendedores isolados e de economia elementar.

Em sequência cronológica, Marcondes Filho descreve o “Primeiro Jornalismo”, que vai de 1789, ano da Revolução Francesa, até a metade do século XIX. O jornalismo, nesta fase, assume-se como político-literário, e seus valores dominantes são a razão, a verdade, a transparência, a crítica da política, o questionamento da autoridade e a intensa confiança no progresso – valores influenciados pelos ideais iluministas. Entre os atores sociais que compõem esse cenário encontram-se políticos, escritores, cientistas e críticos.

Nas palavras do autor, este foi um período “da iluminação”, tanto no sentido de “exposição do obscurantismo à luz quanto de esclarecimento político e ideológico” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11), quando a produção de notícias seguia a tendência da radicalização, euforia e superexposição. Somente no ano que determina o início do “Primeiro Jornalismo” surgiram em Paris, de fevereiro a maio, mais de 200 jornais.

Ainda nessa trajetória histórica, como expõe Marcondes Filho, adentra-se no “Segundo Jornalismo”, na segunda metade do século XIX. Nesse período eram visíveis as



consequências sociais das revoluções burguesas que eclodiram no início do século. Os ideais de nacionalismo, socialismo e liberalismo levam a população às ruas em meio a intensas lutas sociais. Nasce assim uma esfera pública proletária e as reivindicações por liberdade de imprensa se intensificam na Europa. Marshall (2003) explica que nessa fase os jornais se transformam em verdadeiros palcos de conflitos políticos, batalhas ideológicas, lutas e mobilizações sociais, instrumento de ataque e defesa de ideias. A imprensa assume um caráter panfletário, devotada à causa da liberdade, contra a desigualdade e as injustiças sociais, lutando pela consolidação dos direitos humanos.

Nos anos que se seguem há uma fragmentação da atividade jornalística: de um lado, uma imprensa popular que estimula as lutas socialistas e as causas operárias e, do outro, donos de empresas jornalísticas, atraídos pela inovação tecnológica nos processos de produção dos periódicos e pelo caráter massivo que a imprensa assumia, começam a vislumbrar o lucro com a produção de notícias. Desse modo,

a atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começavam agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. [...] A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: o seu *valor de troca* – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu *valor de uso*, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13-14. Destaques do autor).

Do ponto de vista técnico os jornais assumem uma configuração diferenciada na diagramação, conferindo espaço a reportagens, enquetes, manchetes; as capas tornam-se a seção nobre dos periódicos. Nas redações, investe-se cada vez mais em tecnologia, com a aquisição de linotipos. O aperfeiçoamento de meios de comunicação como o telégrafo e o telefone contribui para a dinamização das funções jornalísticas. Um maior atrelamento com a publicidade é marca de um perfil econômico empresarial, que visava a obtenção de lucros. A tiragem de alguns jornais passa de 35 mil para 200 mil exemplares. Marques de Melo (2003, p. 24) caracteriza esse momento como a hegemonia do *jornalismo informativo*,

[...] quando a imprensa norte-americana acelera seu ritmo produtivo, assumindo feição industrial e convertendo a informação de atualidade em *mercadoria*. A edição de jornais e revistas que, nos seus primórdios, possui o caráter de participação política, de influência na vida pública, transforma-se

em negócio, em empreendimento rentável. O rádio e a televisão já nascem e se afirmam nesse contexto mercantil.

Até o século XIX os jornais se configuraram como um instrumento fundamental na luta pelas causas políticas, tornado-se sinônimo de combate e de propaganda. Contudo, a partir desse período, percebe-se a emergência da informação como novo paradigma para o jornalismo. De acordo com Marisa Torres da Silva (2007, p. 31-32),

essa transformação é indissociável do surgimento e consolidação do sistema democrático (desenvolvendo-se segundo diferentes ritmos consoante os países), que define um papel específico para o jornalismo e para os jornalistas. Em democracia, o poder dos governantes advém não da força, mas sim do voto dos cidadãos, que precisam estar devidamente informados para os eleger. Assim sendo, o papel social do jornalismo definido pela democracia consiste em **servir** e informar o público. (destaque nosso).

Natal (2004) pondera que, para o jornalismo, o século XIX foi um celeiro de experiências riquíssimas e inovadoras. A evolução da tecnologia, com o trem e cabos de telégrafos instalados em todas as direções, fez o mundo ficar “menor”, aumentando a possibilidade de acesso a locais longínquos. Na avaliação do autor antes mencionado (idem, p. 30), “o impacto da rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da internet no final do século XX”.

Na primeira metade do século XX vigora o “Terceiro Jornalismo”, com uma imprensa de caráter mais monopolista, cujo crescimento só será abalado pelas guerras e pela ação de governos totalitários. Trata-se de uma fase de “desintegração da atividade, seu enfraquecimento, sua substituição por processos menos engajados que já não buscam a “verdade”, que já não questionam a política e os políticos” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 15).

Essa “desintegração” citada pelo autor não significa, no entanto, redução das tiragens. Há um crescimento da publicidade e sua sobreposição sobre as notícias. A fotografia começa a ser utilizada como complemento às reportagens e objeto das campanhas publicitárias. As ilustrações e fotografias surgem, em um primeiro momento, como uma alternativa para a ampliação dos públicos (aqueles que não sabiam ler), assim como o entretenimento surge para angariar novos leitores (mulheres e crianças). Entre os valores jornalísticos dominantes em uma economia controlada por grupos monopolistas e recordes de tiragens, está a perseguição ao lucro, por meio da divulgação de agendas políticas e literárias, e pelo foco privilegiado ao

entretenimento que leva à produção de páginas-magazines que tratam de temáticas diversas: esportes, rádio, cinema, teatro, turismo, assuntos femininos e seções infantis.

Por fim, apresenta-se o “Quarto Jornalismo”, inserido na era da informação eletrônica e interativa, a qual é iniciada a partir da década de 1970, quando a *internet* começa a ser utilizada para fins acadêmicos e de comunicação, e se estende até a atualidade. Nesta perspectiva, o jornalismo é marcado por impactos e apelos visuais e pela velocidade. O que há de mais acentuado nessa era, que permanece em constante aperfeiçoamento, é a alteração dos papéis na produção da informação. O padrão emissor-receptor é superado, dando espaço para que toda a sociedade produza informação por meio da facilidade de aquisição de equipamentos eletrônicos que permitem a captação de imagens e áudio, e por meio dos *sites* de acesso gratuito (que impulsionam a popularização dos *blogs* e páginas pessoais) e redes sociais na *internet*.

Ainda de acordo com Marcondes Filho (2002), no período denominado Quarto Jornalismo, o meio impresso passa por um processo de crise, uma vez que os financiamentos migram para a TV e a *internet*. Veículos da imprensa escrita fecham suas redações ou transferem-se por completo para o meio virtual. Marshall (2003, p. 44-45) chama nossa atenção para a realidade que

o advento das tecnologias eletrônicas, que quebram o processo verticalizado de comunicação e estabelecem interatividade, virtualidade, hipertextualidade e globalidade, provoca intrinsecamente uma transformação radical da natureza dos processos culturais baseados nas letras. A era eletrônica conduz, senão para a hegemonia, pelo menos para um predomínio da imagem, do audiovisual sobre o alfabeto, do signo sobre o código, do ícone sobre o sentido. Ela desorganiza e reorganiza a mentalidade, a cultura e a produção de sentido na sociedade.

Conforme Pierre Lévy explana (2004, p. 87), “compreender o lugar fundamental das tecnologias da comunicação e da inteligência na história cultural nos leva a olhar de uma nova maneira a razão, a verdade e a história”. O percurso aqui traçado, embora breve, nos mostra que a prática jornalística, mesmo em sua forma mais incipiente, sempre foi um produto do seu tempo, moldando-se e adaptando-se às necessidades sociais.

## 2.2. “Quem dá mais?” – A informação como mercadoria

Em uma definição simplificada, podemos considerar a informação como a transmissão de um saber, de alguém que o possui para outro que, presume-se, não o possui, amparada por

uma determinada linguagem e seus sistemas de signos internos e de valores que controlam o seu uso em circunstâncias de comunicação particulares (CHARAUDEAU, 2006).

Não nos enganemos. A mídia é uma das peças do grande quebra-cabeça que compõe a esfera estrutural da economia. Por isso, “as notícias são mercadorias fabricadas e distribuídas segundo a lógica do mercado. [...] a mídia possui um conteúdo que interpreta, segundo os conceitos implícitos ou explícitos, e ideológicos do mundo, a realidade social representada” (BONFANTINI, 1984, apud RODRIGO ALSINA, 2009, p. 79).

O percurso histórico traçado na seção anterior mostrou que tratar a informação como mercadoria não é um comportamento restrito ao nosso tempo. Contudo, conceber a informação com finalidades especialmente lucrativas continua sendo uma prática muito comum no nosso cotidiano, tendência que implica conflitos no que concerne à relação entre jornalismo e ética. Ao avaliar o atual estado da imprensa, Marshall (2003, p. 47) conclui que

a imprensa vive o paradoxo de ser um elemento-chave do processo industrial capitalista e ter de desempenhar sua missão de apresentar a verdade e defender o interesse público. A mídia é o esteio da sociedade ocidental que, desde os anos 1980, estabeleceu-se sob a égide das privatizações e das desregulamentações, bem como entregou aos cuidados do poder privado as estruturas que zelavam pelos diversos interesses sociais. [...] Em decorrência, a imprensa pós-moderna acaba se tornando objetivamente um produto do *marketing* pós-moderno, uma imprensa cor-de-rosa. Os jornais contemporâneos viram mercadorias, submetidas à lógica do mercado, da audiência e do lucro, que passam a ser produzidas e vendidas dentro da mesma lógica que produz e vende detergentes em pó. A ordem é industrializar mercadorias deliciosas e atrativas que sejam infalíveis na tarefa de fisgar os consumidores de informação.

Assumir a informação como tal é admitir que muito do que se veicula na grande mídia (com perspectivas comerciais) está sujeito a condicionamentos, interesses políticos ou regulação econômica. Como destaca Cremilda Medina, a informação realmente é um dos produtos de consumo da chamada indústria cultural; é dinâmica, sob a ótica da oferta e da demanda, “um produto típico das sociedades urbanas e industrializadas, reproduzido em larga escala, fabricado para atingir a massa” (MEDINA, 1988, p. 40). E para tal função, complementa a autora, conta com o constante aprimoramento de recursos tecnológicos capazes de vencer o tempo e o espaço, duas variáveis sobre as quais a informação jornalística na sociedade urbana e industrial se alicerça. A informação passou a ser mais um bem disponível para a cultura do consumo, que começa a ganhar força, como explica Gisela Taschner (1996-1997, p. 28)

a partir do momento em que *não os bens* mas a *imagem* desses bens se torna acessível a todos na sociedade. [...] é todo um conjunto de imagens e símbolos que vão sendo criados e recriados, associados a esses bens, além das novas formas de comportamento efetivo e no modo de pensar e sentir segmentos cada vez mais amplos da população chamada sociedade ocidental. (destaques da autora)

O jornalismo contemporâneo não nasceu com o capitalismo, mas sim por causa dele e das suas necessidades econômicas (como exposto por Marcondes Filho no período do “Segundo Jornalismo”). O sistema de transmissão de informações midiáticas teve seu caráter mercadológico potencializado a partir do século XIX, com a expansão mundial da Revolução Industrial, iniciada no Reino Unido em meados do século XVIII. Neste cenário, onde as transformações tecnológicas repercutiram profundamente no processo produtivo e, conseqüentemente, na economia e na política, as mudanças alcançaram inevitavelmente a cultura e os modos de produção da informação.

Sob essa ótica, a prática de compra-e-venda de informações floresceu em época mercantil e, a partir de então, as folhas de notícias impressas deixaram de ser restritas a um grupo específico de parceiros ou clientes preferenciais e passaram a ser adquiridas por indistintos grupos de pessoas que mais tarde seriam conhecidos como agentes econômicos (NATAL, 2004).

A essa perspectiva de fortalecimento do jornalismo enquanto atividade lucrativa soma-se a mudança massiva de trabalhadores da zona rural para a urbana, os quais se tornaram operários assalariados nas grandes fábricas com condições de adquirir exemplares impressos dos periódicos que circulavam nas cidades, e o aumento do nível de escolaridade da população, fato que também possibilitou o aumento no número de leitores.

Tendo como questão central, em sua obra, a industrialização e a urbanização como elementos propulsores do jornalismo enquanto atividade comercial, Cremilda Medina (1988) afirma que no Brasil o desenvolvimento do jornalismo nos moldes empresariais teve início por volta de 1890. Neste período, o Rio de Janeiro concentrava as decisões políticas e o movimento econômico da nação e, diante dessa realidade, posicionou-se na vanguarda da exploração comercial e industrial da atividade jornalística. A sociedade carioca presenciou, desse modo, a modernização dos equipamentos técnicos e a abertura para o espaço publicitário de jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Comércio*, publicações que circulavam desde o tempo do Império. Destaca-se também, nesse contexto, o surgimento de novos veículos jornalísticos, tais como o *Jornal do Brasil* e, posteriormente, o *Correio da Manhã*. No fim do século XIX essa tendência alcança outros centros do país, como no caso do

*Diário Mercantil*, em São Paulo, e o *Correio do Povo*, em Porto Alegre. Ainda de acordo com a autora, notamos que

a empresa jornalística, montada com fins lucrativos, vai produzir folhas sensivelmente diferentes das ligadas a grupos políticos, características do período anterior [...]. Objetivando a maior circulação possível (em função da qual gira, *grosso modo*, o valor do espaço vendido), o jornal empresa passa a considerar preferencialmente o gosto do leitor. A ênfase recai sobre o que o público quer e não sobre a opinião do grupo que manipula o jornal. Surge, então, pouco a pouco, o jornal noticioso, que logo se transforma em sensacionalista; surge também a crônica esportiva, policial e social (MEDINA, 1988, p. 47).

Nas décadas seguintes a mídia experimenta uma notável expansão. Os modos de produção são aperfeiçoados, as rotinas produtivas transformadas, mas uma coisa permanece intacta: o desejo de obtenção de lucro. Isso aponta para as transformações políticas e econômicas que seriam experimentadas, da segunda metade do século XX até os dias atuais, com o sistema capitalista contemporâneo. Sob a égide do capitalismo, o entretenimento figura como novo elemento no processo de produção jornalística, como explicita Coan (2011, p. 23-24),

[...] à medida que o entretenimento passou a englobar o negócio jornalístico, a configuração deste se alterou. De modo mais acentuado, a partir dos anos 90, grupos econômicos que antes exploravam apenas o entretenimento começaram a fundir-se com outros antes dedicados ao jornalismo. [...] Com isso, há o rompimento da fronteira entre **a informação e o entretenimento**, em especial no **telejornalismo**. Nota-se que o telejornal mais distrai do que informa, porque tem de se adaptar ao **ritmo das mensagens publicitárias**. Cuida-se da lógica do **ocultar mostrando**, em razão da qual se operam uma seleção e uma construção do que é selecionado, operações essas que se orientam pelo princípio da **busca do sensacional**, do “espetacular”. O telejornal põe em cena um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, o caráter dramático, trágico, sensacionalista. Há maior preocupação com **índices de audiência**, para a qual a informação é uma **mercadoria**, do que com a “prestação de um serviço público”, para a qual a informação é um “bem social” (Grifos do autor).

João Batista de Andrade, ao narrar suas experiências como um cineasta na área de jornalismo da TV brasileira, destaca como as redações viviam, e ainda vivem, na disputa entre o espaço para a informação e para o entretenimento. Andrade se refere constantemente ao conflito gerado entre o setor jornalístico (ávido por informar os fatos, vários e incontáveis, que incendeiam a imaginação de repórteres e editores) e o setor de programação/entretenimento, com espaços e formatos limitativos, nos quais o charme dos

apresentadores se sobrepõe às notícias e aos interesses da própria TV. Ao descrever a realidade desse campo da mídia brasileira, o autor afirma ainda que

essa postura, formadora de opinião, como um “guarda-chuva” ideológico sobre a sociedade, foi quebrada, nos anos 1990, por outro tipo de espetáculo, mais desmedido, mais cruel, mas nem por isso menos manipulado: os noticiários policiais, seguindo o sucesso dos mesmos programas das emissoras de rádio, como o de Gil Gomes. Ali a TV procurava mostrar, na guerra por audiência, o lado soterrado e protegido da emissora dominante, a Globo. O conteúdo passava a ser o de uma sociedade fragmentada, desordenada, miserável social e culturalmente, conteúdo assumido pelos próprios programas, buscando um público esquecido pelo poder dominante, justamente por ser menos potencialmente consumidor (ANDRADE, 2002, p. 18).

O jornalismo tal como tem sido praticado, em sua busca pelo lucro, inclinado a temas apelativos e sensacionalistas por grande parte dos veículos noticiosos, distancia-se em muitos aspectos dos ideais afirmados pela profissão, que envolvem responsabilidade social, respeito à verdade e à liberdade de informação, combate à censura e ao sensacionalismo e tantos outros apontados pelos códigos de ética e deontológicos que regem essa atividade.

A utilização predominante de representantes de alguma instância do poder como fonte, em detrimento de representantes das camadas mais populares da sociedade, é algo recorrente; e quando observamos os veículos noticiosos que se destinam às classes C e D, o bizarro, o excêntrico, o sangue, o humor e o sexo ocupam suas seções mais nobres. Ciro Marcondes Filho (2002) comenta que o conteúdo dos veículos que seguem essa linha prioriza o lado aparente, externo e atraente do fato. Sua essência, seu sentido, sua motivação ou sua história estão fora de qualquer cogitação.

Os jornais comumente dispõem as notícias sobrepostas, como um mosaico, sem que, muitas vezes, elas tenham relação entre si. Os meios têm se comportado, como explica Gomis, como supermercados em regime de autosserviço: cada consumidor pega o que lhe interessa. No rádio e televisão não é diferente, já que “uma notícia vem depois da outra, sem que a ordem indique outra coisa que não um certo interesse decrescente ou uma vaga disposição em blocos informativos<sup>9</sup>” (GOMIS, 1997, p. 19).

---

<sup>9</sup> Tradução nossa. No original: “Una noticia viene después de otra, sin que el orden indique otra cosa que un cierto interés decreciente o una vaga disposición en bloques informativos”.

### 2.3. Quando o cheio provoca o oco

É importante considerar que não é somente o sensacionalismo, a apelação, o tratar a informação como mercadoria ou o uso de fontes oficiais em demasia que prejudicam a prática do jornalismo. Somada a essas ações, as quais se revelam perniciosas à profissão, está a *incomunicação*, fenômeno gerado quando o fluxo de produção de notícias e de informações em geral é superior à capacidade do público de consumi-las e de refletir sobre elas.

Os séculos XIX e XX, como explica Stephens (1988), desenvolveram sistemas globais de comunicação, os quais, evidentemente, afetaram o modo como o ser humano passou a enxergar a si mesmo e ao(s) outro(s). Contudo, se por um lado reconhecemos a comunicação como um fundamento, algo preponderante para a existência humana, o outro lado da moeda também deve ser levado em consideração. Ao invés de favorecer a comunicação, as tantas tecnologias seriam responsáveis por dar vida ao seu reverso, a *incomunicação*.

Dominique Wolton (2010) afirma que nunca os homens passaram tanto tempo, como neste meio século, tentando se comunicar. Nunca se investiu tanto dinheiro em tecnologias cada vez mais sofisticadas na tentativa de atingir esse objetivo. A informação tornou-se abundante, entretanto, a comunicação uma raridade. Produzir informações e ter acesso a elas não significa mais comunicar.

Foram necessários três séculos de lutas para se desfrutar dos benefícios da revolução da informação e da comunicação. Tudo se complicou com a generalização da informação, a diversidade dos receptores com senso crítico e a globalização. De qualquer maneira, tinha-se até agora uma visão simples da informação, reduzida a uma mensagem frequentemente unívoca e a um receptor pouco complexo. Pressupunha-se uma continuidade entre esses dois elementos e alimentava-se a ideia de que quanto maior fosse a abundância de informações rápidas, maior seria a comunicação. Não funciona mais assim. Apesar ou por causa do progresso impressionante das tecnologias da comunicação em um século: telefonia (1880), rádio (1890), televisão (1930), informática (1940), redes (1980) (WOLTON, 2010, p. 21).

Existe um fluxo contínuo de informações, que substituem umas às outras, no qual estamos mergulhados. Quanto mais recebemos informações, paradoxalmente, menos compreendemos o que acontece na realidade. Ou seja, há muita informação, mas pouco conhecimento e espírito crítico. Neste sentido, Teresa Montero Otondo (2012, p. 90) afirma que

se queremos viver numa sociedade democrática, devemos promover uma sociedade bem informada. Hoje vivemos em sociedades mal informadas – há



saturação de informações de um lado, mas não necessariamente de informação diversa e plural de outro. E há uma grande ocultação ou omissão – aquilo que não se conta, que não aparece – que deforma a representação da realidade social, cultural, política e econômica.

Não é exagero afirmar que vivemos em um mundo de muita informação e pouco conhecimento. Um mundo de muita tecnologia que nos aproxima, mas de pouca interação; vivemos em um tempo de muita superficialidade, onde o cheio provoca o vazio. Entretanto, não são apenas os excessos os responsáveis pela incomunicabilidade. Ela é também resultante do fenômeno de desigualdades sociais e de pré-conceitos arraigados e reforçados pelas estruturas de poder.

## **2.4 Repensando as práticas jornalísticas**

A informação, como explica Charaudeau (2006), é uma questão de linguagem, e tal como ela, não é transparente e constrói um sentido particular do mundo, uma visão sobre a realidade. Mesmo a imagem, pondera o autor, tem sua própria opacidade e pode produzir efeitos perversos, na exposição da miséria humana, ou estar à disposição de notícias falsas. Essa assertiva contraria veementemente a ideia de que o jornalismo se comporta como um espelho da sociedade, ou

se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversão e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

A função do jornalismo e dos jornalistas como um todo deve, então, ser avaliada. Contudo, não é nossa intenção condenar a profissão ou mesmo o profissional, uma vez que muitas das razões pelas quais o jornalismo se afastou dos seus propósitos se encontram além das possibilidades de ação dos comunicadores. Como reflexos do capitalismo, o mercado competitivo impõe regras e limites, e cada veículo estabelece suas próprias estratégias para seduzir o público na busca pelo lucro.

Com todos os constrangimentos interpostos pela rotina produtiva das redações, não é difícil que a ética e o equilíbrio sejam muitas vezes postos à margem no exercício da profissão. Um jornalismo sem ética perde sua credibilidade e a confiança daquele que é a razão da sua existência: o público. De acordo com Luiz Beltrão (1992), um dos motivos do desaparecimento em que é tido o jornalismo no Brasil está, exatamente, na falta de conformação do

seu exercício às normas da moral comum e da moral profissional. Então, como fugir dessa prática arraigada e incentivada pela “sociedade do espetáculo”? Quando tantos perigos ameaçam os agentes do jornalismo – desde o abuso do poder com o cerceamento da liberdade, até a automatização dos espíritos, com o endeusamento da máquina – é para a velha ciência ética, a ciência dos valores morais que nos devemos voltar (BELTRÃO, 1992).

Uma das constatações dessa realidade na qual o jornalismo está inserido, é que o interesse das pessoas pela vida pública está reduzido. E se o público não se interessa pela vida pública, se um processo reflexivo não é gerado nos leitores-espectadores das informações, o jornalismo perde a sua razão de ser.

Preocupados com os rumos do jornalismo atual, um grupo de jornalistas norte-americanos desenvolveu um conjunto de estratégias, que visam a revitalização da profissão e dos interesses pela vida pública, denominado jornalismo cívico, o qual abordaremos de maneira detalhada na seção a seguir.

Ao apresentar o percurso histórico da atividade jornalística, nosso objetivo nessa seção foi, *a priori*, compreender como o jornalismo chegou ao seu formato atual, em que momento a informação se tornou um bem a ser consumido no moldes da indústria cultural e de que forma a lógica capitalista influenciou o exercício da profissão. Essa discussão contribuiu para a reflexão e para um “diagnóstico” – se assim podemos chamar – do jornalismo em nossos dias, para avaliarmos se ele estava (e por qual razão) tão cambaleante quanto os pais do jornalismo cívico afirmavam. O percurso traçado nos apontou a necessidade de repensarmos as práticas do jornalismo atual e buscarmos novas práticas, novos caminhos que o despertem para a sua real função em uma sociedade democrática: o fortalecimento da vida pública.

### 3. NEM “CÃO DE GUARDA”, NEM “QUARTO PODER”: HISTÓRIA, FILOSOFIA E PRÁTICAS DO JORNALISMO CÍVICO

*Nos tempos atuais, não queremos mais ser neutros, observadores e, às vezes, críticos. Queremos ter um papel mais relevante; queremos contribuir para a dinamização da participação dos cidadãos nas questões que envolvem políticas públicas. Um dos melhores exemplos que temos para citar em relação a esse jornalismo é o experimentado nos Estados Unidos, chamado de “jornalismo cívico”.*

Beatriz Dornelles

O conceito de notícia está entre os primeiros assuntos abordados nos cursos de graduação em Comunicação Social, especialmente os que possuem habilitação em Jornalismo. A notícia, como nos ensinam nossos mestres e como postulam os clássicos da Comunicação, é considerada a matéria prima do jornalismo, uma das formas de divulgação de determinado acontecimento numa mídia. Pressupõe escolher, entre inúmeros fatos, aqueles que são mais atraentes ou impactantes, e apresentá-los ao público.

Em sua definição comum, a notícia trata de algo que seja novo, significativo e verdadeiro (RUDIN; IBBOTSON, 2008). Como afirmam Barbosa e Rabaça, refere-se ao relato de fatos ou acontecimentos atuais, de importância e interesse para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. Segundo os autores, “a notícia se funda, pois, no público e deve-se avaliar seu interesse, apreciando nela o que interessa ao público” (BARBOSA; RABAÇA, 2011, p. 35). Concordamos com Stephens (1988, p. 31) quando este autor afirma que

a notícia é, na realidade, aquilo que está ocupando o pensamento da sociedade. Determinado projeto de lei foi aprovado? Alguém se machucou? Um astro está apaixonado? Através das notícias, grupos de pessoas percebem aspectos do mundo que os circunda. Do infinito mundo de possíveis acontecimentos novos que são divulgados, o fator que ajudará a determinar as políticas e as filosofias adotadas por esses grupos é a quais acontecimentos terão acesso e quais escolherão.

Em uma definição simples e clara, quase irônica, Rodrigo Alsina (2009, p. 310) descreve sua visão sobre a notícia: “Olhe desse ângulo. Uma notícia é aquilo que interessa

alguém que quase nada lhe importa. E só é notícia no momento em que esse alguém a leu. Depois, não é mais notícia”.

Aprende-se também na academia que a notícia é para todos. Então, é possível afirmar que uma informação de qualidade deve alcançar um público heterogêneo, deve ser capaz de comunicar a diferentes idades, classes sociais ou gênero. É preciso saber tratar de assuntos complexos de modo que eles sejam compreendidos por qualquer pessoa. Na realidade, essa preocupação de transmitir uma notícia que alcance os mais diversos tipos de público está fortemente amparada no fator econômico. Ora, ao produzir informações com um saber especializado, estas seriam destinadas a um público (alvo) reduzido, o que poderia comprometer o sustento do veículo de notícias. As mídias estão, desse modo, diante da contingência (que se revela muito mais de fundo econômico) de dirigir-se ao maior número possível de pessoas (CHARAUDEAU, 2006).

De fato, não é possível definir uma única fórmula, como uma equação matemática ou linguística, que determine como deve ser produzida uma notícia de qualidade. Existem instruções e padrões fixados pelos manuais de jornalismo, mas que são passíveis de adaptação em função da realidade do local e do meio de comunicação onde se exerce a profissão. Os jornalistas precisam produzir seus textos tendo em mente que poderão ser lidos ou ouvidos por pessoas com baixa escolaridade ou por pós-graduados. O nível de detalhamento das notícias pode variar a depender do assunto em pauta e da familiaridade que se supõe que determinado espectador tenha com o tema.

Indo além da esfera dos conceitos jornalísticos, encontramos uma definição que trata a notícia como “um campo relevante na construção do presente social” (PEREIRA JÚNIOR, 2004, p. 2). O autor parte da compreensão de que toda notícia surge da atividade diária dos jornalistas, os quais possuem uma cultura profissional própria (rotinas produtivas, organização do trabalho, regras da redação). A ação do jornalista pode ser definida como uma constante operação sobre vários discursos, que resultam em construções denominadas “notícias”. E justamente por operar sobre discursos diversos, admitimos que o que nos é apresentado pelos noticiários cotidianamente são recortes, interpretações de fatos que eclodem no seio social, e que os jornalistas, em sua prática diária, constroem representações dos temas abordados e contribuem de forma significativa para a construção do mundo pela sociedade. Neste sentido, Traquina (2003a, p. 122) pontua que

as notícias acontecem na conjuntura de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia [...], a notícia também cria o acontecimento

(porque é um produto elaborado que não pode deixar de refletir diversos aspectos do próprio processo de produção). As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; e 4) as identidades das fontes de informação com quem falam.

Se a notícia é uma construção social, não se pode ignorar que a compreensão da mensagem jornalística está diretamente ligada à cultura e aos hábitos locais do público. Mesmo não destinando seus postulados especificamente ao campo do jornalismo, Mikhail Bakhtin, sempre apoiado na perspectiva interacionista da linguagem, reforça o valor que deve ser conferido àqueles que se colocam na posição de receptores:

naturalmente, há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico [...]. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 146).

Acredita-se que essa preocupação é um dos fatores que impulsionam a crescente segmentação dos veículos que buscam atingir e atender a públicos bem específicos. Para sobreviverem em um mercado competitivo, as empresas jornalísticas tiveram que adaptar seus produtos informativos, o que também é reflexo da lógica de consumo que atingiu bens e serviços a partir da década de 1980. Embora sejam mercadorias, acreditamos que os jornais também sejam responsáveis por produzir sentido, uma vez que são produtores de conhecimento e construtores da realidade pública.

Apesar da diversificação dos meios de comunicação, verifica-se pouca preocupação em fortalecer a democracia e despertar o cidadão para o seu papel na sociedade. Ao tratar, por exemplo, da divulgação de temas referentes às favelas e periferias, Ramos e Paiva (2007) apontam que a população dessas comunidades dificilmente pode contar com a cobertura jornalística de assuntos que não sejam referentes à criminalidade e ao tráfico de drogas. O que costumamos ver nos noticiários locais e nacionais são reportagens sobre operações policiais, tiroteios e invasões, as quais se sobrepõem a coberturas sobre economia, cultura, esportes e dificuldades do próprio cotidiano local, raramente vistas em impressos ou programas

televisivos de cunho popular. Essa ideia é corroborada pelo que Goffman denomina “estigma”, que se refere, entre outras coisas, à tendência que temos de categorizar pessoas com base em pré-concepções. Este autor ressalta, ainda, que o indivíduo estigmatizado é muitas vezes alvo de profissionais (e aqui destacamos a atuação do jornalista) que ajudarão esse indivíduo “algumas vezes com o pretexto de fazê-lo contar sua história de vida ou de contar como saiu de uma situação difícil” (GOFFMAN, 1988, p. 93).

As notícias não refletem os anseios da comunidade, até mesmo pela falta de conhecimento que os veículos têm a respeito da própria comunidade local à qual se destinam. Robert J. Haiman conta que os cidadãos, líderes comunitários e empresários se queixam dos jornalistas que simplesmente não sabem o suficiente sobre os assuntos que estão tentando relatar quando eles ou suas organizações são o foco da cobertura jornalística. Em depoimentos colhidos pelo autor o público diz que “os repórteres vêm e vão e no momento em que aprendem algo sobre nós, são deslocados para cobrir outros temas”... “As histórias que ela (a repórter) escreve sobre nós são tão simplistas que eu preferia que não tivesse nenhuma cobertura”... “Os jornalistas esportivos parecem ser especialistas sobre esportes, como é que os jornalistas que escrevem sobre negócios não são especialistas em negócios?”<sup>10</sup> (HAIMAN, [s.d.], p. 23).

Na teoria, sabemos que “o jornalismo não é visto apenas como porta-voz e funcionário de um partido político ou classe, age de acordo com os interesses de um público maior” (RUDIN; IBBOTSON, 2008, p. 21); entretanto, não é essa a postura que se observa na prática jornalística em geral. Quando se trata de temas referentes à política, por exemplo, o quadro de publicações/exibições se resume às denúncias, aos escândalos e à defesa, mesmo que velada, de determinado representante e/ou partido político.

Ao longo da sua existência, o jornalismo estabeleceu paradigmas que orientaram sua forma de atuação na sociedade, muitos deles derivados da teoria liberal da democracia. Entre os principais e mais conhecidos termos definidores da profissão estão o de “jornalismo como cão de guarda” e o de “jornalismo como quarto poder”. De acordo com Briggs e Burke (2006), um dos principais jornais de Londres na primeira metade do século XIX, o *The Times*, se considerava um “quarto poder”. No entanto, a expressão, atribuída ao historiador Thomas Babington Macaulay, foi usada para se referir à Galeria de Imprensa do Parlamento, e não a

---

<sup>10</sup> Tradução nossa. No original: “The reporters just come and go; by the time they learn something about us they are shifted to another beat”... “The stories she writes about us are so oversimplified and distorted we’d rather not have any coverage at all”... “The sports reporters seem to be experts about sports; how come the business reporters aren’t experts about business?”

um veículo ou à imprensa como um todo. O termo ganhou força em muitos países da Europa chegando também aos Estados Unidos.

Em 1850 o jornalista F. Knight Hunt escreveu um livro sobre a imprensa utilizando como título a expressão “Quarto Poder”. Ambos expressam um ideário romântico do jornalismo, que atribui ao jornalista uma posição privilegiada em relação aos demais profissionais; exercer a função de “cão de guarda” da sociedade implica dizer que o jornalista teria, como princípio, um compromisso com a sociedade e com os valores democráticos, com o dever de fiscalizar as instituições em nome da população e protegê-la contra abusos do poder.

A democracia, como aponta Marisa Torres da Silva (2007), definiu para os meios de comunicação de massa uma relação de funções ideais, tais como: proporcionar o diálogo entre os governantes e as massas; criar maneiras de responsabilizar as autoridades pela forma como exercem o poder; vigiar o meio sócio-político; incentivar a aprendizagem e o envolvimento dos cidadãos; ter uma atitude respeitosa perante o público; desenvolver um agendamento com temas relevantes, consistentes e significativos; resistir às forças que tentam subverter a independência da mídia e criar plataformas para apresentação e defesa das ideias e das causas de diferentes grupos de interesses.

Como desdobramento dessa função vigilante e fiscalizadora, os meios de comunicação de massa passariam a exercer influência nas instâncias de poder do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário) – por isso a referência a um “quarto poder” – e se tornariam capazes de ditar regras de comportamento, de induzir a escolha dos indivíduos em torno de questões capazes de promover alterações no cenário social.

Em contraposição a esse ideário, Charaudeau (2006, p. 18) faz a seguinte colocação:

As mídias não são uma instância de poder. [...] As mídias constituem uma instância que não promulga nenhuma regra de comportamento, nenhuma norma, nenhuma sanção. Mais que isso, as mídias e a figura do jornalista não têm nenhuma intenção de orientação nem de imposição, declarando-se, ao contrário, instância de denúncia do poder. Sendo assim, de onde vem a expressão “quarto poder”? Seria porque se presta, sem querer, a uma manipulação das consciências?

Ressalta-se ainda que, em nossos dias, as funções democráticas que deveriam ser desempenhadas pelo jornalismo, em especial a função de “cão de guarda”, encontram-se comprometidas pelo forma como as mídias se estruturam e funcionam atualmente. Com relação ao papel que deveria desempenhar na proteção da sociedade e dos indivíduos,

“verifica-se uma enorme desvalorização da comunicação política na linguagem dos *media*, que se orienta por eixos que não são os da sua natureza como o entretenimento e o espetáculo”. (SILVA, 2007, p. 33). Essa realidade gera um acentuado afrouxamento na possibilidade de vigilância do jornalismo em relação à vida política.

Além desses termos definidores, alguns mitos permeiam a prática do jornalismo e são bastante conhecidos por qualquer estudante de graduação na área: objetividade, imparcialidade, verdade, neutralidade e distanciamento. Acerca desta questão, Beatriz Dornelles (2008) destaca que notícias e reportagens divulgadas pela imprensa, supostamente sob os paradigmas supracitados, revelam uma visão empresarial que contempla a própria sobrevivência, tanto das empresas interessadas/envolvidas quanto dos próprios veículos noticiosos que precisam manter suas redações em funcionamento.

Nem sempre o jornalismo teve suas funções alicerçadas nessas premissas. Segundo Itania Maria Mota Gomes (2007, p. 5), “antes de 1830, a objetividade não era uma premissa. Ao contrário, esperava-se que o jornalismo assumisse um ponto de vista e que não se apresentasse como um relato neutro ou imparcial”.

Essa postura imparcial e neutra se tornou uma meta do jornalismo praticado nos Estados Unidos no início do século XIX, sob a influência da ciência e do pensamento cartesiano e transformou o processo de produção das notícias. Os repórteres passaram a ser advertidos quanto à manifestação de opiniões, não apenas como uma forma de manter a idoneidade dos veículos, mas (e talvez seja esta a principal razão) para evitar a exposição de pessoas ligadas aos poderes político e econômico. Acerca dessa realidade, Schudson (2010, p. 13) faz o seguinte questionamento:

Mas por que os críticos partem do pressuposto de que a imprensa *deveria* ser objetiva? A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais dedicam-se, antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. É uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados ou cientistas, supostamente a garantem (destaques do autor).

Sabe-se que o jornalismo, desde o seu nascimento, sempre foi pautado pela divulgação de fatos extraordinários. Ainda de acordo com o autor acima referenciado, é possível afirmar que para o jornalismo norte-americano a objetividade não era um ponto crucial antes de 1830. Ao contrário, esperava-se que os periódicos apresentassem um ponto de vista partidário e não uma visão neutra sobre os fatos. Não era exigido dos jornais um relato



das “notícias” tal como as concebemos hoje, sendo esta ideia (de notícia) uma invenção da era jacksoniana<sup>11</sup>.

A profissionalização da atividade ao longo dos séculos XIX e XX, no entanto, exigiu uma superação do sensacionalismo em favor de valores como a independência, a verdade e a já mencionada objetividade para, por tais valores, alcançar o maior rigor possível nas técnicas de apuração e no tratamento da informação (TRAQUINA, 2003a; LAGE, 2001).

Mas os pressupostos de rigor e distanciamento terminaram por provocar uma reação de insatisfação do público com relação aos meios de comunicação social. As sondagens de opinião demonstraram de forma clara que, nos Estados Unidos, a credibilidade das mídias chegou ao seu ponto mais baixo (FITZSIMONS; MCGIL, 1995 apud TRAQUINA, 2003b). A imprensa se limitou a falar *para* as pessoas, em vez de falar *com* elas, de maneira mais interativa e próxima e esse fator fez com que o público se afastasse da mídia, ao sentir que não estava envolvido na vida pública, nas discussões que ocorriam na política e na imprensa (SILVA, 2007).

Ao constatar esse quadro, alguns periódicos estadunidenses demonstraram preocupação com os rumos da profissão e com a crescente falta de credibilidade que afetava consideravelmente as empresas de informação, principalmente no aspecto econômico. Até então, no jornalismo dito tradicional (que seguia os ideais de objetividade, neutralidade e distanciamento), as pautas não contribuía para a formação de leitores (receptores) críticos e interessados em participar ativamente dos fatos sociais. Assuntos de **interesse do público** ganham mais visibilidade em detrimento do que é, de fato, **de interesse público**, tendo em vista que, como na sociedade contemporânea as representações tendem a substituir a própria realidade, um assunto divulgado na esfera pública não é necessariamente de interesse público (PENA, 2005b).

Luiz Martins da Silva (2006, p. 53) explica que “a distinção básica é de que nem tudo que é de interesse público é ‘interessante’, ao passo que praticamente tudo que é de interesse do público apresenta algum tipo de apelo midiático ou sensacionalista”. O autor complementa sua reflexão afirmando que o que é de interesse do público refere-se a uma demanda cujo foco está no sensorial, no sinestésico, no catártico etc. Por sua vez, a notícia de interesse público é

---

<sup>11</sup> A “Era da doutrina Jacksoniana” ou simplesmente “era jacksoniana” marcou os anos 1830 nos Estados Unidos. O então presidente Andrew Jackson implantou um sistema cujas características principais eram a fé no ser humano comum, a crença na igualdade política e de oportunidades econômicas e a aversão ao monopólio. Nesse período o país foi varrido por uma onda democrática, com a implementação de princípios como uma imprensa de baixo custo, do ensino público e do avanço de crenças religiosas mais democráticas em sua regulamentação (SCHUDSON, 2010).

aquela que traz informações que contribuam com a reflexão e tomada de decisão do leitor/espectador com relação a temas como saúde, educação, política e que o estimule a exercer sua cidadania.

Quando a notícia é encarada como um produto que tem um alto custo de produção e precisa ser vendida a um maior número possível de consumidores, a expectativa de um bom desempenho financeiro supera a preocupação em formar um público mais crítico com relação a sua própria realidade. Esse quadro explica o apelo ao sensacionalismo e o investimento em uma relação – que envolve jornalistas, veículos noticiosos e o público – baseada nos sentidos, como afirma o professor Luiz Martins.

### **3.1. Primeiras iniciativas: o estabelecimento de um padrão cívico para o jornalismo**

Um dos principais autores que abordam o jornalismo sob a perspectiva cívica é Jay Rosen. Ele nos oferece cinco maneiras de compreender o jornalismo cívico (1999, p. 22-23): 1) como um argumento, uma maneira de pensar sobre o que os jornalistas deveriam ter feito diante da situação em que a vida pública se encontrava nos Estados Unidos; 2) como um experimento, uma tentativa de sair das rotinas pré-estabelecidas com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da vida pública; 3) um movimento, uma ampla rede de jornalistas que desejavam melhorar seu ofício, acadêmicos e cidadãos que se uniram para contribuir com o crescente espírito de reforma; 4) um debate, um diálogo permanente sobre a produção da imprensa e a sua contribuição para o fortalecimento da democracia americana; e, por fim, 5) uma aventura, uma busca aberta e experimental para um novo formato de imprensa.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a filosofia do jornalismo cívico, vamos fazer uma breve reflexão acerca deste termo. Isso se faz necessário tendo em vista que boa parte da bibliografia que versa sobre essa temática (MERRIT, 1997; LAMBETH; MEYER; THORSON, 1998; GLASSER et al, 1999; FRIEDLAND, 2003; HAAS, 2007) adota o termo “jornalismo público” ou “public journalism” (tendência seguida no Brasil por autores como ROTHBERG, 2011). Chafee e McDevitt (1999) apontam que as duas ideias (jornalismo público e jornalismo cívico) compartilham muitas características e são, muitas vezes, tomadas como sinônimas. Entretanto, o foco imediato do jornalismo público é o processo de produção de notícias em si mesmo. Seu objetivo é melhorar a qualidade das notícias por meio de uma reforma na imprensa, tornando-a uma instituição mais democrática, responsável e aberta à crítica pública.

O jornalismo cívico, por sua vez, está centrado na recuperação da vida pública, utilizando os instrumentos midiáticos para capacitar os cidadãos para a deliberação pública e a atuação cívica na solução de problemas. Nesta perspectiva, o jornalismo volta seu olhar para a comunidade e é visto como um instrumento capaz de mudar o público, enquanto o jornalismo público olha para o interior da profissão, buscando melhorá-la tornando-a mais pública.

Embora haja essa diferenciação, os autores (CHAFEE; MCDEVITT, p. 176) reconhecem que não devemos fazer muita distinção entre público e cívico, e destacam que, na prática, há pouca ou nenhuma diferença para os seus seguidores: “Ela [a diferenciação] serve, porém, para nos lembrar da complexidade que se encontra no interior desse movimento”.

Optamos por adotar nesta dissertação o termo “cívico”, uma vez que, partindo da visão exposta pelos autores supracitados, ele contempla de maneira mais ampla a proposta do movimento que é atuar diretamente na vida cívica, incentivando o engajamento do cidadão na busca de soluções dos problemas que os afetam.

Os primeiros debates a respeito de uma nova proposta de práticas jornalísticas denominada “jornalismo cívico” foram iniciados no fim da década de 1980, nos Estados Unidos. A iniciativa nasceu como uma reação de alguns periódicos estadunidenses à sucessiva queda nas vendas e ao descrédito que enfrentavam, constatado por meio de pesquisas (PENA, 2005). Em sua gênese, que tem como pano de fundo as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 1988 (George W. Bush/Dan Quayle *versus* Michael Dukakis/Lloyd Bentsen), o movimento buscou dar centralidade ao cidadão e a seus anseios e necessidades, reafirmando a democracia e incentivando a participação política da população, já que no país o voto é facultativo.

De acordo com Moraes (2011), mesmo se tratando de uma prática relativamente recente, cujas bases teóricas foram lançadas no início dos anos 1990, os argumentos e pressupostos do jornalismo cívico têm origens históricas profundas:

começam com o famoso debate norte-americano entre o jornalista Walter Lippman e o filósofo John Dewey, na década de 1920, são influenciados pelo relatório da comissão Hutchins para a Liberdade de Imprensa, publicado em 1947, e, mais recentemente inspiram-se nos diversos estudos teóricos e empíricos sobre democracia deliberativa publicados nos anos 1990. Coleman [...] também inclui como origens teóricas do jornalismo público a evolução da filosofia social, o utilitarismo e as ideias dos comunitaristas (MORAES, 2011, p. 19).

Moraes aponta que, além destas influências que acabamos de pontuar, o movimento também teve influência de estudos teóricos e empíricos mais recentes acerca da democracia deliberativa (estudos de Daniel Yankelovich, Robert Putnam, James Fishkin, Richard Harwood, entre outros).

Os “pais” e defensores do jornalismo cívico, a depender do autor tomado como fonte, partem de dois pressupostos básicos: 1) a situação atual em que se encontra o jornalismo é desfavorável porque o interesse das pessoas na vida pública diminuiu de maneira considerável; 2) diante desse cenário, ao jornalismo e seus agentes não cabe um posicionamento vitimizado, tendo em vista que também são responsáveis pelo descrédito da população na democracia e na vida pública, seja por um recorrente uso do sensacionalismo, pela ênfase no entretenimento ou pela veiculação de informações que não contribuem para um processo reflexivo dos leitores/espectadores/receptores.

A proposta do jornalismo cívico surge, então, em consonância com a ideia de dependência entre jornalismo e democracia (LIMA; CARDOSO FILHO, 2012). Entre as primeiras iniciativas dessa vertente jornalística destacam-se a experiência do *Columbus Ledger Enquirer*, um jornal da rede da Companhia Knight-Ridder, no estado da Geórgia. Para a cobertura das eleições presidenciais, o jornal decidiu adotar um papel mais ativo na tentativa de trazer melhorias para a qualidade de vida na comunidade. Foi realizada uma pesquisa para conhecer os problemas que afetavam a comunidade. Posteriormente, 85 cidadãos influentes responderam a um questionário e moradores foram entrevistados por jornalistas (TRAQUINA, 2003b). Essa ação resultou no desenvolvimento de um projeto intitulado “Columbus Para Além de 2000” (*Columbus Beyond 2000*), o qual, unido a outras ações que visavam agregar o público – como encontros com cidadãos interessados – resultou em um movimento cidadão mais amplo, comprometido com o enfrentamento dos problemas relativos à vida pública, denominado “Unidos Para Além de 2000”.

Podemos citar ainda outra importante iniciativa que foi o *Voter Project*, desenvolvido pelo jornal *Wichita Eagle*, sob a direção de Davis Merrit. Em parceria com uma estação de rádio, o jornal utilizou pesquisas de opinião para identificar quais temas despertavam maior interesse e preocupação entre a comunidade. As questões levantadas pelos cidadãos foram publicadas pelo *Eagle*, em forma de artigo, seis semanas antes das eleições, apresentando o posicionamento dos candidatos sobre cada uma delas. Dois anos depois o jornal lançou o projeto *People Project: Solving It Ourselves*, dessa vez contando não apenas com o apoio de outras empresas jornalísticas, mas também de professores universitários. O objetivo era

envolver os cidadãos, fazendo-os identificar os problemas que afetavam a comunidade na qual estavam inseridos e discuti-los com os veículos de comunicação que participavam do projeto. Como explica Traquina (2003b, p. 11),

em relação a cada problema identificado como importante nas entrevistas, houve reportagens onde o objetivo era identificar os valores fundamentais das posições em conflito. Em relação a cada problema, o *Wichita Eagle* publicou uma listagem completa de todas as organizações e instituições envolvidas. As empresas jornalísticas também promoveram uma série de “intercâmbio de ideias”, onde cidadãos interessados podiam estabelecer contatos e conhecer representantes de diversos grupos.

Outra ação que merece destaque aconteceu na Carolina do Norte, quando o jornal *Charlotte Observer* lançou um projeto que, na perspectiva da cobertura de eleições, voltava-se mais para a preocupação dos eleitores do que para as estratégias adotadas pelos candidatos para conseguir uma maior adesão dos eleitores. Sirianni e Friedland (2001, p. 208) destacam que o *Observer* conseguiu desenvolver “o mais sistemático, profundo e contínuo diálogo com a comunidade”<sup>12</sup>.

As pesquisas com cidadãos também foram utilizadas por esse veículo noticioso, e as respostas obtidas formaram uma espécie de “agenda dos cidadãos”. Algumas questões levantadas na sondagem realizada com a população foram levadas aos candidatos e as respostas publicadas em uma editoria criada especificamente para tal finalidade.

O *Charlotte Observer* lançou, ainda, um projeto de reportagens que tinha como objetivo propor soluções para os altos índices de criminalidade da cidade. Para tanto,

o jornal contratou uma pessoa para coordenar as relações com as comunidades e organizou encontros com os residentes. Publicava igualmente páginas de ajuda para cada bairro e solicitou contribuições financeiras, oportunidades de emprego e de bens e serviços. Entre outros resultados do projeto, existe agora num dos bairros um centro de recreio e houve uma queda significativa no número de crimes violentos (TRAQUINA, 2003b, p. 12).

O estado de Washington, especificamente a cidade de Spoke, também teve sua experiência em jornalismo cívico. O periódico *The Spokesman Review* adotou como estratégia eliminar os espaços antes destinados aos editoriais e encarregou dois editores para ajudar os leitores a expor suas opiniões nos padrões textuais jornalísticos.

Na Califórnia, o *The Orange County Register* contou, de maneira não convencional, a

---

<sup>12</sup> Tradução nossa. No original: “The *Observer* has developed the most systematic, deep and ongoing dialogue with the community.”

história de crianças que moravam em motéis residenciais em frente ao parque temático da Disneylândia, utilizando palavras das próprias crianças, em forma de diálogo. O que poderia convencionalmente ser tratado sob a ótica da vitimização das crianças, mostrou, por sua vez, como a comunidade poderia se engajar na solução dessa realidade. O resultado foi a mobilização da população e do governo local por meio da doação de dinheiro, alimentos, brinquedos e tempo para voluntariado (MORAES, 2011).

Também do estado da Califórnia temos o exemplo do *San Jose Mercury*, jornal que começou a distribuir cartas dos leitores por todas as editorias do periódico com o objetivo de “vincular mais estritamente os temas tratados aos leitores” (MORAES, 2011, p. 49).

Outros importantes exemplos descritos pelo autor acima referenciado são o *Tallahassee Democrat*, da Flórida, que optou por organizar fóruns de leitores e membros da Câmara dos Deputados e posteriormente disponibilizar o teor dos debates na *internet*. *The Virginia Pilot*, do estado da Virginia, percebeu o quão irritados estavam os cidadãos diante dos intermináveis relatos de “más notícias”, as quais apenas apontavam o problema, sem discutir qualquer possibilidade de solução (SIRIANNI; FRIEDLAND, 2001). O jornal aproveitou o contexto das eleições de 1992 para realizar mesas-redondas entre eleitores e candidatos, proporcionando um espaço de discussão em torno da agenda dos cidadãos.

Por fim, podemos citar a *National Public Radio* que, em 1994, instituiu o *National Radio Election Project* que trabalhou na identificação de temas relevantes para os eleitores e o *Public Broadcasting Service (PBS)*, rede pública norte-americana que dirigiu o *PBS Democratic Service*, que transmitiu diversos programas que visavam instruir os eleitores a analisar os debates, as propagandas políticas, as campanhas e seus financiamentos.

As ações acima descritas se assemelham quanto às estratégias e ao tipo de temática adotada nas coberturas, tratando assuntos de interesse público, diretamente relacionados aos problemas das comunidades. Os “pais” e “advogados” do jornalismo cívico conseguiram, ao longo dos anos, estabelecer um padrão para que outras iniciativas pudessem ser desenvolvidas em qualquer parte do mundo, incluindo, essencialmente, o público, conhecendo suas demandas e fazendo com que ele mesmo atuasse na tentativa de solução dos problemas que o afetava.

### **3.2. Novas práticas para uma nova tendência**

Falar de jornalismo cívico é abordar mais do que uma teoria; é também referir-se a um conjunto de estratégias que nasceram da prática, do cotidiano das redações. Coleman (2003)

argumenta que não existe uma definição específica para essa abordagem, assim como a sua prática não está pronta e acabada, tendo em vista que, do ponto de vista teórico, trata-se de uma temática relativamente recente.

Independentemente de um conceito fixo, uma das características mais marcantes do jornalismo cívico é estar plenamente a serviço do público, distanciando-se dos interesses puramente econômicos – quando os veículos noticiosos estão unicamente voltados à obtenção de lucro – e políticos – quando a mídia se vincula a ideais partidários e cede a pressões do governo vigente. Os cidadãos e suas necessidades passam a ocupar um papel primordial tanto na definição das pautas quanto na construção da notícia, incentivando e melhorando, desta forma, o debate cívico e contribuindo para a formação de um espaço público mais dinâmico e fortalecido. Nesta perspectiva, Haas (2007, p. 4-5), destaca que

os defensores [do jornalismo cívico] argumentam que os jornalistas necessitariam mudar as formas pelas quais eles tradicionalmente têm concebido o público e o próprio engajamento deles na vida pública. Em vez de perceber o público como espectadores que buscam “emoção” [...], que apenas se voltam para as notícias a fim de serem entretidos pelo espetáculo político, ou ainda como “consumidores” [...] que se voltam às notícias para serem informados sobre as deliberações e ações dos agentes de governo, especialistas e outros atores da elite, os jornalistas deveriam perceber o público como “cidadãos” [...] engajados e responsáveis que estão interessados e capazes de participar ativamente da democracia<sup>13</sup>.

Para corroborar essa ideia, mencionamos Cytrynblum (2009), autora que, ao tratar do que ela chama de “periodismo social”, percebe o jornalismo como protagonista dos processos sociais, compreendendo toda a responsabilidade que a atividade tem na manutenção de tais processos. O público, em sua visão, deve ser reconhecido como fonte em potencial, não somente para complementar a notícia ou para se ouvir os dois lados da história, mas para enriquecer o diálogo entre os diferentes atores sociais, buscar soluções possíveis para seus problemas comunitários e, desse modo, construir uma sociedade mais inclusiva. A autora defende também que o governo, de maneira geral, e as organizações não governamentais precisam estar mais próximos dos meios de comunicação, o que agregaria mais credibilidade aos veículos e potencializaria a comunicação como um lugar por excelência onde se produz um diálogo social. A respeito da credibilidade, Rudin e Ibbotson

---

<sup>13</sup> Tradução nossa. No original: “advocates argue that journalists would need to change the ways in which they traditionally have conceived of the public and of the own role in public life. Instead of perceiving the public as “thrill-seeking spectators” [...], who only attend to the news to be entertained by the political spectacle, or even as “consumers” [...] who attend to the news to be informed about the deliberations and actions of government officials, experts, and other elite actors, journalists should perceive of the public as engaged and responsible “citizens” [...], who are interested in and capable of active democratic participation”.

(2008, p. 4) apontam que “a questão da confiança parece crucial: se o público não acredita no que lê, vê ou ouve da mídia jornalística, todos os princípios fundamentais do jornalismo parecem estar arruinados. [...] Para o jornalista, a credibilidade é tudo”.

Além da redefinição do jornalismo enquanto profissão, o jornalismo cívico propõe o resgate e a revitalização da vida pública, no tocante à participação dos cidadãos na resolução de problemas comunitários, como exposto anteriormente. Algumas mudanças são propostas. Por exemplo, o jornalista deve desempenhar uma função mais ampla no melhoramento da vida pública e a noção de “observador desprendido” deve ser substituída pela de “participante justo”. O jornalista ou veículo que assume os pressupostos do jornalismo cívico deve estar disposto a quebrar velhas rotinas para encorajar o envolvimento do cidadão na vida pública. Tal postura acarretaria benefícios notórios para o espaço público, que seria mais fortalecido e contaria com a ação e o interesse de uma sociedade engajada e preocupada com as questões que lhe afetam diretamente. Em conformidade à essa ideia, Marisa Torres da Silva (2007, p. 36) explicita que

com efeito, o jornalismo cívico reafirma as responsabilidades sociais do jornalismo numa era mercantilista em que nas salas de redação das empresas jornalísticas a lógica do lucro exerce uma influência cada vez mais significativa nas decisões editoriais. [...] o jornalismo cívico representa um importante contraponto às rotinas cristalizadas que dominam a atividade jornalística, à busca incessante de notícias, à atitude algo cínica para com a vida política, à dependência excessiva das fontes oficiais e ao desprezo em relação aos cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública.

O jornalismo cívico evita qualquer tipo de interesses político-partidários. Em vez de discutir a realidade e as ações dos partidos políticos, sua intenção é promover um debate sobre a política de forma aberta e acessível a todos os cidadãos interessados. Essa democracia fortalecida por meio do diálogo envolve jornalistas, cidadãos e políticos, atraídos por um exercício de governo que seja coerente com a democracia participativa direta.

Outra relevante mudança proposta refere-se aos termos adotados numa nova configuração textual que não se preocupa apenas em ouvir e expressar a visão das partes envolvidas nos assuntos retratados. Como destaca Fernandes (2002), a expressão “cão de guarda”, tão conhecida e disseminada nos escritos de Teorias do Jornalismo, dá lugar à função de “cão-guia”, postura que permite uma abertura das redações para a participação cidadã, uma vez que incita o jornalista a encarar seu público como parceiro em suas rotinas produtivas. Nesse sentido, Theodore L. Glasser (1999), constata que o jornalismo cívico



contribuiu com a percepção de que a visão restrita das rotinas produtivas do jornalismo tradicional pode facilmente tornar a imprensa incapaz de promover a mudança social.

Se a resolução dos problemas comunitários contarem com uma participação mais ativa do jornalismo, certamente os cidadãos se sentirão mais encorajados a participar da vida pública. Para Traquina (2003, p. 16),

o movimento reafirma as responsabilidades sociais do Jornalismo e representa uma importante brecha na busca frenética de notícias, na postura cínica para com a vida política, na dependência excessiva de fontes oficiais e na desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública.

O novo posicionamento diante das necessidades e preocupações dos cidadãos se reflete na construção das notícias. Enquanto na mídia tradicional se verifica uma valorização de notícias e temas superficiais, em detrimento daqueles que interferem na vida social, o jornalismo cívico opta pela abordagem de assuntos que estimulem a reflexão e ação dos cidadãos em prol da vida cívica. O conceito de valor-notícia para o jornalismo cívico vai de encontro ao proposto pelo jornalismo tradicional; o conhecimento sobre o desenvolvimento da matéria é priorizado, os opositos não são ouvidos para serem confrontados, mas para alcançar um equilíbrio, as pautas são estabelecidas a partir de temas que afetem de alguma forma a comunidade (política, eleições, projetos de ONGs e seus resultados e questões sociais), facilitando a compreensão do público e estimulando a cidadania. No que se refere às ações de organizações sociais, Alicia Cytrynblum (2009, p. 97) destaca que elas desfrutam de um lugar privilegiado na confiança pública, confiança esta que não se verifica quando se faz referência aos atores políticos. Desse modo, ampliar o diálogo com organizações não governamentais, além de enriquecer a pauta, pode conferir maior credibilidade à cobertura.

Existe uma preocupação em oferecer alternativas ou soluções para os problemas e em não se restringir a informar o que aconteceu. Beatriz Dornelles (2008, p. 121) destaca o papel educativo que o jornalismo deve desempenhar na sociedade, ao ponderar que os jornalistas precisam pensar não apenas em manter a população informada sobre os fatos, mas precisam também educá-la de maneira que, vivendo em democracia, tenham a possibilidade de se organizar e se mobilizar, realizando ações que considerem o futuro de toda a geração.

Nessa “tendência cívica”, busca-se a superação do formato de notícia baseado em uma simples narração de fatos descontextualizados, fundados em apelos dramáticos e

histórias de superação e conquistas particulares. Rothberg (2011, p. 166) defende que

ao deixar de lado os esquemas de narração de conflito, os jornalistas aos poucos redescobriram que a essência de sua profissão reside em dominar o saber e a técnica necessários à caracterização aprofundada dos contextos de suas matérias. Os próprios critérios de noticiabilidade teriam mudado, passando a incorporar orientações para que os jornalistas evitassem enquadramentos de *jogo*, preferindo enquadramentos *temáticos* (destaques do autor).

É preciso levar em consideração o mapeamento das comunidades e ir ao encontro de suas carências, desenvolvendo um tema a partir da demanda dos leitores. Não se trata de uma série de reportagens sobre cidadania e/ou problemas que afetam a sociedade, mas da adoção permanente das causas públicas por um veículo de comunicação (SILVA, 2006). Para tanto, defende-se a ideia de que o jornalista deve ter uma maior proximidade com o público, diminuindo ao máximo o distanciamento dos fatos que cobre. Essa defesa enfraquece os pressupostos da objetividade e do distanciamento, tendo em vista que cada profissional carrega consigo uma formação cultural e um acervo pessoal de opiniões e crenças. E não é preciso ser um defensor do jornalismo cívico para concordar que

é realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer o seu relato, as emoções e as impressões puramente pessoais que o fato neles provocou (ROSSI, 1994, p. 10).

Desse modo, o jornalismo cívico defende que é preciso estabelecer uma relação de confiança entre os profissionais e seu público, que passa a ser visto como elemento importante para o fortalecimento da vida cívica. A valorização do público não é uma premissa defendida apenas e a partir do jornalismo cívico. Pesquisadores como Luiz Beltrão (1992) apontam que a relação com o público não deve ser apreendida como se a este fosse relegada uma posição de passividade absoluta e, neste sentido, deve ser enxergado como um dos agentes do jornalismo.

Com relação aos profissionais, os jornalistas cívicos são aqueles que lutam por uma perspectiva pública do seu trabalho e a redação é vista como o melhor lugar para apreender as práticas da função que exerce. O profissional deverá ser capaz de informar e formar cidadãos e desenvolver o espírito crítico dos leitores; ele deve priorizar o conhecimento sobre o desenvolvimento de um fato e se concentrar no ponto em que as propostas de

diferentes grupos são convergentes e não confrontar os extremos (PENA, 2005, p. 156). Na visão de Haas (2007, p. 7), “em vez de se perceberem como disseminadores de ‘informação de especialistas’, os jornalistas deveriam se perceber como facilitadores de uma ‘conversação pública’”<sup>14</sup>.

Propor o jornalismo cívico como estratégia pode soar utópico, uma meta inalcançável em seu todo. Mas, se mudar a prática do jornalismo tradicional, (sub)merso na lógica de mercado, parece uma tarefa demasiadamente difícil, é preciso, então, investir em uma formação diferenciada na academia. Por isso, concordamos com Eksterowicz, Roberts e Clark (2003, p. 101) quando afirmam que

a maior esperança para que seja restaurada a confiança do público no governo deve residir não numa melhor cobertura das questões da campanha mas na tomada de consciência de que o jornalismo deve dedicar muito mais tempo a ajudar o público a compreender as operações do dia-a-dia das instituições nacionais, locais, estatais e federais. Para concretizar esta missão, poderá ser necessário proceder a grandes alterações na forma como educamos os jornalistas da imprensa, do rádio e da televisão e na forma como estes cobrem a política, o governo e a formulação e a implementação das medidas práticas.

Os autores defendem, ainda, que a prática do jornalismo cívico requer muito mais do que o domínio das técnicas da área, mas um conhecimento sobre temas voltados para economia, história, ciência política, filosofia, ciência e humanidades. Jornalistas que saem das universidades conscientes do seu papel (conscientes de que antes de serem profissionais são também cidadãos) podem gerar significativas mudanças na realidade da profissão.

### 3.3. Jornalismo Cívico no Brasil

Pesquisadores da comunicação que se debruçam sobre os estudos do jornalismo cívico (público, comunitário ou outras vertentes que colocam o cidadão e seus anseios como aspecto primordial na escolha e execução das pautas) são unânimes em afirmar que no Brasil não há uma prática do jornalismo cívico nos moldes norte-americanos.

Nota-se que há uma disposição de determinados veículos, principalmente os que fazem parte do chamado campo público (no sentido de serem mantidos pelo Estado), em não explorar os fatos ressaltando seus aspectos dramáticos e sem profundidade, mas em produzir informações que instruem e orientem o público a exercer sua cidadania. O campo público se

---

<sup>14</sup> Tradução nossa. No original: “That is, instead of perceiving themselves as disseminators of “expert informations”, journalists should perceive themselves as facilitators of “public conversation”.

mostra, desse modo, o ambiente mais propício para a emergência de uma nova prática jornalística baseada nos pressupostos do jornalismo cívico; por não se encontrarem atrelados à lógica de mercado, tais veículos estariam livres para abordar temas que se distanciem da espetacularização e de uma abordagem descontextualizada e superficial.

No Brasil não se pode dizer que haja uma história do jornalismo público<sup>15</sup>, muito menos uma tradição. Nos veículos comerciais encontramos algumas iniciativas pontuais de jornais que querem participar de forma mais ativa de suas comunidades ou se aproximar de seus públicos, mas com pouca associação ao conceito de jornalismo público. Nas mídias públicas, em especial nas emissoras de TV, a discussão sobre jornalismo público é mais frutífera (MORAES, 2011, p. 51).

Segundo este autor, o que pode ser percebido, ao avaliar a prática jornalística brasileira que segue uma tendência cívica, é que ela está mais voltada “à inclusão de serviços nas matérias que uma abertura do jornal ao cidadão e à resolução de problemas da comunidade” (MORAES, 2011, p. 9).

Bailey (1999, p. 134) reconhece que o jornalismo cívico praticado no Brasil possui duas características distintas, que por vezes se encontram sobrepostas:

A primeira é a interação do público com as organizações noticiosas, na qual as pessoas fornecem pautas para a produção de notícias e imagens para sites *online* e mídia televisiva. A segunda é a produção de uma mídia alternativa, por jornalistas e não-jornalistas, tomando como base uma agenda de notícias que nem sempre é explorada pelos meios de comunicação tradicionais<sup>16</sup>.

Em nosso país, quando pensamos em jornalismo cívico, de pronto despontam duas deficiências: uma, de cunho teórico-metodológico, originada pela pouca disponibilidade de bibliografia sobre o tema, e outra no âmbito da prática profissional, já que no Brasil os exemplos de veículos que adotaram esse tipo de jornalismo são incipientes. Márcio Fernandes (2002) cita o jornal *O Povo*, de Fortaleza, que estabeleceu um projeto editorial diferenciado para tratar o tema “infância” sem os tópicos mais óbvios como guia. O *Jornal da Manhã*, em Ponta Grossa, Paraná, em suas versões impressa e eletrônica, se destaca por seu papel de motivador da participação do público, seja como fonte de informações ou de sugestões.

---

<sup>15</sup> O autor opta pela adoção do termo “Jornalismo Público” como sinônimo para “Jornalismo Cívico”, mas a escolha não altera o sentido do termo.

<sup>16</sup> Tradução nossa. No original: “First is the interaction of the audience with the mainstream news media organizations, where people provide news and images to online sites and broadcast media. Second is the alternative news media journalism produced by both journalists and non-journalists based on a news agenda not always explored by the traditional media”.

Fernandes fala ainda sobre as ações do Observatório da Imprensa e do Instituto Gutemberg, que regularmente atuam como fiscais da mídia. Já Bruno Sodré de Moraes (2011) aponta que emissoras como a Rede Minas, a TV Brasil e a TV Cultura afirmam que seus noticiários adotam o jornalismo cívico. Luiz Martins da Silva (2006) acrescenta o exemplo da TV Futura, uma emissora que possui todas as características de um canal público, embora seja resultante de um consórcio de empresas, e desempenha um papel na atuação do jornalismo em seu viés educativo. Essa realidade mostra, de acordo com Silva, que a prestação de um serviço público não necessita ser disponibilizada apenas por um órgão estatal ou governamental.

Silva (2006, p. 6) destaca ainda que o jornalismo cívico não encontrou no Brasil “nem uma tradução definitiva nem a compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional”. Entretanto, o fato de dizer que o Brasil não pratica o jornalismo cívico tal qual os norte-americanos o desenvolveram não deve soar como uma crítica ou uma condenação. Se no Brasil não houve uma adesão estrita ao movimento, como expõe o autor, podemos afirmar que também não houve uma rejeição completa por parte da grande mídia. Embora muitos desconheçam por completo, ou aqueles que possuem algum conhecimento sobre o tema no meio jornalístico apenas fizeram algumas leituras ou ouviram falar a respeito, Andrade (2012, p. 61), em sua *Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social e Práticas Jornalísticas*, demonstra que muitas pessoas “acreditam que as mudanças nas salas de redação podem ser praticadas, desconsiderando a influência do capital numa possível implantação no Brasil das mudanças propostas pelo jornalismo cívico”.

Novamente fazendo menção às palavras de Silva (2006, p. 7),

é interessante notar que embora a imprensa brasileira tenha importado modelos e jargões, sobretudo os norte-americanos, não está fazendo, no caso do jornalismo público, uma simples cópia ou mesmo uma adaptação de um paradigma que possa considerar pronto e acabado. Dessa forma, pode-se dizer que, no Brasil, o jornalismo público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve, aqui, intenções e ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística.

Essa constatação nos parece válida, tendo em vista que as realidades culturais, sociais, econômicas e políticas de cada país (ou mesmo de diferentes localidades dentro de uma nação) nunca são as mesmas. O maior exemplo dessas diferenças está na própria gênese do jornalismo cívico, que tinha como um dos seus principais focos estimular o cidadão estadunidense a ir às urnas e participar de maneira mais efetiva das eleições. No Brasil, por seu turno, votar não é uma questão de escolha, e essa prerrogativa não pode ser considerada

como um fator de fortalecimento da cidadania. Na verdade, essa questão não se encerra na obrigatoriedade ou não do voto; se admitirmos que, obrigados a votar ou não, o que vale é a consciência de cada indivíduo no exercício da cidadania, então é a relação dos cidadãos com o processo eleitoral que está em jogo. E é justamente neste aspecto que o discurso jornalístico deve se concentrar.

É necessário que haja uma adaptação dos pressupostos apontados pelos defensores do jornalismo cívico à realidade brasileira, sem, obviamente, deixar de lado os fundamentos que essa prática estipula para o bom exercício do jornalismo.

### 3.4. Seria esta, então, a solução de todos os males do jornalismo?

Algumas críticas têm sido feitas ao jornalismo cívico. Uma delas argumenta que o público não tem condições de determinar o que é melhor para si, no que concerne à produção de notícias ( WOO apud ROTHBERG, 2011). Outras se amparam na justificativa de que as motivações dessa vertente são puramente comerciais, contudo, conforme explica Rothberg (2011, p. 160), “os defensores do jornalismo público nunca esconderam que suas estratégias também possuíam uma finalidade comercial” e isso foi utilizado como argumento para convencer editores a aceitarem as novas estratégias que atrelavam o bom andamento de um jornal à vitalidade da vida pública.

Lewis A. Friendland (2003, p. 119) destaca que

para alguns observadores, o jornalismo público é visto como uma transformação que já aconteceu, uma experiência importante, mas que ficou no passado. Outros a vêem como uma revolução parcial, uma transformação que tocou uma minoria de organizações de jornalismo que não vai mais longe. Para outros ainda, ele é visto como uma parte central de um repertório de técnicas jornalísticas que vai continuar a ser utilizado em algumas circunstâncias, subordinado a formas "normais" de se fazer jornalismo<sup>17</sup>.

É importante considerar, *a priori*, que nenhuma teoria, método ou hipótese estão isentas de refutações e críticas, principalmente quando tratamos das chamadas Humanidades. Em todos os âmbitos da ciência, os olhares lançados sobre um objeto necessitam ser contextualizados em tempo e espaço determinados. A própria forma de se

---

<sup>17</sup> Tradução nossa. No original: “For some observers, public journalism is seen as a transformation that has already taken place, an important experiment, but in the past. Others see it as a partial revolution, a transformation that touched a minority of journalism organizations that will not go further. For yet others, it is seen as a central part of a repertoire of journalistic techniques that will continue to be used under some circumstances, subordinate to journalism’s “normal” ways of doing business”.

fazer ciência foi sendo alterada ao longo das décadas pelas diferentes gerações que empreenderam tal labor (PESAVENTO, 1995). É preciso olhar para trás, sim, e ver o que foi feito por aqueles que nos antecederam na jornada acadêmica. Longe de um acirramento entre filiações teóricas ou uma vaidosa e incontestada superação de teorias, é de suma importância que formulações teóricas se adequem a seu tempo.

Trazendo a discussão para o campo jornalístico, conhecemos termos, teorias e ideias que funcionaram em um tempo preciso, num momento em que a profissão estabelecia seus fundamentos. Quanto ao jornalismo cívico, sabemos que não se trata de uma solução para a profissão, último baluarte de um decadente ofício, mas admitimos ser esta uma **alternativa** para um jornalismo mais humano e sensível às necessidades daqueles que são (ou deveriam ser) o principal alvo de toda a dinâmica da profissão: o público. O seu caráter de valorização da vida comunitária e da insistência em inserir o cidadão na agenda dos media e os demais valores propostos pelo jornalismo cívico, talvez tornem essa prática incompatível com o modelo hegemônico de jornalismo, por isso ele se encaixe melhor em um jornalismo de tipo regional, que seja “dirigido para um conjunto mais restrito de indivíduos, integrados numa comunidade menor” (SILVA, 2007, p. 36)

Não se trata de renegar toda a trajetória da prática social do jornalismo, mas, como defendem Lima e Cardoso Filho (2012, p. 44),

estamos interessados em entender o Jornalismo Cívico como um movimento que retoma determinados parâmetros da relação entre constituição da vida pública e meios de comunicação, em um contexto em que tanto os sistemas de governabilidade quanto a mídia parecem distantes da vida cotidiana dos cidadãos.

O jornalismo cívico é uma prática relativamente recente, embrionária em vista de outras teorias vigentes, carente de discussões e aperfeiçoamento. E é justamente por seu caráter recente que o debate precisa ser promovido, e não há melhor lugar para se iniciar um bom debate do que o ambiente acadêmico, de onde os futuros profissionais devem sair não apenas munidos de ferramentas e técnicas que os habilitarão a exercer sua profissão, mas dotados, sobretudo, de uma visão crítica e ética que os permitam exercer a função social do jornalismo em sua integridade.

O futuro do jornalismo cívico, como assegura Clifford G. Christians (1999, p. 67), “depende da noção de bem comum e podemos articulá-la, ajustá-la filosoficamente, estabelecer sua lógica e raciocínio. O jornalismo cívico visa a formação da comunidade. Destina-se a revigorar a esfera pública política e sociologicamente”. E isso, de acordo com o

autor, só se concretizará quando essa noção de bem comum for integrada à prática jornalística.

Sirianni e Friedland (2001, p. 231) reconhecem que

o jornalismo cívico pode claramente não representar toda a gama de estratégias midiáticas necessária para democratizar o espaço público. Mas ele respondeu de forma estratégica e relativamente eficaz às oportunidades existentes e conseguiu desenvolver um valioso modelo de deliberação que induz o estabelecimento de uma agenda democrática e a resolução de problemas entre os atores cívicos e governamentais.

O jornalismo cívico, enquanto filosofia e movimento, pode conter falhas e ser alvo de críticas de diferentes teóricos, mas é necessário que assim seja; afinal, o debate enriquece de maneira grandiosa a ciência. Pode não ser, e nem deve ser, a “salvação da lavoura”, mas o jornalismo cívico é a prova de que ainda existem mentes pensantes, incomodadas, inquietas, resistentes à ordem vigente e que buscam trabalhar por/em uma profissão que exerça, na prática, seus valores e princípios.

### **3.5. “Se Maomé não vai à montanha...”: formas alternativas de inserção do público na prática jornalística**

A discussão empreendida até aqui demonstrou que nem sempre o público obteve a devida atenção e espaço na chamada “grande mídia”, por isso, foi preciso desenvolver estratégias para que ele fosse inserido nos processos de produção e de difusão de informações. Essa realidade permitiu a emergência de novas práticas no âmbito do jornalismo. Nosso intuito, neste tópico, é não ignorar a trajetória dessas iniciativas que emergiram como um diferencial no contexto da mídia praticada nos moldes tradicionais capitalistas. Contudo, como nosso foco é a filosofia do Jornalismo Cívico, faremos aqui apenas uma breve consideração sobre o assunto.

Atualmente existem inúmeros tipos de práticas jornalísticas que seguem a proposta de ser um porta-voz dos cidadãos, portanto, como nossa intenção é apenas demonstrar que existem mobilizações no sentido de criar espaços para a manifestação popular nas mais diversas mídias, fora do parâmetro único do consumismo, vamos abordar três modelos mais comuns dentro dessa tendência: alternativo, popular e comunitário. Peruzzo (2006) comenta que a comunicação feita nos moldes não tradicionais também foi chamada de participativa, horizontal, comunitária e dialógica, de acordo com o lugar social e o tipo de prática em



questão.

Com essa abordagem, pretendemos mostrar que, se na grande mídia, no jornalismo tradicional, não há espaço para que os anseios do público sejam mostrados de maneira coerente e respeitosa, esse mesmo público tem condições de se mobilizar para manifestar publicamente seus interesses comuns e necessidades mais urgentes.

O estudo da chamada “mídia alternativa” está focado na capacidade de empoderamento concedida aos cidadãos, ou seja, possibilitar que pessoas comuns tenham suas histórias contadas (ou que elas mesmas as contem) sem necessariamente contar com os conhecimentos especializados de um jornalista (ATTON; HAMILTON, 2008).

Pesquisadores admitem que ainda hoje há uma imprecisão conceitual dos termos acima referidos, que carecem de uma definição teórica mais precisa. Os termos estão situados a partir das noções teóricas de comunidade e dos movimentos sociais (PERUZZO, 2006). Conforme explicam Atton e Hamilton (2008, p. 124), os termos são amplos e não estão limitados apenas a um jornalismo de projetos políticos ou ao desenvolvimento de movimentos sociais. Podemos afirmar que se trata de uma mídia que tem como prioridade divulgar assuntos geralmente ocultados, evitados ou ignorados pela imprensa tradicional. A ideia é que aqueles que geralmente não têm voz na grande mídia possam ser ouvidos. De acordo com Dennis de Oliveira (2009, p. 6),

a práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Não se trata apenas e tão somente de defesa dos valores da democracia institucional, mas de uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. Para tanto, a práxis jornalística alternativa é uma confrontação com a atual estrutura midiática monopolizada e que coloca o jornalismo como mais uma atividade mercantil. Os projetos alternativos de jornalismo podem configurar-se como elementos de construção de uma esfera pública alternativa, que esteja atendida com as demandas da maioria da sociedade.

Acerca do jornalismo alternativo, podemos afirmar que esta é uma expressão comum dos anos 1960 a 1980. Chamar esse tipo de mídia de alternativa significava, como o próprio nome sugere, que ela era uma opção diferente de leitura aos jornais de grande circulação, enquanto fonte de informação, pelo tipo de conteúdo e pela abordagem dos fatos. A tendência do jornalismo alternativo era romper com a ordem imposta pelo capitalismo, promovendo a

efetiva participação dos cidadãos na sociedade e na produção do conhecimento. Cicilia Maria Krohling Peruzzo (2006, p. 8) conta que, além dos jornais e boletins informativos,

outras formas de comunicação (como o teatro popular, literatura de cordel, alto-falantes, folhetos, cartilhas, vídeos, slides, carro de som etc. – do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos mais pela força do sentido do seu conteúdo e sem dispensar a leitura de jornais convencionais.

Já o chamado jornalismo popular tem sua origem na ação dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina como um todo. O jornalismo comunitário, por sua vez, representa um espaço para a participação democrática da comunidade, e, como demonstra Peruzzo (2006, p. 9-10),

se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos.

Hacket e Carroll (apud ATTON; HAMILTON, 2008) descrevem três características comumente relacionadas ao jornalismo que se encaixa nos padrões acima descritos: 1) tende a ser relativamente autônomo ou independente de corporações ou órgãos governamentais. A independência de métodos dominantes de organização da mídia encoraja seus praticantes a experimentar métodos de controle mais inclusivos e igualitários, de modo que as decisões sempre partam de consensos; 2) promove estratégias que dão acesso a vozes e questões marginalizadas na mídia hegemônica; e, por fim, as duas características anteriores tornam a terceira possível, que é 3) promove uma comunicação horizontal entre membros de grupos marginalizados e entre grupos distintos. Os autores apontam que a mídia de caráter alternativo tem como um dos seus grandes desafios transformar consumidores de mídia em participantes do processo de produção da mídia. Tais características podem ser comparadas aos valores defendidos pelo jornalismo cívico, acrescidas ainda do claro afastamento do regime da objetividade e da imparcialidade.

A comunicação está mudando, não apenas pelas possibilidades de interação suscitadas

pelos avanços na tecnologia para/da comunicação, mas (e principalmente) pelas ideologias que estão implícitas a esse fenômeno e pela forma que os indivíduos se comportam diante dele.

Entre os benefícios gerados pelo desenvolvimento dos aparatos tecnológicos está o aumento da participação do público nos processos de produção e difusão de bens culturais. Em outras palavras, o público ganha poder à medida que conquista espaço nos meios de comunicação de massa.

Henri Jenkins (2009) chama isso de “cultura participativa”. O autor analisa que na sociedade contemporânea produtores e consumidores são todos participantes, mesmo tendo diferentes possibilidades de interação. Ressalta-se que ninguém tem o mesmo poder de comunicar, mas todos estão interagindo entre si e com as novas tecnologias. Há uma superação da ideia de um produtor que se mantém distanciado ou mesmo em par com o receptor, prevalecendo o pensamento de que são todos participantes, interagindo em um novo conjunto de regras que ainda não pode ser compreendido por completo (idem, 2009). Mesmo que os limites de atuação dos participantes sejam pouco apreendidos, admite-se que um grupo maior de pessoas está apto a escolher e criar os bens culturais que mais os agradem. Para Henrique Moreira Mazetti (2009, p. 3), a cultura participativa aponta para “um consumo criativo, socializado e informado [o “consumo cidadão”] que possibilitaria um maior grau de emancipação dos consumidores em relação aos ditames do mercado: o indivíduo desenvolveria a habilidade de tomar decisões e de aumentar sua consciência social”. E não é apenas a posição de receptor que precisa ser reavaliada diante dessa nova cultura. O público deixou, também, de ser consultado apenas como fonte para complementar as informações divulgadas, mas passou a colaborar com vídeos, fotos e pautas para os jornais. Vale ressaltar, no entanto, que a novidade não está na colaboração do público no processo de produção das notícias (feita por meio de telefonemas, cartas ou até mesmo visitas pessoais), nem nas práticas alternativas do jornalismo em si, mas na forma e na intensidade em que tal fenômeno se dá em nossos dias.

Nossa intenção nesta seção foi mostrar como o jornalismo cívico se estrutura e como a sua filosofia pode contribuir para que o jornalismo desempenhe sua função primordial: o fortalecimento da vida pública. A trajetória histórica desse movimento mostra que a busca pelo lucro não é um erro em si, pois, conforme aponta Alicia Cytrynblum (2009, p. 100), o jornalismo cívico também contempla a necessidade comercial dos meios, contudo, aponta a autora, a diferença está na prestação de serviços aos leitores ou à audiência de modo geral.

O jornalismo de tendência cívica tem sido praticado em diferentes partes do mundo e

se adaptando a cada realidade. Vimos que o jornalismo brasileiro tem adotado formas alternativas de praticar um jornalismo que se aproxime mais do cidadão e dos seus interesses. Diante disso, cabe avaliar de que forma tem se concretizado essa aproximação e se, de fato, essa prática pode ser denominada “cívica”. Reconhecendo essa necessidade, propomos as categorias que compõem o que denominamos nesta pesquisa de “Análise Cívica do Jornalismo”, cujas categorias serão apresentadas e detalhadas na seção a seguir.

#### 4. ANÁLISE CÍVICA DO JORNALISMO: BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

*O mau manejo de certos temas pode levar à construção de um sujeito muito medroso e muito maleável. A notícia que se transforma em uma ameaça promove a estupidez de buscar soluções fáceis.*

Alcira Daroqui

Como explicitado anteriormente, esta dissertação tem como meta estabelecer categorias para análise de produtos jornalísticos que se identifiquem ou se aproximem da filosofia/prática do jornalismo cívico. Ao passo que buscamos contribuir para a difusão das pesquisas nessa área no país, temos também a intenção de oferecer a estudantes e pesquisadores uma alternativa de análise para futuros projetos na área de jornalismo.

A validade científica e acadêmica depende, entre outros fatores, da metodologia adotada. A estratégia metodológica mais adequada aos nossos objetivos (apontar a filosofia do jornalismo cívico como alternativa para uma prática mais social do jornalismo e criar categorias de análise que permitam avaliar produtos jornalísticos que pratiquem ou se aproximem de tal filosofia) foi a pesquisa teórica (ou básica), que tem por finalidade conhecer e/ou aprofundar conhecimentos e discussões.

A aplicação das categorias da Análise Cívica do Jornalismo funciona como uma “subpesquisa”, ou uma “pesquisa secundária”, pois nos propomos avaliar um produto jornalístico para verificar a viabilidade das categorias desenvolvidas. Neste sentido, fazemos opção pela abordagem qualitativa. Silva e Menezes (2005, p. 20), esclarecem que esse tipo de abordagem

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A pesquisa bibliográfica e documental (sendo esta última uma técnica importante na pesquisa qualitativa) foram os procedimentos técnicos aqui adotados.

Para a proposição das categorias utilizamos, inicialmente, a própria trajetória histórica, as características e os elementos que constituem o jornalismo cívico, as mudanças que ele propôs para uma prática mais social do jornalismo e as principais iniciativas de veículos que adotaram essa prática em suas redações. Embora uma explicação mais detalhada acerca desse assunto tenha sido realizada na seção anterior, faz-se necessário retomar alguns aspectos que nortearam o processo de elaboração das categorias. Para tanto, consideramos como características essenciais dessa prática:

- a) a **centralidade do cidadão** no processo de produção das notícias; o cidadão não deve ser visto apenas como fonte de informação, mas como um parceiro nas rotinas produtivas das redações;
- b) veiculação de notícias que **formem** e não apenas **informem** a população, contribuindo para o fortalecimento de um debate cívico e de um espaço público mais dinâmico;
- c) preferência de **temáticas de interesse público** ao invés de informações de interesse do público; o conceito de valor-notícia para o jornalismo cívico não pode ser o mesmo adotado pela mídia tradicional;
- d) produção de matérias noticiosas que **proponham soluções e indiquem alternativas** possíveis para que os cidadãos defendam seus direitos; a notícia não deve ser tratada de maneira descontextualizada e isolada;
- e) afirmação de uma função mais ampla para o jornalista, focada no **melhoramento da vida pública**.

As seis categorias para avaliação de produtos jornalísticos, que ora denominamos **Análise cívica do jornalismo**, estão assim distribuídas: 1) relevância do tema abordado; 2) origem da pauta; 3) natureza das fontes; 4) termos escolhidos para se referir aos atores sociais; 5) proposta de soluções; 6) função educativa da informação jornalística.

A delimitação dessas categorias levou em conta elementos apontados pela bibliografia apresentada nesta dissertação sobre a função social do jornalismo, sobre jornalismo cívico, bem como a Teoria da Responsabilidade Social da Mídia e o texto apresentado na cartilha “Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para cobertura jornalística”, criada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em 2012.

#### 4.1 A Teoria da Responsabilidade Social da Mídia

Uma noção de suma importância no processo de afirmação do jornalismo cívico foi a de Responsabilidade Social da Mídia. Essa teoria nasceu como resposta aos ideais mercadológicos e ao sensacionalismo tão comuns nos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial e emerge com a necessidade de debater o papel da imprensa na sociedade, estabelecendo novas regras norteadoras para o jornalismo, especialmente devido às transformações políticas e sociais resultantes do período de guerra.

Em dezembro de 1942, diante das inúmeras críticas que a mídia estadunidense enfrentava, foi criada uma comissão liderada por Robert Maynard Hutchins, então reitor da Universidade de Chicago, e composta por treze personalidades ligadas a instituições de ensino superior e empresas privadas. A “Comissão sobre Liberdade de Imprensa” teve como um dos financiadores o jornalista Henry Luce, um dos fundadores da Revista *Time*, que também foi colega de graduação de Hutchins na Universidade de Yale. A intenção da “Comissão Hutchins”, como também era conhecida, era “revelar o estado atual e as perspectivas futuras da liberdade de imprensa” (PAULINO, 2008, p. 7) e, além disso, definir as funções da mídia na sociedade moderna, baseada na liberdade de imprensa como extensão da liberdade de expressão individual e na responsabilidade que os jornalistas devem ter com seu público. Paulino (2008, p. 10) explica que

Hutchins contou com o financiamento de US\$ 200 mil (*Time*) e US\$ 15 mil (*Encyclopaedia Britannica*), e levou a investigação à frente, encabeçando uma equipe com treze membros, na maioria acadêmicos, que se reuniu dezessete vezes durante dois anos, entrevistando 58 pessoas e preparando documentos prévios ao informe final.

Esse “informe final” a que Paulino se refere é o relatório *A Free and Responsible Press: A General Report a Mass Communication: Newspapers, Radio, Motion pictures, Magazines and Books*. O texto foi publicado em 1947 e trazia, em suas considerações, uma polêmica proposta de criação de um órgão independente para avaliar a atuação de veículos midiáticos. A ação da Comissão Hutchins apelava para a responsabilidade da imprensa, tomando como base a autodisciplina e autorregulação da mídia. O ponto central do relatório que serviu como base para fundamentar a teoria era articular a liberdade e a responsabilidade da imprensa, para que a qualidade e a diversidade das informações pudessem ser asseguradas

e, dessa forma, uma verdadeira comunicação pública fosse desenvolvida, tendo as mídias como intermediárias fundamentais na participação dos indivíduos na democracia.

Conforme nos conta Silva (2007), em seguimento às orientações da Comissão Hutchins, e com o intuito de incentivar o público a apreciar criticamente a atividade da imprensa, “uma vez que o mercado não pode, por si só, garantir a qualidade dos meios de comunicação social” (idem, p. 39), o professor Claude-Jean Bertrand fez um inventário dos diferentes “Meios de Assegurar a Responsabilidade Social dos *Media* (MARS)”, definidos como meios não-governamentais utilizados para fazer com que as mídias sejam responsáveis diante do público. Entre os MARS, estão os *ombudsman*<sup>18</sup> ou provedores dos leitores, os questionários de exatidão e equidade, os correios dos leitores, os códigos deontológicos e os quadros de correção.

Embora houvesse o receio de que a liberdade de imprensa ficasse comprometida com a criação de um órgão de regulação da mídia, o documento da Comissão tinha como intenção assinalar a “duplicidade da imprensa, privada e livre (por isso humana e falível), mas sem ter, no entanto, a falibilidade como justificativa aos seus equívocos porque presta um serviço público” (PAULINO, 2008, p. 12). Havia, ainda, a preocupação com relação ao monopólio das empresas de comunicação e com a necessidade de que fosse assegurado o equilíbrio entre interesses públicos e privados, a intervenção do Estado e a (quase sagrada) liberdade de imprensa. De acordo com Daniel Cornu (1994, p. 199),

as recomendações da comissão Hutchins concernem à imprensa escrita. Visam permitir que esta responda melhor às “cinco exigências que uma sociedade humana tem no que concerne à difusão de ideias e fatos”. Essas exigências merecem ser enumeradas em pormenor: um relato verídico, completo e inteligente da atualidade do dia, feito num contexto que lhe dê sentido; um fórum onde se trocam comentários e críticas; um reflexo fiel dos diversos grupos que constituem a sociedade; apresentação e elucidação dos objetivos e dos valores da sociedade; acesso pleno a toda a informação do dia. As perspectivas lançadas pela comissão Hutchins vão marcar fortemente as reflexões sobre os *media* em todos os países ocidentais.

Em suma, podemos definir a teoria da responsabilidade social das mídias como “o processo pelo qual uma organização noticiosa é obrigada a prestar contas das suas atividades” à sociedade – ao público, às fontes de informação, aos corpos regulatórios do governo e aos

---

<sup>18</sup> Palavra de origem sueca que significa “representante do povo”. Trata-se de um profissional contratado por uma empresa ou instituição cuja função é receber sugestões, críticas e reclamações e mediar a relação entre as partes interessadas. Na imprensa o *ombudsman* funciona como a “voz” do leitor no jornal, o elo entre o público e a direção do veículo de notícias.



colegas de profissão (SILVA, 2007, p. 39). Apresentada há mais de 65 anos, a discussão do Relatório da Comissão Hutchins permanece atual, afinal, ela apresenta elementos que continuam a orientar a conexão entre a liberdade de expressão e de imprensa com a existência de outros direitos individuais e coletivos.

#### **4.2. Cartilha da ANDI**

Para compor as categorias que aqui determinamos, recorreremos também ao texto “Adolescentes em conflito com a lei: guia de referência para cobertura jornalística”<sup>19</sup>, publicado em 2012 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil. A ANDI se ocupa somente do tema “Infância e Adolescência na mídia”, contudo, as orientações prescritas no seu Guia de Referência para cobertura jornalística são úteis para que notícias e reportagens, de modo geral, não sejam excessivamente factuais, descontextualizadas e cheias de estereótipos e mitos, como normalmente se apresentam na prática tradicional do jornalismo.

Desde 1993 a ANDI, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, atua como mediadora entre imprensa e grupos sociais que trabalham em defesa dos direitos da criança e do adolescente. A organização se dedica inteiramente à questão da infância e da juventude na mídia e oferece propostas para que as informações veiculadas acerca desse grupo social sejam transmitidas da maneira mais ética possível. A partir de 2011 a Agência passou a se chamar “ANDI – Comunicação e Direitos”, como resultado da ampliação das suas áreas de atuação que, além de Infância e Juventude, passaram a prever intervenções nas áreas de Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.

Diante do exposto, elencamos as categorias de análise propostas e a descrição de cada uma delas.

#### **4.3 Categorias da Análise Cívica do jornalismo**

A seleção das reportagens que constituirão o objeto de estudo é o primeiro passo. Para realizar a Análise Cívica, é importante fugir das obviedades. Se a ideia é avaliar aproximações

---

<sup>19</sup> Disponível para acesso e download através do link <<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/publicacao/adolescentes-em-conflito-com-a-lei-guia-de-referencia-para-a-cobertu>> .

com o jornalismo cívico, é claro que reportagens publicadas por veículos de tendência sensacionalista ou programas apelativos não devem ser tomadas como objeto de análise.

É preferível escolher reportagens, programas ou veículos que abordem temas mais relevantes para a construção do debate público. Os critérios de escolha do objeto devem estar fundamentados de maneira adequada em relação aos objetos e objetivos da pesquisa.

#### 4.3.1 Relevância do tema abordado

Essa categoria leva em consideração o assunto abordado pelo produto jornalístico e a sua relevância para o fortalecimento da cidadania. Dito de outro modo, aqui deve ser avaliado se o tema em questão segue mais a tendência do **interesse público** ou do **interesse do público**. De acordo com a filosofia do jornalismo cívico, não importa se serão abordados assuntos de interesse local ou global, contudo os temas tratados nas reportagens devem levar o público a uma reflexão e motiva-lo ao exercício da cidadania.

Vale ressaltar que não é somente por abordar o tema “educação”, por exemplo, que se pode caracterizar um determinado veículo como praticante do jornalismo cívico. Uma notícia pode falar sobre o aumento da criminalidade entre crianças e adolescentes de 12 a 17 anos apenas mostrando índices, número de vítimas etc. Entretanto, uma notícia nos padrões cívicos vai tratar desses assuntos de maneira contextualizada, não privilegiando o governo ou outras instâncias do poder, nem vitimizando os atores sociais alvo das reportagens.

Um exemplo da adoção de pautas de interesse público sob o viés do jornalismo cívico é a revista *Vírus Planetário*<sup>20</sup>, publicação que assume uma prática mais cívica do jornalismo e se preocupa em deixar isso claro desde o *slogan* estampado na capa, que traz a seguinte frase: “porque neutro nem sabonete, nem a Suíça”. Essa postura denota a preocupação em não seguir o enquadramento e as pautas da grande mídia. A suposta imparcialidade, grande bandeira dos principais veículos de comunicação, é posta de lado. A linha editorial e o discurso da revista estão voltados sempre para a defesa do cidadão e para a necessidade de se criar uma aproximação maior entre o jornalismo e as comunidades que não são ouvidas pelos principais veículos de imprensa do país. A revista *Vírus Planetário* é mencionada aqui apenas como um exemplo de um veículo que adota uma prática muito próxima da filosofia do jornalismo cívico. Dizemos próxima, porque não há nenhuma autorreferência sobre a associação desse periódico com a proposta do jornalismo cívico.

---

<sup>20</sup>Mais informações sobre a publicação podem ser encontradas no site <http://www.virusplanetario.net>

### 4.3.2 Origem da pauta

Embora essa pareça, inicialmente, uma categoria difícil de ser adotada, conhecer a origem da pauta que gerou a reportagem faz toda a diferença quando se trata de avaliar se determinada notícia está ou não de acordo com os pressupostos do jornalismo cívico. Isso porque, de acordo com os pais e defensores dessa prática, os assuntos noticiados devem, em primeira instância, estar em consonância com a “agenda cidadã”, ou seja, devem tratar de assuntos que tenham influência direta na vida cotidiana dos cidadãos, que despertem neles o desejo de se informar e de participar mais ativamente da solução dos problemas que afetam à comunidade. Em outras palavras, a proposta do jornalismo cívico é fazer com que a agenda pública tenha espaço na mídia tradicional.

Chaparro (1994, p. 149) chama a atenção para a questão da intencionalidade da ação jornalística. Para este pesquisador, é a intenção do jornalista que controla o uso das técnicas e também “inspira a curiosidade, ativa a compreensão, gera critérios valorativos para a apuração, depuração e ordenação das informações e opiniões recolhidas. Dá direção à sensibilidade criativa, na elaboração do relato veraz”. Há uma intencionalidade implícita na determinação das pautas, contudo ela deve ser motivada pelo interesse público.

As pautas devem surgir de assembleias de associações de moradores, de representantes de organizações não governamentais ou de canais de acesso do espectador/leitor disponibilizados pelos próprios veículos de notícias.

Inserir o público no processo produtivo dos conteúdos é uma valiosa ferramenta para despertar uma leitura crítica da realidade. Envolver o cidadão na veiculação de causas comunitárias traz benefícios para a vida cívica e para o próprio veículo noticioso, que ganha em visibilidade e, conseqüentemente, lucro.

### 4.3.3 Natureza das fontes

Nenhum veículo de notícias sobrevive sem fontes. Considera-se como fonte qualquer entidade capaz de fornecer informações plausíveis para a confecção de produtos jornalísticos (pessoas ou documentos). Na maioria dos acontecimentos o jornalista não consegue ser uma testemunha ocular dos fatos, por isso as fontes são relevantes instrumentos de consulta na hora de checar a validade das informações. Barbosa e Rabaça (2001, p. 317) trazem a seguinte definição para fonte de informação: “Todos os *documentos* e pessoas de onde um autor de trabalho jornalístico, literário, técnico ou artístico extraiu informações para sua obra. [...]”

Fonte em princípio é qualquer pessoa usada por um repórter na sua busca de informação” (itálico no original).

A escolha das fontes é crucial para o rumo das reportagens. Ela leva em consideração as necessidades de produção dos jornalistas, a posição que as fontes ocupam na sociedade, considerando, entre outros fatores, a proximidade social e geográfica. As fontes são utilizadas para confirmar ou reforçar as informações dispostas no relato dos acontecimentos, por isso, nenhuma fonte é escolhida aleatoriamente. A veiculação de informações jornalísticas depende, muitas vezes, do que as fontes dizem e, em algumas circunstâncias, a linha editorial do veículo noticioso pode determinar se uma fonte específica deve ou não ser consultada. De acordo com Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 292),

[...] devemos prestar atenção nas fontes que são citadas para interpretar os acontecimentos. O fato de que determinadas fontes tenham voz, no intuito de interpretar, valorizarem, e, em resumo, opinarem sobre o acontecimento, é um elemento fundamental na construção do sentido. Os jornalistas procuram por fontes que sejam facilmente acessíveis e que forneçam uma informação útil. Isso faz com que determinadas fontes sejam muito mais consultadas do que as outras, gerando a institucionalização [...] de determinadas fontes.

Aldo Antônio Schmitz (2011, p. 2), observando como “são díspares as classificações e nomenclaturas das fontes de notícias por pesquisadores e nos manuais de redação dos principais jornais brasileiros”, propõem uma taxonomia a partir da reunião e revisão das diferentes classificações. Tomando como base os estudos de autores como Manuel Carlos Chaparro, Nilson Lage, Manuel Pinto, Stuart Hall, Molotch e Lester e Herbert G. Gans, o autor busca avaliar como a teoria, representada pelos pesquisadores, e a prática, pelos manuais de redação, tipificam as fontes de notícias. A partir de então, propõe a seguinte definição (idem, p. 20):

Fontes de notícias são pessoas, organizações sociais, grupos ou referências, envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa. Sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público por meio de uma mídia.

Schmitz (idem, p. 7) apresenta, ainda, um quadro no qual estabelece, partindo das considerações dos mesmos autores acima mencionados, uma demarcação e interrelação entre os grupos, classes e tipos de fontes:

<b>Categoria</b>	<b>Grupo</b>	<b>Ação</b>	<b>Crédito</b>	<b>Qualificação</b>
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Individual	Reativa		
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

**Quadro 1-** Matriz da tipificação das fontes de notícias elaborada por Schmitz.

Fontes que possuem posições institucionalizadas, autoridades ou representação maior das factuais são chamadas por Hall (et al, 1993) de “definidores primários”. São fontes que podem definir a situação sob uma ótica particular e são comumente os primeiros a serem consultados. Esse grupo compreende políticos, empresários, representantes de grandes empresas e de entidades religiosas e documentos oficiais.

Segundo os pressupostos do jornalismo cívico, não é interessante que o cidadão seja consultado apenas para complementar a narrativa ou como mais um personagem para ilustrar a história. Isso não significa que as autoridades seriam excluídas da produção das notícias, contudo, esse tipo de fonte deve ser buscado quando for necessário o fornecimento de informações importantes para a solução dos problemas da comunidade (LIMA, 2011). As fontes oriundas dos poderes instituídos devem estar tensionadas com a presença do cidadão como fonte, ou seja, os dois lados da história não são ouvidos para que seja meramente cumprida uma obrigação normatizada pelos parâmetros da profissão. Tal atitude reafirma o foco do jornalismo cívico: a centralidade do cidadão.

Schmitz (2011) nos oferece uma visão ampla sobre as diferentes possibilidades de classificar as fontes. Reconhecemos que o assunto é complexo, contudo, de modo a não privilegiar essa categoria (“Natureza das fontes”) em detrimento das demais, vamos nos ater apenas à primeira diferenciação proposta pelo autor (**Categorias**), diferenciando as fontes em “primárias” e “secundárias”.

#### 4.3.4 Termos escolhidos para se referir aos atores sociais

Com a definição dessa quarta categoria, pretendemos avaliar a linguagem adotada pelo produto noticioso e os termos utilizados para descrever os atores sociais a quem a reportagem faz referência. Esse tema merece atenção, uma vez que o modo como os personagens dispostos na matéria são adjetivados pode gerar uma interpretação deturpada dos fatos e a manutenção de preconceitos que atravessam gerações.

A proposta aqui é perceber se no texto falado ou escrito a caracterização dos personagens os coloca numa posição de vítimas ou os trata como cidadãos, tal como propõe o jornalismo cívico. Ressaltamos que não é apenas uma questão de denominação, mas a forma como os atores sociais são nomeados nas reportagens faz parte do enquadramento adotado pelo repórter, o que reflete o posicionamento ideológico do veículo de notícias.

Coberturas descontextualizadas, apressadas e superficiais geram e fixam no inconsciente coletivo alguns estigmas (fazendo novamente referência aos escritos de Erving Goffman). É o caso da abordagem comumente feita sobre segurança pública, quando determinadas publicações induzem a interpretações generalistas, como pensar que nas favelas e periferias só existem “bandidos”, “traficantes” e “criminosos”. De acordo com Alicia Cytrynblum (2009, p. 99), as pautas devem conter uma linguagem livre de discriminação, especialmente em temas relacionados à violência sexual, imigrantes envolvidos em situações ilícitas, jovens em situação de pobreza, pessoas que possuem algum tipo de vício, entre outros. Ainda de acordo com a autora (2009, p. 83), percebe-se que “todos nós jornalistas podemos escolher as palavras que usamos, quer dizer, que a utilização de um idioma mais inclusivo é uma decisão pessoal, raramente censurada por um editor”.

Isso acontece porque, como nos explica, Rodrigo Alsina (2009), os meios de comunicação desenvolveram técnicas para distribuir a maior quantidade de informações no menor espaço possível. Entre essas técnicas está o uso dos estereótipos, por meio dos quais os veículos noticiosos conseguem, de maneira mais fácil, comunicar-se com seu público, embora isso gere mal-entendidos com aqueles que são/estão estereotipados.

O Guia de Referência para cobertura jornalística da ANDI, embora aborde especificamente “Infância e Adolescência na mídia”, traz importantes considerações para a prática jornalística de modo geral, quando se trata da escolha dos termos para fazer referência aos personagens. Neste sentido, o Guia explica que

as narrativas dos meios de comunicação de massa atuam de forma decisiva na construção de valores e comportamentos sociais. Nesse contexto, o emprego de palavras inadequadas pode reforçar preconceitos ou estereótipos. No caso dos adolescentes em conflito com a lei, em que os direitos conquistados estão permanentemente ameaçados por uma cultura de criminalização, editores e repórteres precisam estar atentos ao emprego de termos que contenham juízos de valor (ANDI, 2012, p. 77).

A preocupação com os estereótipos se dá porque eles funcionam como um mecanismo de construção de outra realidade, propagando, muitas vezes, uma visão errônea sobre determinado fato ou grupo social e comprometendo a recepção das informações por parte do público. A ANDI oferece, em sua cartilha, uma tabela com os termos mais adequados para se referir a crianças e adolescentes:

Termo inadequado	Termo adequado	Razão
Menores	Crianças e adolescentes; meninos e meninas; garotos e garotas; ou ainda menores de idade.	Sem o qualificativo "de idade", o termo "menor", usado para designar crianças e adolescentes, em geral tem sentido pejorativo. A definição remete ao Código de Menores, que foi revogado pelo ECA. Normalmente, seu uso ocorre quando estão em foco meninos e meninas para os quais o Código se destinava, ou seja, em situação de abandono, de trabalho precoce ou em conflito com a lei.
Delinquente, criminoso, marginal	Adolescente em conflito com a lei, jovem em conflito com a lei, acusado de ter cometido ato infracional.	"Delinquente", "criminoso" e "marginal" trazem o problema para a pessoa, atribuindo seus atos a causas "biológicas" – portanto, difíceis de serem superadas. "Em conflito com a lei" estabelece uma condição temporal e superável. O adolescente não "é". Ele "está".
Crime	Ato infracional, infração, delito.	O ECA considera que a população abaixo dos 18 anos está em fase de desenvolvimento e, portanto, ainda vivenciando uma etapa de consolidação de valores e práticas sociais. Ao evitar a palavra "crime", o repórter contribui para que a sociedade entenda que o jovem, por estar em formação, tem oportunidade de aprender com o erro.
Pena	Medida socioeducativa.	A amplitude da medida socioeducativa é bem maior do que a da pena. Além do mais, é uma oportunidade para que o adolescente, auxiliado por profissionais capacitados, família e comunidade, repense o ato infracional e seu projeto de vida.

*Tabela 1: termos adequados para se referir a crianças e adolescentes.*

A proposta da ANDI, nesse sentido, vai além de uma simples adequação no vocabulário jornalístico, mas busca promover um constante trabalho de conscientização sobre a realidade na qual esses atores sociais estão inseridos. A mídia é um instrumento valioso que pode impulsionar essa mudança na mente do público.

#### 4.3.5. Propostas de soluções

Não basta dizer ao cidadão que um problema existe. É, como dizem, "chover no molhado", já que ninguém melhor do que ele tem ciência de todos os percalços que o acometem no seu cotidiano. O jornalismo praticado nos moldes cívicos deve informar o

público “sobre o que é realmente necessário para que eles atuem racionalmente como cidadãos em uma democracia” (LIMA, 2011, p. 380).

Isso não quer dizer que o jornalismo tem o poder para solucionar todos os males da sociedade, mas, agindo como o “cão guia” e se reconectando com as comunidades, os jornalistas conhecerão melhor a realidade na qual os cidadãos estão inseridos e terão maiores condições para indicar alternativas viáveis para a resolução de suas questões. As matérias, de acordo com os princípios do jornalismo cívico, devem munir o cidadão de informações úteis e esclarecimentos que o ajudem na tomada de decisões.

Faz parte dessa proposta fornecer uma informação mais contextualizada, na qual todo o problema é descrito, ao invés de apenas os dados serem transmitidos. Cytrynblum (2009) explica que a busca por soluções gera um impacto maior que a mera denúncia, pois ela incentiva a ação. Em sua visão (2009, p. 96), quando o fato é contextualizado, quando alternativas são mostradas e quando os envolvidos são tratados como atores sociais, é possível

1. Articular os temas econômicos, políticos e sociais.
2. Abrir a possibilidade de solução e sair da paralisia que provoca as situações limites.
3. Mostrar toda a realidade e não apenas a parte que supostamente “vende”. Devolver à sociedade uma imagem mais completa de si mesma e responsabilizar a toda a sociedade pela situação em que “todos” vivemos.<sup>21</sup>

Embora comumente associadas ao “jornalismo de serviço”, uma importante alternativa é disponibilizar em quadros ilustrativos, infográficos, boxes com informações adicionais ou em algum trecho da reportagem falada um “passo a passo” ou “como fazer” aliado a informações sobre instituições ou órgãos que as pessoas devem procurar para a resolução de determinado problema.

#### **4.3.6. Função educativa da informação jornalística**

Como descrito no início da seção, o jornalismo cívico deve atuar na formação para a cidadania e não apenas ser transmissor de informações. A mídia deve ser uma ponte entre o cidadão e o governo ou outras instâncias de poder, e, para tanto, o público deve receber informações adequadas sobre os problemas que o envolvem.

---

<sup>21</sup> Tradução nossa. No original: “1. Articular los temas económicos, políticos y sociales. Abrir la posibilidad de solución e salir de la parálisis que provocan las situaciones limites. 3. Mostrar toda la realidad e no solo la parte que supuestamente “vende”. Devolverle a la sociedad una imagen más completa de si misma y responsabilizar a toda la sociedad por la situación que vivimos “todos””.



As pautas sobre política, economia, saúde, meio ambiente ou qualquer tema de interesse público, precisam assumir uma função pedagógica, na sistematização de conceitos, na disseminação de informações, estimulando o cidadão a participar dos debates. São pautas que devem “estar comprometidas com a visão de que alguma coisa precisa ser feita, há problemas e desafios a serem enfrentados, há interesses em jogo, e o jornalismo e o jornalista podem desempenhar um papel fundamental na sua explicitação” (DORNELLES, 2008, p. 129). O jornalismo cívico se propõe a ser didático, por isso, como nos explica Alicia Cytrynblum (2009, p. 104),

se um artigo se refere a uma nova temática, é muito provável que mais da metade dos leitores não saibam exatamente do que se está falando. Por essa razão se recomenda a inclusão de um quadro com uma definição, que se introduzam na nota as ferramentas, etc. Por exemplo, no caso da participação cidadã, é importante explicar o que é uma Audiência Pública (...), o que significa pressuposto participativo e tudo o que for necessário para situar o leitor no tema<sup>22</sup>.

É importante que conceitos sejam explicados, não dando como certo que o público conhece o significado das palavras e os conceitos abordados (CYTRYNBLUM, 2009). Nesse sentido, o uso de iconografias, infográficos, tabelas ou boxes, conforme mencionamos no item acima, pode ser um valioso aliado.

---

<sup>22</sup> Tradução nossa. No original: “Si un artículo se refiere a una nueva temática es muy probable que más de la mitad de los lectores no sepan exactamente de qué se está hablando. Por esa razón se recomienda la inclusión de un recuadro con una definición, que se introduzcan en la nota las herramientas, etc. Por ejemplo, en el caso de la participación ciudadana, es importante explicar que es una Audiencia Pública (...), qué significa pressupuesto participativo y todo lo que fuera necesario para poner el lector en tema”.

## 5. POR UMA ANÁLISE CÍVICA DO JORNALISMO

Os meios de comunicação se apresentam como importantes instâncias de socialização. Por isso, como outros direitos fundamentais do ser humano, o direito à informação deve ser reconhecido como um valioso instrumento para o fortalecimento das democracias contemporâneas. Um Estado democrático pressupõe, entre outras coisas, que as autoridades prestem conta dos seus atos e que os cidadãos sejam bem informados e estejam aptos ao exercício da cidadania. Em ambos os casos a mídia tem papel preponderante.

No caso de temas como infância e adolescência, assunto tratado pela série de reportagens alvo da análise que ora empreendemos, a mídia deve contribuir com a promoção dos direitos estabelecidos pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1989 (podemos citar dentre eles o direito da criança de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares – art. 8º; à liberdade de expressão – art. 13; à liberdade de pensamento, de consciência e de crença – art. 14; o direito da criança à proteção contra a exploração econômica e o trabalho perigoso – art. 32; o direito da criança à proteção “contra todas as formas de exploração e abuso sexual” – art. 34).

Bailey (2009) nos chama a atenção para o fato de que o aparato legal é apenas parte do processo de garantia e respeito aos direitos da criança. A autora ressalta que organizações não-governamentais têm trabalhado para dar visibilidade aos problemas relacionados à infância e adolescência, particularmente no que se refere à exploração sexual, trabalhos forçados e a sua criminalização e denúncia em uma agenda – e também em uma mídia – pública. Isso pode servir como incentivo ao desenvolvimento de iniciativas que melhorem a vida de crianças e adolescentes que se encontram nessas ou em outras situações de risco.

De acordo com a ANDI, para que os veículos midiáticos desenvolvam tal comportamento, deve haver uma ação regulatória das mídias por parte do Estado. Essa atitude, além de assegurar que os direitos da infância e da adolescência sejam garantidos neste setor, preserva um ambiente de liberdade de expressão e estimula a produção de conteúdos de qualidade.

A noção de qualidade pode ser subjetiva, mas, em sentido amplo, podemos dizer que uma programação com boa qualidade é aquela que estimula a disseminação de valores, princípios éticos e morais e que seja um instrumento educativo. Essa descrição se encaixa muito bem nos princípios básicos das emissoras e empresas de comunicação que compõem o chamado “campo público”. Para trazer uma melhor definição de tal campo, mencionamos Torres (2009, p. 28):

experiências de TVs públicas são regulamentadas por leis diferentes. Para a confusa e complexa legislação brasileira, as TVs educativas são classificadas como “serviço de radiodifusão” e estão subordinadas ao Código Brasileiro de Telecomunicações (de 1962 e legislação complementar), enquanto os “canais de acesso público” são considerados “conteúdos” que trafegam em um “serviço de telecomunicações”, regulamentados pela Lei da TV a cabo (Lei 8.977 de 1995).

Tendo em vista que a discussão aqui proposta leva em consideração a série de reportagens veiculada em uma emissora do campo público de radiodifusão, consideramos relevante traçar um breve perfil desse setor em nosso país, como veremos no tópico a seguir.

### **5.1. O campo público de radiodifusão no Brasil**

No Brasil não existe uma definição clara acerca do que é o serviço ou interesse público. Os princípios que regem a Administração Pública (impessoalidade, legalidade, eficiência e transparência) estão explicitados na Constituição Federal de 1888. Com relação aos serviços de radiodifusão, o artigo 221 da Constituição Federal versa sobre essa atividade como um todo, considerando-a um serviço público, não exclusivo do Estado. No aspecto da produção, o artigo indica que deve haver uma preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, que promovam a cultura nacional e regional e que respeite os valores éticos e sociais da pessoa e da família. O artigo 223, por seu turno, nos traz uma definição dos três sistemas que compõem o universo televisivo brasileiro:

- a) O sistema privado (trata-se de concessões do serviço de radiodifusão a grupos ou empresas privadas, dispensa uma descrição mais detalhada).
- b) O sistema estatal, que presta serviços ao governo, apresentando o seu ponto de vista à população.
- c) O sistema público, destinado a ser o porta-voz da sociedade, da diversidade cultural, da pluralidade de opiniões, sem uma intermediação das instâncias governamentais (embora financiado por elas) ou dos interesses privados. Abrange como segmentos os canais educativos, culturais, universitários e comunitários.

A dificuldade de compreender as distinções entre os sistemas público e estatal reside no fato de que eles estabeleceram entre si uma relação de cooperação e de complementaridade, ao compartilhar as fontes de financiamento e na demarcação de

especificidades com relação às emissoras privadas. Em nossa pesquisa, daremos especial atenção ao chamado sistema público, uma vez que é nele que se insere a TV Brasil, emissora que abriga o programa noticioso responsável por veicular a série aqui tomada como objeto de análise.

No nosso país, os serviços públicos de radiodifusão sempre foram complementares ao modelo comercial, tendo em vista que a TV no Brasil já nasceu comercial, com a criação da TV Tupi por Assis Chateaubriand em 1950. Em 1967 o governador de São Paulo, Abreu Sodré, criou a TV Cultura, uma emissora puramente educativa em seu início. A ideia era promover educação de massa à distância, tal como se fazia no Canadá, contudo, a condição educativa da TV Cultura não perdurou, por um lado, porque a própria noção de educação foi sendo alterada com as transformações ocorridas na sociedade e, por outro, porque o modelo analógico de televisão não contemplava a interatividade, uma das bases da concepção pedagógica da educação à distância<sup>23</sup>.

Podem ser destacados quatro momentos significativos na história da radiodifusão pública brasileira: 1) A fundação, em 1923, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Roquette Pinto, seguida pela implantação de clubes e sociedades de ouvintes que contribuiram financeiramente para a manutenção das emissoras de rádio voltadas para fins educativos, informativos e culturais; 2) A criação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo em 1967, uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora da TV Cultura e da Rádio Cultura de São Paulo; 3) O artigo 223 da Constituição Federal de 1988, que representou o primeiro esboço legal sobre como deveria funcionar a televisão brasileira ao afirmar que “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas público, privado e estatal”; 4) A promulgação da Lei do Cabo (Lei 8.977/1995), através da qual foi possibilitada a existência das emissoras de acesso público como as comunitárias, legislativas e universitárias.

A missão de uma emissora pertencente ao campo público está fundamentada em quatro vertentes, a saber: educação, cultura, entretenimento e informação. Diante da temática proposta nesta dissertação, vamos dispor uma atenção especial à última vertente citada. O modelo de jornalismo recomendado para este setor tem como finalidade produzir informações que sejam de interesse da sociedade, partindo de uma permanente verificação das suas demandas, além de levar o telespectador a uma reflexão e avaliação crítica da realidade

---

<sup>23</sup> Informação disponível no Volume 2 do Caderno de Debates do I Fórum Nacional de TV's Públicas, promovido pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Governo Federal.

transmitida através das informações e, acima de tudo, auxiliar no processo de formação do telespectador para o exercício da cidadania. Teresa Montero Otondo (2012, p. 266) esclarece que a televisão pública tem de descobrir seu perfil diferenciador, cuja proposta vai além de fazer simplesmente aquilo que a televisão comercial não faz e que a televisão estatal já faz. E mais:

Deve ser diferente em todos os seus aspectos, desde o modelo jurídico-institucional à programação, da administração justa e eficaz à prestação de contas pública e transparente, da criação inovadora e audaciosa à independência financeira e editorial. Uma televisão de serviço público, amparada em valores de serviço público. Um interesse público fundamentado nos anseios e necessidades da sociedade.

No âmbito ético, destaca-se como dever de uma emissora pública produzir uma programação eminentemente cultural, informativa, inovadora, artística e educativa; dar espaço às minorias e suas causas, buscando sempre apoiar processos de inclusão social; promover a universalização do direito à informação e à comunicação. Do ponto de vista estético, cabe às emissoras, especialmente, estabelecer um afastamento crítico da indústria do entretenimento. Por fim, no que concerne à educação, espera-se que a programação veiculada contribua para a formação crítica do cidadão, socializando a produção do conhecimento e desenvolvendo um jornalismo de interesse público, que privilegie a compreensão dos fatos, em lugar de promover a espetacularização da notícia.

Teresa Montero Otondo (2012, p. 97) lista, a título de ilustração, uma série de valores e princípios que se referem especificamente à televisão de serviço público:

1. acesso universal – o serviço deve chegar a todos;
2. apelo universal – o serviço deve interessar a todos, servir o interesse coletivo;
3. contribuição universal – todos pagam igualmente pelo serviço, direta ou indiretamente via impostos;
4. independência – o serviço atende aos interesses dos cidadãos e não do governo, ou a interesses privados ou particulares;
5. identidade – o serviço preserva os laços de identidade da comunidade que serve;
6. especificidade – O serviço deve especial atenção às maiorias desfavorecidas e minorias marginalizadas;
7. concorrência – o serviço deve ser melhor que o dos concorrentes do setor privado;
8. criação – o serviço deve promover o talento e a criação assim como a formação profissional;
9. direito – o serviço deve criar condições para que o cidadão tenha garantido seu direito à informação e à comunicação. Seu direito de informar e ser informado e seu livre acesso aos canais de comunicação;

- 10.continuidade – o serviço deve ser oferecido de maneira ininterrupta sempre com a mesma qualidade, eficácia e eficiência;
- 11.igualdade – todos são considerados iguais e tratados igualmente;
- 12.pluralismo – o serviço deve estar aberto à diversidade de opiniões.

Uma das “vantagens” – se podemos assim nomear – da TV pública é a liberdade de criação e inovação de que dispõe para construir sua grade de programação. Ela pode abrir espaço para produtores, sem a necessidade de repetir os mesmos modelos adotados pelas TVs comerciais. Podemos destacar, ainda, que

a isso se associa o papel crítico em relação à própria televisão. Só a emissora pública pode fazer isso, analisar a si mesma, analisar a própria televisão e, o mais importante, oferecer ao público programas de qualidade em toda a sua grade horária, e não só em alguns momentos, como fazem esporadicamente as redes comerciais. [...] O resultado seria uma programação que acabaria por levar a televisão comercial a rever seus padrões. (LEAL FILHO, 2003, p. 85-86)

Embora haja uma divisão jurídica entre os sistemas, Alberto Dines (2003, p. 17) faz uma provocação:

Quando falamos nessa entidade chamada TV pública, precisamos levar em conta que a mídia, como um todo, é pública. Sobretudo os meios eletrônicos, que dependem de uma concessão. A mídia privada, seja ela impressa ou eletrônica, também é pública, pois tem seus compromissos. [...] A imprensa concerne à sociedade, mesmo sendo uma imprensa privada.

Em outubro de 1998 foi criada a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC). Em 1999, em assembleia geral da entidade, foi constituída a Rede Pública de Televisão, a qual ainda se mantém, desde a sua criação, com a proposta de veicular a diversidade e a pluralidade da cultura brasileira, com uma programação de telejornais, documentário, debates, além de programação infantil<sup>24</sup>. Atualmente a associação congrega 21 emissoras geradoras de caráter educativo, cultural e não comercial, entre elas a TV Brasil, sobre a qual abordaremos mais detalhadamente no tópico a seguir.

## 5.2. A TV Brasil

A TV Brasil é uma emissora de cunho educativo-informativo, que faz parte do campo público aberto de empresas de radiodifusão, onde encontramos ainda emissoras de caráter universitário, legislativo e comunitário. Uma das principais prerrogativas definidas pela

<sup>24</sup> Informações disponíveis no site da ABEPEC, disponível em <<http://www.abepc.com.br/site/home/>>.

legislação acerca do referido campo é que tais serviços de radiodifusão não podem aceitar qualquer espécie de patrocínio ou financiamento de empresas privadas para o seu funcionamento, o que, de acordo com Jambreiro (2001) passou, contudo, a ocorrer em algumas emissoras nos anos 1990, como a TV Cultura de São Paulo, na perspectiva de melhorar seus orçamentos.

A emissora foi criada em dezembro de 2007 e é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entidade que também é gestora da Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil Internacional, Rádios MEC AM e FM, além das Rádios Nacional do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões. Em seu endereço eletrônico, encontramos a descrição de que “sua finalidade é complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania”. Segundo Otondo (2012, p. 267), “a criação da TV Brasil não deixa de ser um marco significativo na história da comunicação social brasileira. [...] Legalmente, a TV Brasil está colocada no âmbito do Executivo pelo próprio decreto que a instituiu. Depende administrativamente da SECOM (Secretaria de Comunicação da Presidência da República)”.

Entre os produtos jornalísticos que compõem a grade de programação da TV Brasil, encontramos o **Repórter Brasil (RB)**, telejornal que é exibido em duas edições diárias de segunda a sexta-feira, pela manhã, às 8 horas e à noite, às 21 horas, e aos sábados, às 21 horas. O RB se define como política e economicamente independente e que atende aos interesses do seu público. Sua primeira exibição aconteceu no dia 2 de dezembro de 2007, tendo como uma de suas peculiaridades, especificamente em sua edição noturna, o fato de ser apresentado por três jornalistas concomitantemente. A apresentação coletiva contribui no que concerne a um maior grau de dinamismo ao jornal.

Em 2012 o telejornal deu início à produção de uma série de reportagens com foco em adolescentes em situação de conflito com a lei. A série é composta por quatro reportagens e contou com a produção da jornalista Débora Britto e reportagem de Manuela Castro. A primeira aborda como meninos e meninas se envolvem em situações de conflito com a lei (*crime*); a segunda mostra o que deve ser feito com os adolescentes que cometem crimes no Brasil e sobre as chamadas “medidas restaurativas” e a terceira discute se as unidades de internação são o melhor caminho para a ressocialização ou agravam ainda mais os problemas (*castigo*); por fim, a quarta reportagem fala sobre a luta de quem retomou a vida depois de cumprir medidas socioeducativas e as dificuldades da reinserção social (*recuperação*).

A primeira reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação”, exibida no dia 20 de agosto de 2012 tem como tema “O que leva meninos e meninas a entrar no mundo do crime”. Com duração de cinco minutos e dezenove segundos, essa reportagem busca compreender por quais motivos crianças e adolescentes se envolvem com o mundo das drogas e outros crimes, colocando-se em situação de conflito com a lei.

No início do texto, a adolescência é retratada como uma fase de descobertas, de experiência e de decisão dos projetos de vida, momento em que meninos e meninas fazem escolhas pensando no futuro. Dois adolescentes (Danilo Martins e Daydela Santana) são entrevistados e compartilham seus planos para a juventude. Na sequência, o tema central da reportagem começa a ser abordado e um adolescente não identificado, que no período da reportagem cumpria medida socioeducativa, conta que o consumo de drogas e o envolvimento com gangues foram a motivação para que ele atirasse em outro jovem.

A reportagem destaca que, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, 90 mil brasileiros entre 12 e 17 anos cumprem medidas socioeducativas por terem entrado em conflito com a lei. Informa também que um levantamento do Instituto das Nações Unidas para a Prevenção de Delitos mostrou que os crimes mais comuns são o roubo (35%) e o furto (22%). Entre as principais razões para que adolescentes se envolvam com o mundo dos crimes estão a pobreza, a dificuldade de encontrar emprego e problemas familiares. O apoio deficiente do poder público e a falta de estrutura para lidar com esse público são elementos que dificultam a resolução de problemas das crianças e adolescentes que se encontram em situação de conflito com a lei.

É mostrado ainda que o envolvimento com atividades ilícitas não é um caminho inevitável, como é o caso de Guilherme Alves, que, mesmo criado em uma rua dominada pelo crime em Ceilândia, a 25 quilômetros de Brasília, resistiu às pressões para entrar no tráfico de drogas e hoje é professor de dança em um projeto social da região.

No dia 21 de agosto a segunda reportagem da série começa a tratar o assunto “castigo”, com o tema “Medidas de reparação e punição aos adolescentes em conflito com a lei”. O tempo de duração da segunda matéria é de cinco minutos e dezesseis segundos e o foco aqui é conhecer o que tem sido feito para reparar os danos ou punir os adolescentes que se envolveram em alguma situação de conflito com a lei.

Na abertura da reportagem dois cidadãos, o vigilante Edmilson Gonçalves e a cozinheira Iara Maria são questionados sobre o que deve ser feito com adolescentes que cometem crimes no Brasil. A resposta é rápida e traduz o pensamento de grande parte da



população: “Tem que dar a mesma punição adulta; a consciência é a mesma e a violência é até maior”, diz Gonçalves; “Tem que ir todos pra cadeia”, enfatiza a segunda entrevistada.

Acreditamos que a segunda reportagem, em especial, cumpre um papel muito importante para o esclarecimento do telespectador ao mostrar como a legislação referente ao tema trata a questão da punição. Na matéria vemos que, ao contrário do que a maioria da população pensa,

a punição não deve ser o principal caminho de acordo com a lei. A legislação indica que antes da pena é preciso buscar formas de resolver o conflito e corrigir o prejuízo causado. Um exemplo disso são as medidas restaurativas, em que o adolescente deve reparar o dano cometido a partir de uma negociação com a vítima. [...] A pena deveria ser exceção, mas é regra. No caso dos adolescentes ela recebe o nome de medida socioeducativa. A legislação lista como prioridade as medidas em meio aberto, como prestação de serviços à comunidade, quando o adolescente precisa realizar trabalhos em entidades assistenciais como hospitais e escolas e a liberdade assistida, em que uma equipe de profissionais como psicólogos e pedagogos atende e acompanha o jovem em encontros periódicos<sup>25</sup>.

A repórter apresenta outras informações relevantes acerca da legislação referente a adolescentes em situação de conflito com a lei que serão abordadas de forma mais detalhada no processo de análise dos dados.

Em suma, a segunda reportagem mostra quais são as alternativas oferecidas pelo Estado para solucionar ou, pelo menos, minimizar o problema do envolvimento de pessoas dessa faixa etária em atividades ilícitas e como esses jovens que passam pelas medidas socioeducativas ou restaurativas podem acreditar em um futuro melhor.

Ainda na temática “castigo”, chegamos à terceira reportagem. Exibida no dia 22 de agosto de 2012, o foco da matéria é conhecer os problemas nas unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei. Aqui vemos que a realidade dos centros de internação é bem diferente do ideal proposto pela legislação. Um questionamento é levantado pelo âncora Guilherme Menezes na apresentação da reportagem: “as unidades de internação são feitas para garantir a ressocialização dos adolescentes que entram em conflito com a lei ou será que elas reforçam o problema?” Nos cinco minutos e quarenta segundos que se seguem vemos a triste realidade dos centros de internação onde estão reclusos os jovens que se envolveram em situações de conflito com a lei.

A reportagem mostra que a lei determina que as unidades de internação assegurem a continuidade dos estudos, como nas escolas regulares, além de manter um ambiente que garanta a saúde física e mental dos adolescentes. Mas em alguns casos, a falta de estrutura dos

---

<sup>25</sup> Texto extraído da reportagem exibida em 21/08/2013.

locais não possibilita um tratamento adequado, que estimule a ressocialização dos internos. A matéria informa que no Brasil existem hoje 435 centros de internação. O Conselho Nacional de Justiça visitou vários deles e verificou que pelo menos 20 órgãos não possuem as condições necessárias para promover o retorno dos jovens à sociedade.

Vemos também que nem todos os exemplos são negativos; a Fundação Casa, em São Paulo, desenvolve um programa para tentar tornar a internação mais humana. Lá todos têm acesso a atividades escolares e recreativas diversificadas e recebem assistência de psicólogos e pedagogos e são incentivados a estabelecerem metas e um projeto para o futuro.

Com três minutos e um segundo de duração, a quarta e última reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação” tem como tema a luta de quem quer retomar a vida depois da medida socioeducativa. Com o foco na “recuperação”, a matéria apresenta o exemplo de jovens que já cumpriram as medidas devidas e agora retornam aos seus lares para colocar em prática tudo que aprenderam enquanto permaneceram nas unidades de internamento.

Há a preocupação em mostrar que, mesmo cumprindo uma pena em qualquer tipo de regime, existem algumas dificuldades para a reinserção desses adolescentes no lado de fora. Conseguir um emprego é uma delas. A reportagem deixa clara a importância de que esses adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas encontrem alguma ocupação ao saírem das unidades.

Ao fim da exibição da série, o âncora Guilherme Menezes pondera que o tratamento dado a adolescentes em conflito com as leis deve ir muito além da pena, afinal, esses meninos e meninas têm direito a um futuro, como qualquer pessoa. O apoio que eles necessitam para recomeçar deve vir da família e também do Estado, que deve investir mais no atendimento a essas pessoas.

Feita essa descrição, passamos ao procedimento de análise aplicando as categorias da Análise Cívica do Jornalismo, definidas na seção anterior. Ressaltamos que a adoção da série como objeto para a aplicação das categorias da Análise Cívica se deu, em primeira instância, por se tratar de um veículo do campo público de radiodifusão brasileiro, pois, sem a perspectiva de obtenção de lucro, teria mais condições de se aproximar da filosofia do jornalismo cívico. O tema tratado pela série também foi um dos aspectos levados em consideração no momento da escolha, como veremos na seção a seguir.

### **5.2.1. Relevância do tema abordado**

Conforme mencionado e detalhado anteriormente, a série de reportagens “Crime, Castigo e Recuperação” aborda o envolvimento de meninos e meninas em situações de conflito com a lei. O tema “infância e adolescência” na mídia por si mesmo, seja qual for a abordagem, atrai atenções e desperta curiosidade, afinal, é raro que as famílias não possuam membros nessa faixa etária, mesmo em graus de parentesco mais distantes.

Falar sobre crianças e adolescentes em conflito com a lei afeta não apenas a esses atores sociais e suas famílias diretamente; vai além, inclusive, daqueles que sofreram algum tipo de dano em circunstâncias nas quais meninos e meninas praticam atividades ilícitas. Trata-se, na verdade, de um problema social que necessita da ação do Estado, por meio da criação e cumprimento de leis que efetivamente favoreçam a esse público, garantindo a sua proteção integral; necessita da participação dos cidadãos, que, ao atingirem a fase adulta, muitas vezes se esquecem de que foram crianças e nesse percurso perderam os elementos para avaliar de forma justa o que significa a infância e suas necessidades (CYTRYNBLUM, 2009, p. 151); por último, mas não menos importante, necessita de um imprensa comprometida com o interesse do cidadão, que conheça os direitos relativos à infância e adolescência e os transmita de maneira idônea ao público, afinal, como assegura Cytrynblum (2009, p. 151), “os jornalistas podem ajudar a conscientizar e sensibilizar o público na defesa dos direitos da infância”<sup>26</sup>. Conhecer mais a fundo tais direitos (e, nesse sentido, a mídia assume um papel preponderante) pode ajudar a quebrar estigmas e preconceitos e conferir mais dignidade ao tratamento dado a esses atores sociais.

Por se tratar de um tema que afeta de maneira ampla e direta a sociedade como um todo, podemos afirmar que o assunto abordado na série de reportagens exibida pelo telejornal Repórter Brasil possui extrema relevância e pode ser considerado como tema de interesse público.

### **5.2.2. Origem da pauta**

De acordo com os pressupostos do jornalismo cívico, especialmente o que aponta a centralidade do cidadão na produção da notícia, os assuntos abordados pelos veículos noticiosos devem estar em consonância com a “agenda cidadã”. Isso significa dizer que

---

<sup>26</sup> Tradução nossa. No original: “Los periodistas pueden ayudar a concientizar y sensibilizar al público en la defensa de los derechos de las niñez”.

devem ser tratados os assuntos que influenciam diretamente no cotidiano dos cidadãos e os despertem para participar mais ativamente na busca de soluções dos problemas que afetam sua comunidade.

Uma indicação é que as pautas surjam de assembleias e reuniões de associações de moradores, entidades não governamentais e outros espaços nos quais o cidadão tenha representatividade e voz. No caso do telejornal Repórter Brasil, comumente as pautas são decididas a partir de sugestões de assessores e telespectadores, por email, telefone ou redes sociais, todavia, no caso específico da série que trata sobre adolescentes, a motivação surgiu no “Seminário Direitos em Pauta: Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei”, realizado pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), de 22 a 24 de maio de 2012.

Através da troca de e-mails no dia 13 de julho de 2012 entre a autora dessa dissertação e a jornalista Débora Britto, produtora responsável pela série, fomos informados que, na ocasião, os produtores tiveram contato com coordenadores de sistemas socioeducativos de várias partes do Brasil, além de adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, juízes, promotores e outros profissionais que trabalham com a temática. Os debates ocorreram no formato de reunião de pauta, contando com a participação de repórteres de grandes jornais e especialistas em infância e juventude e, a partir dali, surgiram as sugestões para as reportagens.

Na redação do telejornal, houve a proposta de uma série de três matérias para o telejornal Repórter Brasil e uma grande reportagem para o programa Caminhos da Reportagem. “A ideia era tratar do tema da maneira mais completa possível para desmistificar alguns conceitos do senso comum e humanizar mais a história dos adolescentes”, conta a produtora Débora Britto. “Nossa intenção era fazer um especial que falasse do adolescente infrator sem o tom policialesco e de denunciismo que geralmente marca a cobertura desse tema”, afirmou Britto. Além de ouvir vários personagens no seminário, a sugestão da série foi divulgada nas redes sociais para checar o que o público da *internet* gostaria de ver nas matérias. As sugestões foram aceitas e incorporadas na produção das reportagens que tem como proposta mostrar as causas para a criminalidade entre os jovens, os desafios de implementação da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)<sup>27</sup> e o processo de ressocialização de quem já cumpriu a medida socioeducativa.

---

<sup>27</sup> Lei nº 12.594, sancionada em 18 janeiro de 2012 pela Presidência da República. Essa lei acarretará mudanças na forma de funcionamento do sistema dedicado ao atendimento de adolescentes de 12 a 18 anos em conflito com a lei.

Outra maneira encontrada pelo Repórter Brasil para envolver o público foi por meio das redes sociais. No perfil do telejornal no Facebook, além dos assuntos que serão tratados na edição, é disponibilizada uma enquete denominada “**#perguntadodia**”. Geralmente essa pergunta é relacionada a um dos principais temas abordados na edição do dia e algumas respostas dos internautas são selecionadas e lidas no ar pelos apresentadores.

No dia 31 de julho de 2012, o público foi questionado sobre “qual a melhor forma de resolver o problema de crianças em situação de rua” (Imagem 1). A pergunta funcionou como um ponto de partida para abrir as discussões que seriam iniciadas com a série no mês seguinte.



*Imagem 1: “#perguntadodia” 31 de julho de 2012*

Já no dia 23 de agosto de 2012, data em que foi exibida a última reportagem da série (“A luta de quem quer retomar a vida depois da medida socioeducativa”), a “#perguntadodia” questiona os usuários sobre “como reintegrar jovens infratores à sociedade” (Imagem 2) e algumas respostas publicadas na página de relacionamentos foram lidas no ar.



*Imagem 2: #perguntadodia 23 de agosto de 2012*

Os dois exemplos que acabamos de citar mostram como a internet e, especialmente, as redes sociais podem funcionar como um elo entre público e jornalistas, encurtando a distância entre o que o primeiro grupo deseja e necessita e como o segundo deve agir diante disso.

De acordo com o que foi exposto nesse tópico, percebemos que o trabalho realizado pelo telejornal na produção da série de reportagens está em total concordância com a filosofia/prática do jornalismo cívico.

### **5.2.3. Natureza das fontes**

Os pais e defensores do jornalismo cívico definem que o cidadão não deve ser consultado apenas para complementar a notícia, para ilustrar a informação ou para que o jornalista fique com a consciência tranqüila por ter ouvido os dois lados, como ensinam os manuais de jornalismo. Privilegiar o cidadão não implica em abandonar as chamadas “fontes oficiais”, mas sua presença deve estar tensionada com a voz daquele.

Na Análise Cívica do jornalismo, nos interessa verificar não apenas a aparição das fontes (primárias ou não), mas avaliar também o tratamento que lhes é oferecido, ou seja, quem falou e de que forma as informações foram proferidas.

A ANDI, em sua cartilha, defende o equilíbrio entre os diferentes tipos de fontes e que as falas ativas dos diversos atores sociais sejam combinadas ao que está disposto em documentos ou outras fontes “não humanas”.

No caso da série de reportagens da TV Brasil, das 36 fontes distribuídas entre as quatro reportagens, 15 se enquadram na categoria “primárias” (representante do ministério público, juízes da infância, coordenadores e secretários dos direitos da infância, conselheiros tutelares, documentos e/ou dados oficiais), 6 são “especialistas” (psicólogos, pedagogos, pesquisadores), 14 são crianças e adolescentes que se envolveram em situações de conflito com a lei e estão cumprindo ou já cumpriram medidas socioeducativas, e 1 é familiar de adolescente. Além dessas fontes, documentos e dados oficiais complementam as informações (tabela 2).

Fontes:	Matéria 1	Matéria 2	Matéria 3	Matéria 4	Total
Primárias (representante do ministério público, juízes da infância, coordenadores e secretários dos direitos da infância, conselheiros tutelares) documentos e/ou dados oficiais	3	7	4	1	15
Especialistas (Advogados, Juízes, Psicólogos, Assistentes Sociais)	2	2	2	0	6
Crianças e adolescentes	6	1	4	3	14
Familiares	0	0	0	1	1

*Tabela 2: Natureza das fontes*

O que podemos perceber é que o equilíbrio proposto pela cartilha da ANDI está presente em todas as reportagens. As fontes não são consultadas para que todos os lados sejam ouvidos, mas para tornar as informações mais claras.

Contudo, o que mais desperta nossa atenção é que, com relação aos principais personagens das notícias (crianças e adolescentes), há uma preocupação com a preservação da imagem das crianças e adolescentes que se interpõem como “personagens” ao longo da reportagem, seja através das posições em que se colocam diante da jornalista ou dos termos que a eles aplicados. Contudo, esse fator não deve ser visto como um diferencial desse jornal em especial, mas como um cumprimento do dever da comunicação social de se preservar essa

imagem, tanto por não terem atingido a maioria quanto pela situação de vulnerabilidade na qual se encontram.

Um aspecto relevante é que, embora em determinados momentos o uso de backgrounds (fundos musicais ou outros elementos sonoros) dramatizem a situação das crianças e adolescentes, os atores sociais não se encontram numa posição de vitimização. Cada história de vida apresentada mostra que o envolvimento com o universo das drogas (foco da reportagem 1) foi o primeiro passo para um ato infracional mais grave. Na maioria dos casos, esse envolvimento foi gerado por motivações externas, tais como situação econômica desfavorável ou violência familiar. A entrevistada 2 (E2)<sup>28</sup>, por exemplo, foi abandonada pela mãe e viu o pai ser preso. Acabou criada pelo avô alcoólatra. Depois de se envolver com o tráfico de drogas, está em um centro de internação por tentativa de homicídio. Segundo a adolescente:

**E2:** A situação foi muito difícil porque meu avô e minha avó nunca tiveram um emprego fixo e a gente passa por coisas muito difíceis na vida. Eu era muito criança, tinha uma mente assim... não sabia de nada.

Raquel Willadino, coordenadora da pesquisa feita pelo Observatório de Favelas e uma das entrevistadas, conta que:

Quando a gente perguntava por que eles entravam na rede do tráfico os principais elementos encontrados eram a motivação econômica, a necessidade de contribuir de alguma forma com o contexto familiar, com a economia familiar, e a dificuldade de acesso a um emprego que eles considerassem digno.

Com relação aos representantes legais que são entrevistados, tais como psicólogos de unidades de internação, juízes da infância e membros do Ministério Público, vemos que eles não são ouvidos para serem confrontados ou para se apontar um culpado, mas seus posicionamentos contribuem para conferir uma melhor compreensão sobre a motivação de crianças e adolescentes que se expõem a situação de conflito com a lei.

#### **5.2.4. Termos escolhidos para se referir aos atores sociais**

O tratamento da infância e adolescência na mídia é um dos mais complexos, tendo em vista que esse tema perpassa outros assuntos relevantes que afetam a sociedade: pobreza, violência familiar, saúde, educação, direito de expressão, exploração sexual etc.

---

<sup>28</sup> Optamos por dar essa nomenclatura aos entrevistados de acordo com a ordem em que aparecem na reportagem.



Alicia Cytrynblum (2009, p.156-157) explica que, por se tratar da parte mais vulnerável da população, as notícias sobre infância e adolescência devem considerar alguns aspectos, tais como: a) evitar a estigmatização dos meninos e meninas em situação de pobreza; b) evitar a espetacularização da situação desses atores sociais; c) evitar o uso de imagens que tenham conotações sexuais; d) não utilizar a imagem das crianças em situações de escárnio ou de linguagem com duplo sentido; e) o jornalismo deve tratar essas pessoas como alguém que possui direitos e não apenas como vítimas ou agentes de atos violentos.

A questão da linguagem merece destaque neste sentido, afinal, “o uso de uma linguagem discriminatória e a ausência da voz dos jovens – e das organizações que defendem seus direitos – como fontes nas notícias, colaboram com a instalação de uma ideia negativa sobre a juventude”<sup>29</sup> (CYTRYNBLUM, 2009, p.156-157). Por isso, a autora defende que uma simples substituição de termos pode aliviar a carga semântica de uma expressão e melhorar a compreensão do público.

Cytrynblum incentiva que os termos “menor” (como sinônimo de criança e adolescente), “meninos de rua”, “prostituição infantil” e “trabalho infantil” sejam banidos dos textos jornalísticos por conterem uma interpretação distorcida da condição dessas pessoas.

Tomando como base essas premissas, somadas às orientações dispostas na cartilha da ANDI, avaliamos as quatro reportagens que compõem a série, no que concerne ao uso dos termos considerados adequados ou inadequados segundo bibliografia apresentada nesta dissertação. Vale ressaltar que nosso olhar está direcionado aqui apenas para o discurso jornalístico (texto em off ou passagem), sem considerar a escolha de termos pelas fontes, pois a linguagem por elas adotada não pode ser controlada pelo jornalista.

A tabela abaixo (tabela 2) permite-nos visualizar a adoção dos termos no texto jornalístico.

Palavras	Matéria 1	Matéria 2	Matéria 3	Matéria 4	Total
Crianças e adolescentes; Meninos e meninas; Jovens; Garotos e garotas.	7	14	2	5	28
Menores	0	0	0	0	0
Adolescentes em conflito com a lei	1	0	1	0	2
Delinquente	0	0	0	0	0

<sup>29</sup> Tradução nossa. No original: “El uso de un lenguaje discriminatorio y La ausencia de La voz de los jóvenes – y de las organizaciones que defienden sus derechos – como fuente em las crónicas colaboran em la instalación de una Idea negativa sobre la juventud.

Crime	1	3	0	1	5
Punição	0	1	0	1	2
Ato infracional; Delito; atividades ilícitas	1	2	0	0	3
Pena	0	2	0	0	2
Medida socioeducativas ou termos correspondentes	0	7	0	0	7
Reinserção/ ressocialização	0	0	0	2	2

*Tabela 2: adoção de termos para se referir a crianças e adolescentes no texto jornalístico.*

O que se observa é que o texto jornalístico está em conformidade com as instruções referentes ao uso de termos adequados. Há na adoção dos termos um cuidado em preservar a integridade moral dos atores sociais. Com a escolha de termos como “meninos e meninas”, “garotos e garotas” em vez de “menor”, ou quando se afirma que são pessoas que se encontram em situação de conflito com a lei ou que cometeram atos infracionais em vez de “meninos de rua” ou “marginais”, percebemos uma linguagem não abusiva, que não condena nem vitimiza os atores sociais. Abaixo, dois excertos do texto da repórter Manuela Castro comprovam nossa afirmação:

**Off 2** – Ao contrário do que muitos pensam, a punição não deve ser o principal caminho de acordo com a lei. A legislação indica que antes da pena é preciso buscar formas de resolver o conflito e corrigir o prejuízo causado. Um exemplo disso são as medidas restaurativas, em que o adolescente deve reparar o dano cometido a partir de uma negociação com vítima. (Reportagem 02, 21 de agosto de 2012).

**Off 1** - Os centros de internação para jovens em conflito com a lei não são prisões, de acordo com a legislação. Mas, infelizmente, o que se vê em muitos locais são pequenas cadeias. (reportagem 03, 22 de agosto de 2012)

**Off 1** - Depois de um ano e meio em um centro de internação por causa de um homicídio, este jovem recebe a notícia de que já pode voltar pra casa. Em poucos minutos, tudo pronto para uma nova vida lá fora. (reportagem 04, 23 de agosto de 2012)

Nas quatro reportagens, temos 28 ocorrências dos termos “crianças e adolescentes”, “meninos e meninas”, “jovens” e “garotos e garotas”, enquanto a expressão “menor” não aparece em nenhuma das reportagens. A expressão “adolescentes em conflito com a lei” é utilizada duas vezes, enquanto “delinqüente”, nenhuma. Embora apareçam no texto os termos “crime” (5 ocorrências) e “punição” (2 ocorrências), cuja utilização não é recomendada pela cartilha da ANDI, eles são utilizados concomitantemente às expressões “medida socioeducativa” e termos correspondentes (7 ocorrências), “atos infracionais, atividades ilícitas e delitos” (3 ocorrências) e “ressocialização” (2 ocorrências), por isso, permanece o equilíbrio e o bom senso na adoção dos termos.

Pode parecer simplista num primeiro momento, mas a simples substituição de termos aponta para a realidade de que a situação em que os jovens se encontram não é uma condição natural inevitável, mas sim uma condição circunstancial.

#### **5.2.5. Propostas de soluções**

Propor soluções não significa dizer que o jornalismo pode resolver todos os problemas da sociedade. Faz parte do “projeto cívico” de jornalismo oferecer uma informação mais contextualizada, que ultrapasse a simples transmissão de dados.

A notícia, nesta perspectiva, deve dar ao cidadão condições de buscar formas para solucionar os problemas comunitários. Em termos práticos, as matérias podem disponibilizar boxes, infográficos e quadros ilustrativos que contenham informações sobre órgãos ou instituições competentes ligadas aos fatos.

Por se tratar de uma série de reportagens, a contextualização da notícia é privilegiada e disposta em uma sequência lógica: 1) os motivos que levam crianças e adolescentes a se envolverem em atividades ilícitas; 2) quais são as medidas de reparação e punição para os adolescentes em conflito com a lei; 3) como são as unidades de internação no Brasil e 4) os desafios de quem quer retomar a vida depois de cumprir medida socioeducativa.

Na série, é transmitida uma visão geral sobre o problema da infância e da adolescência e a relação desse grupo social com atos infracionais, assim como o papel do Estado e o que ele tem feito para sanar o problema.

A contextualização é mais clara na reportagem 1. Ali vemos que:

**Off 3** – Segundo a Secretaria de Direitos Humanos 90 mil brasileiro de 12 a 17 anos cumprem medidas socioeducativas por terem entrado em conflito

com a lei. Um levantamento do Instituto das nações unidas para prevenção de delitos mostrou que os crimes mais comuns são o roubo, com 35%, e o furto, com 22%. Há casos em que essa situação é fruto de problemas familiares; esta menina foi abandonada pela mãe e viu o pai ser preso. Acabou criada pelo avô alcoólatra. Depois de se envolver com o tráfico de drogas está há dois anos em um centro de internação por tentativa de homicídio. A vítima ficou tetraplégica.

A série não aponta claramente formas de solucionar o problema de crianças e adolescentes em conflito com a lei, nem fornece infográficos ou dados de entidades e órgãos do governo. O debate do ponto de vista das políticas públicas também deixou de ser contemplado na série foi a implementação. Essa informação poderia situar o público sobre quais iniciativas tem sido tomado pelo Estado para minimizar o problema retratado.

Um aspecto positivo, no entanto, foi a ampla abordagem sobre o problema, o que possibilitou conhecer a realidade de meninos e meninas que se cometeram atos infracionais. Isso pode contribuir para a quebra de paradigmas e estereótipos e serve como um incentivo para que governo e população estejam mais engajados na criação e execução de alternativas que minimizem o problema.

#### **5.2.6. Função educativa da informação jornalística**

O jornalismo deve estar consciente da sua atuação na formação para a cidadania, estabelecendo pontes, elos entre os representantes do governo e os cidadãos. Falar sobre a função educativa da informação jornalística implica dizer que a notícia deve agregar conhecimento e não apenas transmitir informações aleatórias ao público. Munido desse conhecimento ofertado pela informação jornalística, o cidadão se torna mais consciente da realidade na qual está inserido e pode ter mais condições de lutar por seus direitos.

Toda a série “Crime, Castigo e Recuperação” desempenha essa função didática, de levar conhecimento ao cidadão, contudo, na segunda reportagem (“Medidas de reparação e punição aos adolescentes em conflito com a lei”), de 21 de agosto de 2012, e na terceira (“Problemas nas unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei”), de 22 de agosto de 2012, podemos perceber isso de maneira mais clara. No texto da repórter Manuela Castro vemos que:

#### **(Reportagem 02)**

**Off 2** – Ao contrário do que muitos pensam, a punição não deve ser o principal caminho de acordo com a lei. A legislação indica que antes da pena é preciso buscar formas de resolver o conflito e corrigir o prejuízo causado.

Um exemplo disso são as medidas restaurativas, em que o adolescente deve reparar o dano cometido a partir de uma negociação com vítima.

**Off 3-** A pena deveria ser exceção, mas é regra. No caso dos adolescentes era recebe o nome de medida socioeducativa. A legislação lista como prioridade as medidas em meio aberto, como prestação de serviços à comunidade, quando o adolescente precisa realizar trabalhos em entidades assistenciais como hospitais e escolas e a liberdade assistida, em que uma equipe de profissionais como psicólogos e pedagogos atende e acompanha o jovem em encontros periódicos. Quando o crime envolve violência ou grave ameaça, como roubo e assassinato, são recomendadas as medidas de internação, com reclusão durante tempo integral em uma unidade de internação e semi-liberdade quando o adolescente passa apenas uma parte do dia no local.

**Passagem** (Brasília) - A primeira lei sobre crimes cometidos por adolescentes foi o código de menores de 1927, A norma dá o mesmo tratamento a meninos e meninas abandonados e infratores, crianças carentes e adolescentes condenados Crianças carentes e adolescentes condenados muitas vezes eram internados no mesmo lugar. Em 1990 veio a separação e a especificação dos direitos dessas pessoas com o estatuto da criança e do adolescente. E em 2012 foi aprovada a lei que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Com a norma foram estabelecidas as regras de como os juízes devem fazer a melhor escolha da medida para cada caso.

**Off 4** - Atualmente são 90 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, sendo quase 80% em meio aberto. Estes dois meninos prestam serviços à comunidade na secretaria de um centro olímpico em Ceilândia, a 25 quilômetros de Brasília.

**Off 5** - Medidas como esta não estão estruturadas em todo o país. Apenas oito estados financiam o meio aberto. O Maranhão organizou o sistema recentemente. Em São Luís, depois de se envolver em uma briga, esta menina recebeu a determinação do juiz para trabalhar oito horas por semana nesta creche.

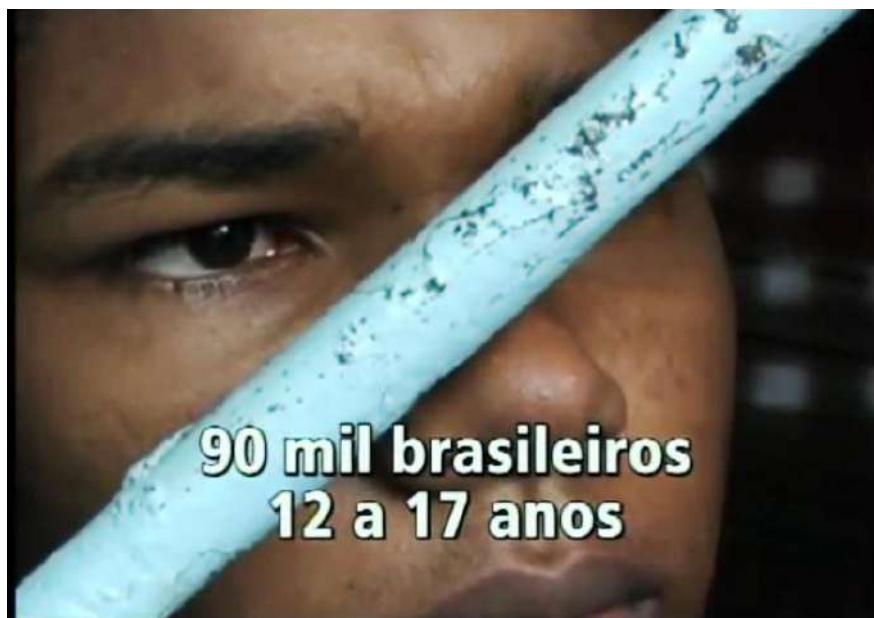
### **Reportagem 03**

**Off 2** - A lei determina que as unidades de internação assegurem a continuidade dos estudo, como nas escolas regulares, mas esse direito não é garantido a todos e muitas vezes os que têm aceso na conseguem ver todo o conteúdo do ano letivo.

**Off 4** – Outra obrigação é garantir a saúde física e mental dos adolescentes. Os dependentes químicos deveriam ter direito a tratamento, mas na prática isso ainda não acontece de fato.

**Off 5** – Hoje no Brasil existem 435 centros de internação. O Conselho Nacional de Justiça visitou vários deles e verificou estruturas precárias. Segundo o órgão, 20 não possuem condições para promover o retorno adequado dos jovens à sociedade.

A notícia se torna ainda mais didática quando recursos visuais são adicionados. É o que vemos nas imagens extraídas das três primeiras reportagens da série, que utilizam esses recursos para reforçar e deixar a informação mais clara:



*Imagem 3: Reportagem 01 - quadro ilustrativo reforça a informação transmitida pela repórter.*



*Imagem 4: Reportagem 02 - quadro ilustrativo reforça a informação transmitida pela repórter.*



*Imagem 5: Reportagem 03- quadro ilustrativo reforça a informação transmitida pela repórter.*

Nestas duas reportagens percebemos ainda a maior incidência de fontes oficiais (juízes da infância, representantes do Ministério Público, coordenadores de Direitos da Criança e secretário de Direitos Humanos), fato que se justifica pela necessidade de embasar as informações, tendo em vista que, como citado, a segunda e a terceira reportagens são as que mais abordam a questão da legislação referente à criança e adolescente em conflito com a lei.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo na concretização da pesquisa “**Análise cívica do jornalismo: uma proposta de categorias para avaliação de produtos jornalísticos**”, como o próprio título sugere, foi estabelecer categorias para avaliar a aproximação ou não de produtos jornalísticos que se afinem com o jornalismo cívico (daí a denominação **Análise Cívica**) ou se assumam como praticantes dessa filosofia/movimento.

Para justificarmos, ou mesmo defendermos a adoção do jornalismo cívico e todas as suas prerrogativas (tais como o diagnóstico feito por Devis Merrit, de que a vida pública, da forma como a nossa democracia é expressa e vivida, vai mal e que parte da parcela de responsabilidade por essa situação recai sobre o jornalismo), foi necessário percorrer a trajetória histórica da prática jornalística.

Cada escolha feita ao longo desse processo foi decisiva para o resultado da dissertação, desde os referenciais até o objeto a ser analisado. O maior aprendizado foi, sem dúvida, estarmos abertos a “ouvir” o objeto e dispostos a enfrentar as desconstruções e reconstruções de sentidos. A maior delas foi a quebra de uma visão romântica acerca do jornalismo que possuíamos no início da pesquisa. A discussão empreendida na **Seção 2**, amparada especialmente pelos escritos de Ciro Marcondes Filho (2002), nos mostrou que, ao contrário dessa visão, o jornalismo, em suas diferentes fases, esteve muito mais a serviço das elites dominantes, como um instrumento de dominação e persuasão dos governantes ou um meio de obtenção de lucros, que a favor dos menos favorecidos economicamente. Refletir sobre essa realidade histórica confirma a proposição de Merrit. A vida pública realmente não vai bem e a atuação do jornalismo, diante dessa situação, precisa ser repensada.

Nesse sentido, um grupo de jornalistas dos Estados Unidos, preocupado com a crescente queda nas tiragens e a diminuição do comparecimento dos eleitores nas urnas e do interesse dos cidadãos pelas questões públicas, iniciou um movimento que buscava a revitalização da vida pública por meio do jornalismo. Nasce, assim, o jornalismo cívico, tema da nossa **Seção 3**. Nela, nossa preocupação foi conhecer a fundo as propostas que compõem essa filosofia e compreender de que forma o jornalismo praticado nesse viés poderia beneficiar o público. Essa questão pode ser resumida de forma muito simples: o jornalismo cívico defende a centralidade do cidadão e dos seus interesses no agendamento midiático. Assim, buscar conhecer a realidade de que se fala, produzir reportagens mais contextualizadas, tendo como ponto de partida uma agenda do cidadão, e dar voz àqueles que geralmente são



marginalizados pela grande mídia tornam-se premissa e objetivo dessa prática. É evidente a nossa filiação e adesão aos pressupostos do jornalismo cívico, entretanto, não podemos nos furtar de destacar sempre o jornalismo cívico não deve ser visto como a (única) solução de todos os males da prática jornalística e muito menos da sociedade, mas sim como uma alternativa (entre diversas e tão valiosas outras maneiras), uma forma de perceber que algo pode ser feito para que a democracia, tão bem defendida na Constituição, mas não tão bem vivenciada no cotidiano, seja fortalecida.

Depois da construção teórica empreendida, como ressaltado anteriormente, chegamos ao ponto central da nossa pesquisa, a saber, a elaboração das categorias que ora denominamos “Análise Cívica do Jornalismo”, disposta na **Seção 4**. Esse processo de construção se revelou o mais complexo e desafiador da pesquisa. Foi preciso delimitar seus aspectos teóricos e seus contornos práticos, pensar em quantas categorias seriam suficientes e quais particularidades elas deveriam contemplar e, ainda, pensar na viabilidade de cada uma delas ser aplicada na prática de pesquisas futuras. Lançando mão da pesquisa aplicada a partir de uma abordagem qualitativa para a criação das categorias, revisitamos os conceitos do jornalismo cívico, da teoria da responsabilidade social da mídia, e utilizamos, como modelo, um guia de referência para cobertura jornalística, publicado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012. Munidos desse conteúdo, desenvolvemos seis categorias para a análise de reportagens jornalísticas, a saber:

1. Relevância do tema abordado;
2. Origem da pauta;
3. Natureza das fontes;
4. Termos escolhidos para se referir aos atores sociais;
5. Propostas de soluções;
6. Função educativa da informação jornalística.

Optamos por delimitar nossa proposta de uma Análise Cívica do Jornalismo em seis categorias porque percebemos que elas, da forma como foram dispostas, contemplam todos os aspectos teóricos que mencionamos, principalmente no que concerne ao jornalismo cívico.

Mas apenas criar as categorias não se mostrou suficiente. Para que o desafio fosse completo, foi preciso aplicá-las a um produto jornalístico para verificar a sua viabilidade e correr o risco de que, diferentemente do esperado (e desejado) tal viabilidade não fosse

comprovada. Outro desafio a esse associado era desviar da tendência de dar respostas prontas e não nos apegarmos aos indícios que respondessem apenas positivamente a todas as categorias estabelecidas. Essa foi a nossa intenção na **Seção 5**. Para aplicar as categorias, escolhemos a série de reportagens “Crime, Castigo e Recuperação”, sobre crianças e adolescente em conflito com a lei, veiculada pelo telejornal Repórter Brasil, que faz parte da TV Brasil. Essa fase se tornou uma espécie de “sub-pesquisa”, ou “pesquisa secundária”, tendo em vista que, para tal, empreendemos os passos de uma pesquisa formal (delimitação do tema, escolha do objeto, revisão bibliográfica). A opção pela série foi motivada pelo tema abordado, pelo caráter da emissora (que faz parte de campo público de radiodifusão brasileiro e que assume a prerrogativa de “formadora de cidadania” e pela forma como o público foi convidado a interagir com a produção por meio do perfil do telejornal nas redes sociais, no período que antecedeu a produção das reportagens. Como referido anteriormente, tratamos de uma emissora do campo público e, desse modo, uma breve reflexão sobre o tema foi relevante para compreendermos as características desse campo.

A aplicação da Análise Cívica do Jornalismo levou-nos a duas conclusões, uma referente à “subpesquisa” ou “pesquisa secundária” e outra ligada à pesquisa central (elaboração das categorias analíticas). A primeira nos possibilita afirmar que a série de reportagens “Crime, Castigo e Recuperação” e, por sua vez, o telejornal que a veiculou, afinam-se claramente com os pressupostos do jornalismo cívico, respondendo positivamente a cinco das seis categorias propostas. Metade do caminho “analítico” percorrido!

De modo breve, podemos dizer que o tema (crianças e adolescentes em conflito com a lei) possui grande relevância e pode ser considerado como tema de interesse público (categoria 1). Quanto à origem da pauta (categoria 2), vimos que ela partiu da agenda pública, conforme recomenda a filosofia do jornalismo cívico, no “Seminário Direitos em Pauta: Imprensa, Agenda Social e Adolescentes em Conflito com a Lei”, realizado pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), de 22 a 24 de maio de 2012. No aspecto das fontes (categoria 3), percebemos um equilíbrio entre as chamadas “fontes primárias” (representantes ou documentos de órgãos do governo), os especialistas e as crianças e adolescentes, personagens principais da narrativa. Ressalta-se que os atores sociais não foram consultados para serem confrontados ou para que os “dois lados fossem ouvidos”, mas para que a reportagem fosse o mais esclarecedora possível. Houve o cuidado em preservar a imagem e a identidade das crianças e adolescentes (o que não é uma virtude do veículo, mas uma obrigação de todos os meios de comunicação).

A quarta categoria, “termos escolhidos para se referir aos atores sociais”, baseada especialmente nas instruções dispostas na cartilha da ANDI, revelou que há na série equilíbrio e bom senso na adoção dos termos, e o uso de uma linguagem não abusiva; meninos e meninas não são vitimizados ou condenados, mas enquadrados como atores sociais que vivenciam uma realidade indesejada.

A proposta de soluções é algo amplamente incentivado pelo jornalismo cívico e compõe nossa quinta categoria de análise. Esse foi o único aspecto em que a série não correspondeu plenamente à proposta “cívica”, pois não foram disponibilizados infográficos ou dados de entidades e/ou órgãos do governo, como sugere o conjunto de práticas do jornalismo cívico.

Por fim, nossa última categoria ressalta a importante “Função educativa da informação jornalística”. Por meio da análise, percebemos que toda a série desempenha uma função didática, de levar conhecimento e não apenas dados, de formar e não só informar os cidadãos. Essa função é mais perceptível na segunda reportagem (“Medidas de reparação e punição aos adolescentes em conflito com a lei”), de 21 de agosto de 2012, e na terceira (“Problemas nas unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei”), de 22 de agosto de 2012, por tratarem especificamente de aspectos legais do processo de punição e ressocialização dos jovens em conflito com a lei.

No tocante à pesquisa central, referente ao nosso objetivo de desenvolver as categorias, diante das considerações feitas acima é possível comprovar a viabilidade da “Análise Cívica do Jornalismo” e que ela contempla a necessidade de um modelo para avaliar cientificamente a presença/adoção do jornalismo cívico em produtos jornalísticos.

Também alcançamos nosso objetivo de apontar a filosofia/prática do jornalismo cívico como uma **alternativa** (e nunca é demais reforçar esse ponto) para uma prática mais social do jornalismo, que seja mais voltado ao cidadão e seus anseios. Isso porque acreditamos veementemente que o jornalismo pode e deve ser um instrumento de fortalecimento da vida pública e da participação cívica.

Desse modo, concluímos a pesquisa aqui apresentada com a satisfação de termos (ao menos tentado) contribuir com a pesquisa científica na área da Comunicação Social, um campo tão rico e vasto e que enfrenta um constante processo de mudança e aperfeiçoamento. Nossos objetivos inicialmente nos pareciam audaciosos, mas quem consegue fazer ciência sem um pouco de ousadia? Nossa pretensão é que a **Análise Cívica do Jornalismo** possa evoluir como método (com um pouco mais de ousadia, quem sabe?) e que possa ser um instrumento facilitador em pesquisas futuras. Inclusive as nossas.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, P.; TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ANDRADE, H. S. *Conhecimento sobre jornalismo cívico no Brasil: a pesquisa nacional sobre responsabilidade social e práticas jornalísticas*. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2012.

ANDRADE, J. B. de. *O povo fala: um cineasta da área de jornalismo da TV brasileira*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

ANDI. *Adolescentes em conflito com a lei: Guia de referência para a cobertura jornalística*. Série Jornalista Amigo da Criança. Realização: ANDI – Comunicação e Direitos. Apoio: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 20012.

ARIÈS, Ph. *Por uma história da vida privada*. In: ARIÈS, Ph; CHARTIER, R. *História da vida privada, 3: da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 7-19.

ATTON, C.; HAMILTON, J.F. *Alternative Journalism*. London, SAGE, 2008.

BAILEY, O.G. *Citizen journalism and child rights in Brazil*. In: ALLAN, S.; THORSEN, E. *Citizen journalism: global perspectives*. New York: Peter Lang, 2009. p.133-142.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. *Dicionário de Comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BELTRÃO, L. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 1992.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CAMPBELL, C. C. *Journalism as a Democratic Art*. In: GLASSER, T. L. *The Idea of Public Journalism*. New York: The Guilford Press, 1999. p. xiii-xxix.

CHAFEE, S.H.; McDEVITT, M. *On evaluating public journalism*. In: GLASSER, T. L. *The Idea of Public Journalism*. New York: The Guilford Press, 1999. p.175-196.

CHAPARRO, M.C. *Pragmática do jornalismo*. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHRISTIANS, C.G. *The common good as first principle*. In: GLASSER, T. L. *The Idea of Public Journalism*. New York: The Guilford Press, 1999. p. 67-84.

- COAN, E. I. A informação como mercadoria e a estetização da notícia na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 30, p. 19-35, 2011. [Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/3885>. Acesso em 14/12/2012]
- COLEMAN, R. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 59-74.
- CORNU, D. *Jornalismo e verdade: Para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- COSTELLA, A. F. *Comunicação: do grito ao satélite*. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2001.
- COTTA, P. *Jornalismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.
- CYTRYMBLUM, A. *Periodismo Social: una nueva disciplina*. 2. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009.
- DINES, A. Toda mídia é pública. In: CARMONA, B. et al. *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.
- DORNELLES, B. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. *Brazilian Journalism Research: Journalism theory, research and criticism*. v. 4, n. 2, jul/dez 2008.
- EKSTEROWICZ, A. J.; ROBERTS, R.; CLARK, A. Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 85-105.
- FERNANDES, M. Jornalismo Cívico: um estudo comparado dos modelos americano e brasileiro. In: HOHLFELDT, A.; BARBOSA, M. *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre, 2002. p. 95-108.
- FRIEDLAND, L. A. *Public Journalism: past and future*. Dayton, Ohio: Charles F. Kettering Foundation, 2003.
- GHEDINI, F. Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas. In: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002.
- GLASSER, T. L. *The Idea of Public Journalism*. New York: The Guilford Press, 1999.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, I. M. M. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. *E-compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, v. 8, 2007.

GOMES, R. A. L. *A comunicação como direito humano: um conceito em construção*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

GOMIS, L. *Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós, 1997.

HAAS, T. *The pursuit of public journalism: theory, practice, and criticism*. New York; London: Routledge, 2007.

HAIMAN, R. J. *Best practices for newspaper journalists*. [s.l.]: The Freedom Forum's Free Press, [s.d.].

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o “mugging” nos Media. In: TRAQUINA, N. (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veja, 1993. p. 224-248.

HOLANDA, J. M. da S. *O sensacionalismo na imprensa mossoreense: um estudo nos jornais impressos de Mossoró*. [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-sensacionalismo-holanda.pdf>. Acesso em 22/09/2011]

JAMBEIRO, O. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: Edufba, 2001.

JENKINS, H. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

KOSSAR FURTADO, K. W.; GADINI, S. L. O jornalismo em forma de carta no primeiro século da Era Cristã: uma análise das epístolas bíblicas de São Paulo a partir das principais características jornalísticas. *Estudos em jornalismo e mídia*, v. 10, n.1, jan-jun 2013. p.183-204.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. São Paulo: Record, 2001.

LAMBETH, E. B. Public journalism as a democratic practice. In: LAMBETH, E.B.; MEYER, P.E.; THORSON, E. *Assessing public journalism*. Columbia, University of Missouri Press, 1998. p.15-35.

LEAL FILHO, L. O desafio da TV pública: necessidades e caminhos. In: CARMONA, B. et al. *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2004.

LIMA, M. A. A. Índícios para uma “análise cívica” do jornalismo: a temática da responsabilidade social. In: *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, n. 9, p. 377-389, mai 2011. [Disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-20.pdf>. Acesso em 27/09/2011]

LIMA, M. A. A.; CARDOSO FILHO, J. Jornalismo, Democracia e Educação: algumas reflexões sobre Jornalismo Cívico. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 35, n. 2, p. 39-60, jul/dez 2012.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MAZETTI, H.M. Cultura participativa, espetáculo interativo: do “empoderamento” ao engajamento corporativo dos usuários de mídia. In: *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 1-15. [Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0611-1.pdf>. Acesso em 21/11/2013]

MARCONDES FILHO, C. *Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARSHALL, L. *O jornalismo na era da Publicidade*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, C. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, J. M. de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Mantiqueira, 2003.

MERRIT, D. *Public Journalism and Public Life: Why telling the news is not enough*. 2. ed. New Jersey: Erlbaum, 1997.

MORAES, B. S. de. *Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

NATAL, J. B. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, D. de. “*Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta*”. VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). S. Paulo: ECA/USP, 2009. [[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/dennis\\_de\\_oliveira.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/dennis_de_oliveira.pdf)]. Acesso em 02/01/2014]

ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

OTONDO, T. M. *Televisão pública para quem e para quê?* São Paulo: Annablume, 2012.

PAULINO, F. O. *Responsabilidade social da mídia. Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha*. 2008. 348p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

PENA, F. (org.). *1000 perguntas em Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005b.

PERANTI, O. P.; MARTINS, P. E. M. Nelson Werneck Sodré e “História da Imprensa no Brasil”: uma análise da relação entre Estado e meios de comunicação de massa. In: *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília: UnB, 2006. p. 1-15. [Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1071-3.pdf>. Acesso em 20/11/2013]

PEREIRA, F. H. *Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em 14/12/2012]

PEREIRA JÚNIOR, A. E. V. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. *E-compos: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, v. 1, 2004. [Disponível em <http://www.compos.org.br/e-compos>]

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, 1995.

PERUZZO, C.M.K. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, Intercom/UnB, 2006. [<http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf>]. Acesso em 02/01/2014]

PORCELLO, F. A. C. *TV universitária: limites e possibilidades*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RAMOS, S.; PAIVA, A. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RODRIGO ALSINA, M. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROSEN, J. The action of the Idea. In: GLASSER, T. L. *The Idea of Public Journalism*. New York: The Guilford Press, 1999. p. 21-48.

ROSEN, J. Tornar a vida pública mais pública: Sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 31-58.

ROSSI, C. *O que é jornalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ROTHBERG, D. *Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RUDIN, R.; IBBOTSON, T. *Introdução do jornalismo: técnicas essenciais e conhecimentos básicos*. São Paulo: Roca, 2008.

SANTAELLA, L. *Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.



SCHMITZ, A. A. *Classificação das fontes de notícias*. [Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>. Acesso em 26/11/2013]

SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. 4ª ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, L. M. da. *Jornalismo Público*. Brasília: Casa das Musas, 2006.

SILVA, M. T. da. *A voz dos leitores na imprensa: Um estudo de caso sobre as “Cartas ao Director” no jornal Público*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

SIRIANNI, C.; FRIEDLAND, L. *Civic Innovation in America: Community empowerment, public policy and the movement for civic renewal*. London: University of California Press, 2001.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STEPHENS, M. *História das Comunicações*. Do tantã ao satélite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

TASCHNER, G. Raízes da cultura do consumo. *Revista USP*. n.32. dez 1997/fev 1997. p. 26-43. [Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/32/02-gisela.pdf>. Acesso em 21/11/2013]

TORRES, R. M. de M. Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*. n. 12. jan/jun 2009. p. 27-39.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo Cívico: reforma ou revolução?* IN: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003b.

TRIVIÑOS, A.S. A dialética materialista e a prática social. *Movimento*, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

WOLTON, D. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ANEXO A – EMAIL DA PRODUTORA DÉBORA BRITO, EM 13 DE JULHO DE 2012.

## **ANEXO B – Transcrição da primeira reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação”**

### **SÉRIE CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO JORNAL REPÓRTER BRASIL - 20 DE AGOSTO DE 2012 REPORTAGEM 1 - “O QUE LEVA MENINOS E MENINAS A ENTRAR NO MUNDO DO CRIME?”**

/// INFOS PRA CABEÇA ///<sup>30</sup>

A PARTIR DE HOJE O REPÓRTER BRASIL MOSTRA A SÉRIE “CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO”, SOBRE OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI./ NA PRIMEIRA REPORTAGEM VAMOS DISCUTIR O QUE LEVA MENINOS E MENINAS A ENTRAR NO MUNDO DO CRIME./

OFF 1

UMA FASE DE DESCOBERTA, DE EXPERIÊNCIAS E DE DECISÃO DOS PROJETOS DE VIDA./ NA ADOLESCÊNCIA MENINOS E MENINAS FAZEM ESCOLHAS DE OLHO NO FUTURO./

SONORA 1 – DANILO MARTINS – ESTUDANTE

MEU SONHO É CASAR, CONSTRUIR UMA FAMÍLIA BOA, ESTRUTURADA, NÉ? EDUCAR MEUS FILHOS...

SONORA 2 – DAYDELA SANTANA – ESTUDANTE

EU PRETENDO FAZER MINHA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PRETENDO CONTINUAR NA ÁREA DA MÚSICA.

OFF 2

MAS MUITAS VEZES DESVIOS E ATALHOS SE COLOCAM NO MEIO DO CAMINHO./ COM QUINZE ANOS ESTE ADOLESCENTE COMEÇOU A CONSUMIR DROGAS E SE ENVOLVEU COM GANGUES. UM MUNDO VIOLENTO FOI O PANO DE FUNDO PARA QUE UM DESENTENDIMENTO SE TRANSFORMASSE EM TRAGÉDIA./

SONORA 3 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

FOI NO DIA CATORZE DO 11 DE 2010, POR VOLTA DAS 9 HORAS, QUANDO EU DEBATI COM UM DESAFETO MEU E COMECEI A EFETUAR DISPAROS NELE DE ARMA DE FOGO.

- REPÓRTER – POR QUE VOCÊ ANDAVA ARMADO?

ADOLESCENTE – PORQUE TINHA GUERRAS POR DROGAS.

OFF 3

SEGUNDO A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS 90 MIL BRASILEIRO DE 12 A 17 ANOS CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS POR TEREM ENTRADO EM CONFLITO COM A LEI./ UM LEVANTAMENTO DO INSTITUTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DE DELITOS MOSTROU QUE OS CRIMES MAIS COMUNS SÃO O ROUBO, COM 35%, E O FURTO, COM 22%. HÁ CASOS EM QUE ESSA SITUAÇÃO É FRUTO DE PROBLEMAS FAMILIARES./ ESTA MENINA FOI ABANDONADA PELA MÃE E VIU O PAI SER PRESO./ ACABOU CRIADA PELO AVÔ ALCOÓLATRA./ DEPOIS DE SE ENVOLVER COM O TRÁFICO DE DROGAS ESTÁ HÁ DOIS ANOS

<sup>30</sup> Indicadores de fala: “Cabeça” (texto lido pelo apresentador do telejornal, introduz ou finaliza o assunto da reportagem); “Off” (texto gravado pela repórter no qual não aparece a sua imagem); “Sonora” (fala dos entrevistados); “Passagem” (Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento. É o momento em que o repórter aparece na matéria, destacando, geralmente o aspecto mais relevante)

EM UM CENTRO DE INTERNAÇÃO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO./ A VÍTIMA FICOU TETRAPLÉGICA./

SONORA 4 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADA  
FOI UMA INFÂNCIA MUITO DIFÍCIL, PORQUE MEU AVÔ E MINHA AVÓ ELES NUNCA TIVERAM UM EMPREGO FIXO E A GENTE PASSA POR MUITAS COISAS DIFÍCEIS NA VIDA, E EU ERA MUITO CRIANÇA, TINHA UMA MENTE ASSIM... NÃO SABIA DE NADA, NÉ?

OFF 4

A POBREZA TAMBÉM ABRE ESPAÇO PARA O ENVOLVIMENTO COM ATIVIDADES ILÍCITAS./ É O CASO DESTA ADOLESCENTE INTERNADA POR ROUBO À MÃO ARMADA./ ELE FOI SEDUZIDO PELO DINHEIRO FÁCIL E PELO QUE CHAMA DE EMOÇÃO AO COMETER OS CRIMES./

SONORA 5 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO  
NA HORA, ASSIM, O CARA TINHA MEDO, MAS QUANDO O CARA TAVA LÁ DENTRO O CARA NÃO TAVA NEM AÍ PRA NADA; O CARA FAZIA ERA SE DIVERTIR.

REPÓRTER – POR QUE ERA DIVERTIDO?

ADOLESCENTE - SEI LÁ, POR CAUSA DA ADRENALINA.

REPÓRTER – O QUE TE LEVARIA A COMETER UM CRIME NOVAMENTE?

ADOLESCENTE – SEI LÁ, UÉ, VAI QUE UM DIA EU PRECISE DE DINHEIRO?

SONORA 6 – IARA DE SOUSA LIMA (PSICÓLOGA/UNIDADE DE INTERNAÇÃO PLANO PILOTO - BRASÍLIA)

TEM VÁRIOS FATORES QUE A GENTE CONHECE QUE INFLUENCIAM NESSA VIOLÊNCIA DO ADOLESCENTE. MAS É BASICAMENTE ASSIM, O CONTEXTO SOCIAL, DE POBREZA, DE EXCLUSÃO, A QUESTÃO DA FAMÍLIA, A EXCLUSÃO DE ESTAR NA ESCOLA TAMBÉM UM FRACASSO ESCOLAR, QUE AÍ FAVORECE QUE O ADOLESCENTE PERMANEÇA MAIS NA RUA, NUM CONTEXTO DE ENVOLVIMENTO COM AMIGOS QUE JÁ TEM ENVOLVIMENTO COM AS DROGAS,

PASSAGEM

PESQUISA DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS APONTA QUE OS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI SÃO NA MAIORIA DOS CASOS MENINOS POBRES E NEGROS./ A MISÉRIA AINDA APARECE COMO UM DOS PRINCIPAIS FATORES PARA A ENTRADA NO MUNDO DO CRIME./

SONORA 7 – RAQUEL WILLADINO (COORDENADORA DA PESQUISA DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS)

QUANDO A GENTE PERGUNTAVA PORQUE ELES ENTRAVAM NA REDE DO TRÁFICO, OS PRINCIPAIS FATORES APONTADOS ERAM A MOTIVAÇÃO ECONÔMICA, A NECESSIDADE DE CONTRIBUIR DE ALGUMA FORMA COM O CONTEXTO FAMILIAR, COM A ECONOMIA FAMILIAR E A DIFICULDADE DE ACESSO A UM EMPREGO QUE ELES CONSIDERASSEM DIGNO.

OFF 5

HÁ CASOS EM QUE MESMO COM ESTRUTURA FAMILIAR E CONDIÇÕES ECONÔMICAS, UM ATO IMPENSADO TERMINA POR ULTRAPASSAR O LIMITE DO RESPEITO À LEI./ ESSA MENINA ESTAVA COM A TURMA DE AMIGOS QUANDO UM DOS COLEGAS SUGERIU ROUBAR UMA PESSOA./ A AVENTURA IRRESPONSÁVEL TERMINOU COM A MORTE DA VÍTIMA./ COMO ESTAVA ENTRE OS ENVOLVIDOS ELA ACABOU EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO./

SONORA 8 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADA  
DE UMA HORA PRA OUTRA ACONTECEU, NINGUÉM TINHA FEITO, TODO MUNDO QUE TAVA  
COMIGO, NUNCA NINGUÉM TINHA FEITO NADA DISSO. FOI UMA COISA QUE FOI NA HORA  
MESMO, FALOU VOU FAZER E PRONTO.

OFF 6

MAS ESSE NÃO É UM CAMINHO INEVITÁVEL./ DE FAMÍLIA SIMPLES, GUILHERME FOI CRIADO  
EM UMA RUA DOMINADA PELO CRIME EM CEILÂNDIA, A 25 QUILÔMETROS DE BRASÍLIA./  
MESMO COM A PRESSÃO PARA ENTRAR NO TRÁFICO DE DROGAS, ELE RESISTIU E OPTOU  
PELO MUNDO DA DANÇA./ HOJE É PROFISSIONAL E ENSINA A OUTROS MENINOS DA  
REGIÃO./

SONORA 9 – GUILHERME ALVES (INSTRUTOR DE DANÇA)

NA COMPANHIA DE DANÇA A GENTE TIROU MUITA GENTE ASSIM, QUE FUMAVA, QUE MEXIA  
COM DROGA, QUE ANDAVA COM PESSOAS QUE NÃO ERAM, ASSIM, QUE NÃO ERAM DO  
BEM, ENTENDEU? A GENTE CONSEGUIU PUXAR ESSA GALERA E DALI SURGIRAM OUTROS  
PROFESSORES DE DANÇA OU ENTÃO DALI PROCUROU FAZER UMA FACULDADE, UM  
SERVIÇO...

OFF 7

PARA QUE O EXEMPLO DO GUILHERME DE ESPALHE FALTA INVESTIMENTO DO ESTADO EM  
PREVENÇÃO, NA AVALIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO./

SONORA 10 – RIEZO ALMEIDA (ANALISTA DE ORÇAMENTO/ MINISTÉRIO PÚBLICO DF)  
A GENTE FEZ VÁRIOS ESTUDOS E A GENTE CHEGOU À CONCLUSÃO QUE ESSES  
RECURSOS INVESTIDOS NA EDUCAÇÃO DESSES JOVENS, NA SAÚDE MENTAL, NESSE  
PROBLEMA DE DROGAS, ELE SE ANTECIPA E EVITA QUE ELES ENTREM EM CONFLITO COM  
A LEI POSTERIORMENTE.

OFF 8

COM O APOIO DEFICIENTE DO PODER PÚBLICO E EM LUGARES DESESTRUTURADOS  
MUITOS DESSES ADOLESCENTES SE VEEM EM ESCOLHAS MAIS DIFÍCEIS DO QUE COMO  
FORMAR UMA FAMÍLIA OU QUE CARREIRA SEGUIR./

SOBE SOM.

## **ANEXO C - Transcrição da segunda reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação”**

### **SÉRIE CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO**

**JORNAL REPÓRTER BRASIL - 21 de agosto de 2012**

**Reportagem 2 - “Medidas de reparação e punição aos adolescentes em conflito com a lei”**

/// INFOS PRA CABEÇA ///

OS PROBLEMAS EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO COMO A QUE ACABAMOS DE VER LEVARAM A LEI A RECOMENDAR OUTRAS MEDIDAS DE PUNIÇÃO A ADOLESCENTES./ ENTRE ELAS ESTÁ A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E A LIBERDADE ASSISTIDA./ É O QUE VOCÊ VAI VER HOJE NA SÉRIE “CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO”./

OFF 1

O QUE DEVE SER FEITO COM ADOLESCENTES QUE COMETEM CRIMES NO BRASIL?/

SONORA 1 – EDMILSON GONÇALVES (VIGILANTE)

TEM QUE DAR A MESMA PUNIÇÃO DO ADULTO. A CONSCIÊNCIA É A MESMA, A VIOLÊNCIA É ATÉ MAIOR.

SONORA 2 – IARA MARIA (COZINHEIRA)

TEM QUE IR TODOS PRA CADEIA.

OFF 2

AO CONTRÁRIO DO QUE MUITOS PENSAM, A PUNIÇÃO NÃO DEVE SER O PRINCIPAL CAMINHO DE ACORDO COM A LEI./ A LEGISLAÇÃO INDICA QUE ANTES DA PENA É PRECISO BUSCAR FORMAS DE RESOLVER O CONFLITO E CORRIGIR O PREJUÍZO CAUSADO./ UM EXEMPLO DISSO SÃO AS MEDIDAS RESTAURATIVAS, EM QUE O ADOLESCENTE DEVE REPARAR O DANO COMETIDO A PARTIR DE UMA NEGOCIAÇÃO COM VÍTIMA./

SONORA 3 – VERA DEBONE (JUÍZA DA INFÂNCIA)

TEM SIDO ALGO DE GRANDE GANHO NA HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS, NA HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO QUE O JUDICIÁRIO PASSA A TER COM A VÍTIMA E, PRINCIPALMENTE, UM MOMENTO DE RESPONSABILIZAÇÃO DAQUELE QUE CAUSOU O ATO INFRACIONAL.

OFF 3

A PENA DEVERIA SER EXCEÇÃO, MAS É REGRA./ NO CASO DOS ADOLESCENTES ERA RECEBE O NOME DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA./ A LEGISLAÇÃO LISTA COMO PRIORIDADE AS MEDIDAS EM MEIO ABERTO, COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, QUANDO O ADOLESCENTE PRECISA REALIZAR TRABALHOS EM ENTIDADES ASSISTENCIAIS COMO HOSPITAIS E ESCOLAS E A LIBERDADE ASSISTIDA, EM QUE UMA EQUIPE DE PROFISSIONAIS COMO PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS ATENDE E ACOMPANHA O JOVEM EM ENCONTROS PERIÓDICOS./ QUANDO O CRIME ENVOLVE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA, COMO ROUBO E ASSASSINATO, SÃO RECOMENDADAS AS MEDIDAS DE INTERNAÇÃO, COM RECLUSÃO DURANTE TEMPO INTEGRAL EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE QUANDO O ADOLESCENTE PASSA APENAS UMA PARTE DO DIA NO LOCAL./

PASSAGEM

A PRIMEIRA LEI SOBRE CRIMES COMETIDOS POR ADOLESCENTES FOI O CÓDIGO DE MENORES DE 1927./ A NORMA DÁ O MESMO TRATAMENTO A MENINOS E MENINAS ABANDONADOS E INFRATORES, CRIANÇAS CARENTES E ADOLESCENTES CONDENADOS./

CRIANÇAS CARENTES E ADOLESCENTES CONDENADOS MUITAS VEZES ERAM INTERNADOS NO MESMO LUGAR./ EM 1990 VEIO A SEPARAÇÃO E A ESPECIFICAÇÃO DOS DIREITOS DESSAS PESSOAS COM O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE./ E EM 2012 FOI APROVADA A LEI QUE REGULAMENTA O SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO./ COM A NORMA FORAM ESTABELECIDAS AS REGRAS DE COMO OS JUÍZES DEVEM FAZER A MELHOR ESCOLHA DA MEDIDA PARA CADA CASO./

SONORA 4 – TELMA DE OLIVEIRA (COORDENADORA DO SISTEMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SDH)

EXISTE UM SENSO COMUM QUE CADA CABEÇA É UMA SENTENÇA E O JUIZ, MUITAS VEZES ELE DECIDE SUBJETIVAMENTE. COM ESSA LEGISLAÇÃO, REDUZ ENTÃO ESSA POSSIBILIDADE E TEM TODO O ESFORÇO DE MELHORAR A GESTÃO E MELHORAR O ATENDIMENTO VOLTADO AO ADOLESCENTE.

SONORA 5 – LEONARDO BRANCHES (JUIZ DA INFÂNCIA)

A RESPONSABILIDADE NO SENTIDO DE COMPREENDER AS CONSEQUÊNCIAS DA INFRAÇÃO, E, QUANDO POSSÍVEL, REPARAR OS DANOS CAUSADOS. ESSE É O FOCO POR EXCELÊNCIA DO PROJETO PEDAGÓGICO QUE DEVE ESTAR ASSOCIADO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO QUE VAI SER ENTÃO O EIXO CENTRAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.

OFF 4

ATUALMENTE SÃO 90 MIL ADOLESCENTES CUMPRINDO MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, SENDO QUASE 80% EM MEIO ABERTO./ ESTES DOIS MENINOS PRESTAM SERVIÇOS À COMUNIDADE NA SECRETARIA DE UM CENTRO OLÍMPICO EM CEILÂNDIA, A 25 QUILOMETROS DE BRASÍLIA. /

SONORA 6 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO.

VOCÊ TÁ ALI GASTANDO SEU TEMPO E TÁ APRENDENDO.

OFF 5

MEDIDAS COMO ESTA NÃO ESTÃO ESTRUTURADAS EM TODO O PAÍS./ APENAS OITO ESTADOS FINANCIAM O MEIO ABERTO. O MARANHÃO ORGANIZOU O SISTEMA RECENTEMENTE./ EM SÃO LUÍS, DEPOIS DE SE ENVOLVER EM UMA BRIGA, ESTA MENINA RECEBEU A DETERMINAÇÃO DO JUIZ PARA TRABALHAR OITO HORAS POR SEMANA NESTA CRECHE./

SONORA 7 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADA

TÁ ME ENSINANDO A ENCARAR A REALIDADE DAS COISAS, DO MEU, DA MINHA FORMA DE VIVER ESSE COTIDIANO, DA FORMA DE ME DIRECIONAR ÀS PESSOAS.

OFF 6

ESTE MENINO FOI CONDENADO A CUMPRIR MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA POR DOIS ANOS./ ELE FOI ENCAMINHADO PARA UM ESTÁGIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA./ UMA VEZ POR MÊS ELE SE ENCONTRA COM A PSICÓLOGA PARA CONTAR COMO ANDAM OS ESTUDOS, OS TRABALHOS E AS RELAÇÕES PESSOAIS./

SONORA 8 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO.

MINHA MÃE SAI DE CASA CEDO E CHEGA DE NOITE, EM CASA A GENTE QUASE NÃO CONVERSA. AÍ NO CASO, COM O PSICÓLOGO É MUITO BOM.

SONORA 9 – KARINE ARAÚJO (PSICÓLOGA)

A GENTE VAI TRABALHAR COM O ADOLESCENTE NO MUNDO EM QUE ELE VIVE, A GENTE VAI CONHECER O MUNDO DELE. ELE NÃO VAI PRECISAR SAIR DAQUELA COMUNIDADE, COMO É O CASO DA INTERNAÇÃO PRA GENTE CONSEGUIR TRABALHAR COM ELE.

OFF 7

MESMO NOS ESTADOS QUE FINANCIAM O MEIO ABERTO, FALTAM RECURSOS, NA AVALIAÇÃO DESSE CONSELHEIRO TUTELAR./

SONORA 10 – RAFAEL MADEIRA (CONSELHEIRO TUTELAR)

TU “TEM” POR EXEMPLO TODA UMA PRIORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE MEIO ABERTO, MAS COMO A GENTE VÊ AS MEDIDAS DE MEIO ABERTO? EXTREMAMENTE PRECARIZADAS EM TERMOS DE ESTRUTURA, ENTÃO TU “TEM” BONS TÉCNICOS, MAS TU NÃO “TEM” ESTRUTURA PRA ESSE TÉCNICO DESENVOLVER A POLÍTICA.

OFF 8

MESMO ASSIM, MUITOS JOVENS QUE PASSAM PELAS MEDIDAS EM MEIO BERTO COMEÇAM A ACREDITAR NUM FUTURO MELHOR. /

SONORA 11 – ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO.

COMEÇA AÍ TRABALHANDO UM POUQUINHO, DEPOIS FAZER UMA FACULDADE, ESTUDAR, FAZER FACULDADE, VONTADE DE SER BOMBEIRO TAMBÉM.

SOBE SOM

///CABEÇA///

AMANHÃ NA SÉRIE CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO VOCÊ VAI VER COMO AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO SE PARECEM MAIS COM PEQUENAS CADEIAS DO QUE COM ESPAÇOS DE RECUPERAÇÃO PARA OS ADOLESCENTES./



## **ANEXO D - Transcrição da terceira reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação”**

**SÉRIE CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO**  
**JORNAL REPÓRTER BRASIL - 22 DE AGOSTO DE 2012**  
**REPORTAGEM 3- “PROBLEMAS NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI”**

/// INFOS PRA CABEÇA ///

AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO SÃO FEITAS PARA GARANTIR A RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES QUE ENTRAM EM CONFLITO COM A LEI OU SERÁ QUE ELAS REFORÇAM O PROBLEMA?/ É A DISCUSSÃO QUE VOCÊ VAI VER AGORA NA TERCEIRA REPORTAGEM DA SÉRIE “CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO”./

“Ó A SITUAÇÃO AÍ, Ó! Ó A SITUAÇÃO QUE ‘NÓS VIVE’ AÍ”  
 “O BANHEIRO AQUI É UMA LENDA. ISSO É O QUARTO”  
 “‘NÓS PASSA’ É FRIO. Ó ONDE ‘NÓS MIJA’ LÁ”  
 “‘NÓS TÁ’ PRESO MAS ‘NÓS NÃO SOMOS’ CACHORRO NÃO”

OFF 1

OS CENTROS DE INTERNAÇÃO PARA JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NÃO SÃO PRISÕES, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO./ MAS, INFELIZMENTE, O QUE SE VÊ EM MUITOS LOCAIS SÃO PEQUENAS CADEIAS./

SONORA 1 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO É UM SISTEMA DE REEDUCAÇÃO SOCIAL, MAS AS PESSOAS QUE TRABALHAM NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, OS SÓCIO-EDUCADORES, ELES VÊM DO SISTEMA PRISIONAL, ENTÃO ELES “QUER” TRATAR A GENTE COMO PRESO E A GENTE NÃO É PRESO.

SONORA 2 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

UMA PESSOA EU COMETEU UM ATO INFRACIONAL NÃO É UM BICHO PRA SER TRATADO ASSIM. A ALIMENTAÇÃO DAQUI É HORRÍVEL, A ESTRUTURA DESSE LUGAR NÃO É ADEQUADA.

OFF 2

A LEI DETERMINA QUE AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO ASSEGUREM A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS, COMO NAS ESCOLAS REGULARES, MAS ESSE DIREITO NÃO É GARANTIDO A TODOS E MUITAS VEZES OS QUE TÊM ACESO NA CONSEGUEM VER TODO O CONTEÚDO DO ANO LETIVO./

SONORA 3 - LUCIANE OLIVEIRA (PEDADOGA)

DURANTE DETERMINADO PERÍODO ELES FAZEM DETERMINADA SÉRIE. SE A GENTE CONSIDERAR QUE ELE ESTÁ APTO, PASSA PARA A SÉRIE SEGUINTE.

OFF 3

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ASSUME QUE AINDA NÃO HÁ UMA POLÍTICA DE ESCOLARIZAÇÃO PARA AS UNIDADES./

SONORA 4 - FÁBIO MEIRELLES (COORD. DE DIREITOS HUMANOS MEC)

O QUE A GENTE PRECISA DISCUTIR É QUAIS SÃO AS ESPECIFICIDADES, QUAIS SÃO AS

DIRETRIZES, O QUE A GENTE PRECISA TRABALHAR EM TERMOS DE MATERIAL, FORMAÇÃO, CURRÍCULO ESPECÍFICO DENTRO DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO.

OFF 4

OUTRA OBRIGAÇÃO É GARANTIR A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS ADOLESCENTES./ OS DEPENDENTES QUÍMICOS DEVERIAM TER DIREITO A TRATAMENTO, MAS NA PRÁTICA ISSO AINDA NÃO ACONTECE DE FATO. /

SONORA 5 - CARMEN OLIVEIRA (SEC. DIREITOS DA CRIANÇA/SEC. DIREITOS HUMANOS)  
HOJE NÓS TEMOS UMA SITUAÇÃO MUITO GRAVE, A MAIORIA DOS ADOLESCENTES TEM PROBLEMAS RELACIONADOS À DROGAS E AO CHEGAR NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO É PRECISO QUE ESSE ADOLESCENTE TENHA UM TRATAMENTO TAMBÉM NECESSÁRIO.

OFF 5

HOJE NO BRASIL EXISTEM 435 CENTROS DE INTERNAÇÃO./ O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA VISITOU VÁRIOS DELES E VERIFICOU ESTRUTURAS PRECÁRIAS./ SEGUNDO O ÓRGÃO, 20 NÃO POSSUEM CONDIÇÕES PARA PROMOVER O RETORNO ADEQUADO DOS JOVENS À SOCIEDADE./

SONORA 6 - CRISTINA CORDEIRO (JUIZA – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)  
A UNIDADE PASSA AO LARGO DO QUE PREVÊ O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARECE QUE É UMA UNIDADE AINDA DO TEMPO DO CÓDIGO DE MENORES, PORQUE TEM AÍ UM TOM MAIS FOCADO NA SEGURANÇA DO QUE NA PRÓPRIA RESSOCIALIZAÇÃO, OU SEJA, NO PROCESSO PEDAGÓGICO DO ADOLESCENTE.

OFF 6

É O CASO DESTA UNIDADE EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, PRÓXIMO A SÃO LUIS DO MARANHÃO./ O MINISTÉRIO PÚBLICO CHEGOU A GARANTIR NA JUSTIÇA UMA AÇÃO PARA FECHAR A UNIDADE, MAS O GOVERNO DO ESTADO RECORREU./ INTERNOS RECLAMAM QUE O LOCAL NÃO OFERECE AS MÍNIMAS CONDIÇÕES DE DIGNIDADE AOS ADOLESCENTES./

SONORA 7 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

AQUI É MUITO RUIM. NÃO É BOM NÃO. JUIZ MANDA A GENTE PRA CÁ PORQUE NÃO VEIO OLHAR COMO É A SITUAÇÃO AQUI. SE ELE VIESSE AQUI OLHAR COMO É A SITUAÇÃO DE CADA UM NÃO MANDAVA NÓS PRA CÁ NÃO.

SONORA 8 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

EU NÃO JANTEI ONTEM NEM ALMOCEI HOJE. TODO DIA PÃO, TODO DIA PÃO, PÃO, PÃO. NÓS VAMOS SAIR DAQUI MAIS REVOLTADOS, MAIS INJURIADOS, AÍ NÓS VAMOS MUDAR COMO?

SONORA 9 - ANA LÍVIA SOUZA (DIRETORA DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO)

A ESTRUTURA NÃO ESTÁ POSSIBILITANDO UM TRABALHO. AQUI É UMA UNIDADE GRANDE, QUE POR CONTA DE TER POUCOS MONITORES ISSO DIFICULTA O NOSSO TRABALHO.

OFF 7

NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO PLANO PILOTO, EM BRASÍLIA, A ANTIGA DIREÇÃO CHEGOU A CRIAR A CASA DE CONVIVÊNCIA./ LÁ OS ADOLESCENTES COM BOM COMPORTAMENTO TINHAM ACESSO À TELEVISÃO, CURSOS E A QUARTOS COM ESTRUTURA MELHOR./

SONORA 10 - LETÍCIA GUÉRCIO (ASSISTENTE SOCIAL)

NÓS FAZEMOS UM PLANO DE METAS, QUE SÃO METAS DO ADOLESCENTE PRA SEREM ATENDIDAS A CADA ETAPA DA MEDIDA. E O QUE A GENTE BUSCA É UMA MUDANÇA DA

PERCEPÇÃO DO ADOLESCENTE, DA SITUAÇÃO DELE, UMA MUDANÇA DA PERCEPÇÃO DELE EM RELAÇÃO À FAMÍLIA.

SONORA 11 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

AJUDA BASTANTE, NÉ, PORQUE NESSE MODO DE CONVIVÊNCIA NÓS TEMOS MAIS LIBERDADE, NÃO PRECISAMOS ANDAR COM OS MONITORES, TEM MAIS TEMPO PRA PENSAR NA VIDA TAMBÉM.

PASSAGEM

MAS O PROJETO TEVE QUE SER DESATIVADO POR CAUSA DA SUPERLOTAÇÃO./ O ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA TEVE QUE SER UTILIZADO PARA ABRIGAR OS INTERNOS QUE ESTAVAM EM OUTRAS ÁREAS DA UNIDADE./ COM ISSO, TANTO OS MENINOS QUE COMETERAM CRIMES LEVES COMO AQUELES QUE SE ENVOLVERAM EM CASOS MAIS VIOLENTOS PASSARAM A CONVIVER NOS MESMOS LOCAIS./ NESTA SEMANA UM ADOLESCENTE QUE ESTAVA NA CASA DE CONVIVÊNCIA FOI MORTO POR OUTROS INTERNOS./

OFF 8

A VÍTIMA FOI ENFORCADA POR DOIS MENINOS DE 16 ANOS POR CAUSA DE BRIGAS ENTRE ELAS./ EM SÃO PAULO A FUNDAÇÃO CASA TEM UM PROGRAMA PARA TENTAR TORNAR A INTERNAÇÃO MAIS HUMANA./ TODOS TÊM ACESSO A VÁRIAS ATIVIDADES ESCOLARES E RECREATIVAS E RECEBEM ASSISTÊNCIA DE PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS./

SONORA 12 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

FIQUEI DOIS MESES PRATICAMENTE NESSE RECONHECIMENTO, SÓ RECONHECENDO MEUS ERROS, DIALOGANDO MAIS COM AS TÉCNICAS DE REFERÊNCIA. AÍ PASSEI PARA O APROFUNDAMENTO, QUE ERA ME APROFUNDAR MAIS NAQUILO QUE EU TINHA QUE FAZER, UM PROJETO DE VIDA. TINHA JÁ QUE PENSAR NO QUE EU IRIA FAZER LÁ FORA NA SOCIEDADE, QUANDO EU SAIR DAQUI, MONTAR UM PROJETINHO DE VIDA PRA RECOMEÇAR.

///CABEÇA///

E AMANHÃ, NA ÚLTIMA REPORTAGEM DA SÉRIE "CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO" VOCÊ VAI VER AS DIFICULDADES DE MENINOS E MENINAS QUE CUMPRIRAM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PARA RETOMAR A VIDA EM SOCIEDADE.

**ANEXO E - Transcrição da quarta reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação”**

**SÉRIE CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO  
JORNAL REPÓRTER BRASIL - 23 DE AGOSTO DE 2012  
REPORTAGEM 4 - “A LUTA DE QUEM TENTA RETOMAR A VIDA DEPOIS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA”**

/// INFOS PRA CABEÇA ///

BOA NOITE./ NA ÚLTIMA REPORTAGEM DA SÉRIE “CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO”, O REPÓRTER BRASIL MOSTRA A LUTA DE QUEM TENTA RETOMAR A VIDA DEPOIS DE CUMPRIR UMA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA./ ALGUNS JOVENS QUE VOCÊ VAI VER AGORA SÃO MAIORES DE IDADE E JÁ SOFRERAM AS PUNIÇÕES, MAS NÃO FORAM IDENTIFICADOS OU NÃO QUEREM SE EXPOR./ OS QUE APARECEM AUTORIZARAM O USO DAS IMAGENS./

OFF 1

DEPOIS DE UM ANO E MEIO EM UM CENTRO DE INTERNAÇÃO POR CAUSA DE UM HOMICÍDIO, ESTE JOVEM RECEBE A NOTÍCIA DE QUE JÁ PODE VOLTAR PRA CASA./ EM POUCOS MINUTOS, TUDO PRONTO PARA UMA NOVA VIDA LÁ FORA./

SONORA 1 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

PENSAMENTO DE FELICIDADE. SAIR É UM ALÍVIO, NÉ? AGORA É BOTAR EM PRÁTICA TUDO QUE EU ESTAVA PENSANDO LÁ DENTRO.

OFF 2

ALGUNS DIAS DE VOLTA À ROTINA DA FAMÍLIA JÁ MOSTRAM QUE ELE FAZ QUESTÃO DE AJUDAR NOS TRABALHOS DA CASA./ A MÃE COMEMORA A MUDANÇA DURANTE O PERÍODO DE INTERNAÇÃO./

SONORA 2 - MÃE DE ADOLESCENTE

NO CASO DELE FUNCIONOU. AGORA EU NÃO SEI NO DOS OUTROS.

OFF 3

AO SAIR DO CENTRO CAIO PERCEBEU COMO É DIFÍCIL REALIZAR OS PROJETOS DE FUTURO./

SONORA 3 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

FIZERAM UMA LISTAGEM DAS MELHORES NOTAS DO CAJE PRA FAZER A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. E DOS QUATROCENTOS E POUCO INTERNOS A MAIOR NOTA ERA A MINHA, ENTENDEU? EU TAVA EM PRIMEIRO LUGAR NA LISTA E NUNCA ME CHAMARAM. ENTÃO IMAGINA QUEM TÁ LÁ PRA 10º, 9º... É FALTA DE OPORTUNIDADE MESMO.

PASSAGEM

UM DOS OBJETIVOS DA PUNIÇÃO A ADOLESCENTES QUE COMETERAM CRIMES É OFERECER A CHAMADA RESSOCIALIZAÇÃO, DESENVOLVER ATIVIDADES QUE OS AJUDEM A CONTINUAR A VIDA DO LADO DE FORA./ MAS NO BRASIL NÃO EXISTE UMA POLÍTICA ORGANIZADA DE REINSERÇÃO SOCIAL DESSES JOVENS./

OFF 4

SEM ESSE APOIO MUITOS VOLTAM PARA O CRIME./

SONORA 4 - REPRESENTANTE DCA (NÃO APARECE IDENTIFICAÇÃO)  
A MAIORIA DOS ADOLESCENTES AQUI SÃO REINCIDENTES. NÓS TEMOS REINCIDÊNCIA AQUI DE DEZ VEZES, VINTE VEZES, TRINTA VEZES.

OFF 5

NÃO FOI O CAMINHO DESTA MENINA QUE MORA EM SÃO PAULO. ELE ENTROU NO PROJETO TRILHAS, DA ASSOCIAÇÃO HORIZONTES./ A INICIATIVA OFERECE OPORTUNIDADES PARA ADOLESCENTES QUE COMETERAM CRIMES./ ELE CONSEGUIU UM ESTÁGIO EM UMA EMPRESA DE MATERIAIS GRÁFICOS./

SONORA 5 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

AJUDOU BASTANTE, PORQUE SE EU NÃO TIVESSE NADA PRA FAZER EU PODERIA TÁ ME ENTURMANDO NOVAMENTE E TÁ VOLTANDO PRA VIDA ERRADA, ÀS VEZES ATÉ MESMO POR INFLUÊNCIA. ENTÃO COMO EU TO TRABALHANDO, TO OCUPANDO A MINHA MENTE, NÃO GERA HIPÓTESE NENHUMA DE TÁ FAZENDO COISA ERRADA.

OFF 6

ESTE ADOLESCENTE QUE ESTÁ INTERNADO EM UMA UNIDADE EM BRASÍLIA ACREDITA QUE A DECISÃO DE CONTINUAR OU NÃO CRIME APÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA CABE À PESSOA./

SONORA 6 - ADOLESCENTE NÃO IDENTIFICADO

FUNCIONA REALMENTE PRA QUEM QUER, ENTENDEU? VAMOS SUPOR, TEM POUCAS OPORTUNIDADES? TEM. PRA QUEM QUER, QUEM QUER MUITO, EU ACHO QUE QUEM FAZ AS OPORTUNIDADES É 'SI PRÓPRIO'".

OFF 7

ROBSON OPTOU PELO ESPORTE./ AO SAIR DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO, DEDICOU-SE TOTALMENTE AO JIU-JITSU./ COM UM ANO DE TREINAMENTO E MUITO ESFORÇO CONQUISTOU O TÍTULO DE CAMPEÃO DO CENTRO-OESTE NA CATEGORIA FAIXA BRANCA./

SONORA 7 - ROBSON FERREIRA (LUTADOR DE JIU-JITSU)

SE NÃO FOSSE O ESPORTE EU ESTARIA NA VIDA DE MENOR INFRATOR QUE EU TINHA ANTES E TALVEZ EU JÁ PODIA TER MORRIDO, TÁ PRESO AÍ, NUMA CADEIRA DE RODAS, ALGUMA COISA ASSIM.

///CABEÇA///

AS QUATRO REPORTAGENS DA SÉRIE "CRIME, CASTIGO E RECUPERAÇÃO" MOSTRAM QUE O TRATAMENTO DADO A ADOLESCENTES EM CONFLITO COM AS LEIS DEVE IR MUITO ALÉM DA PENA. ESSES MENINOS E MENINAS TÊM DIREITO A UM FUTURO, COMO QUALQUER PESSOA, E ISSO DEPENDE DE APOIO. ESSE É UM DESAFIO PARA AS FAMÍLIAS, MAS TAMBÉM PARA O ESTADO QUE PRECISA INVESTIR MAIS NO ATENDIMENTO DESSAS PESSOAS.